

RELATÓRIO ANUAL 2016

volume 25





RELATÓRIO ANUAL 2016

BANCO DE MOÇAMBIQUE

RELATÓRIO ANUAL

Ao abrigo da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, o Banco de Moçambique (BM) assume funções exclusivas de Banco Central

A actual edição do Relatório Anual retrata a actividade do BM em 2016.

Comissão Editorial: Banco de Moçambique
Departamento de Contabilidade e Orçamento
Departamento de Estudos Económicos e Estatística
Departamento de Supervisão Prudencial
Departamento de Sistemas de Pagamento

Av. 25 de Setembro - BM - Sede

Telefone: (+258) 21354600/359700 Fax: 258-21-321363

C.P. 423

Internet: <http://www.bancomoc.mz>

Maputo, República de Moçambique

Coordenação, concepção e produção gráfica:
Centro de Documentação e Informação
Banco de Moçambique, Travessa Tenente Valadim nº 69

Tiragem: 400 exemplares

ISBN 978-989-8390-07-3

Relatório Anual nº 23 - Maputo

BM/DCO-DEE-DSP-DPG-2016

Demonstrações Financeiras; Situação Macroeconómica;

Sistema Financeiro e Sistema Nacional de Pagamento

Reg Nº 05/GABINFO/DE97

CDU336 (679) 05

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Governador **Rogério Lucas Zandamela** (ao centro)

À ESQUERDA

Administradora **Gertrudes Adolfo Macueve Tovela**

Administrador **Alberto Sidónio Bila**

Administradora **Joana Jacinto David Matsombe**

À DIREITA

Administrador **Waldemar Fernando de Sousa**

Administrador **Paulo Felisberto Maculuve**



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



ÍNDICE

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes	7
Demonstração da Posição Financeira – Separada E Consolidada	10
Demonstração do Rendimento Integral – Separada E Consolidada	11
Demonstração de Outro Rendimento Integral – Separada E Consolidada	12
Demonstração de Alterações No Capital Próprio - Separada	13
Demonstração de Alterações No Capital Próprio - Consolidada	14
Notas às Demonstrações Financeiras	

2. SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

1	EVOLUÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL	63
1.1	ECONOMIA MUNDIAL EM 2016	63
1.2	PREÇOS DAS MERCADORIAS	66
2	CONJUNTURA INTERNA	67
2.1	SECTOR REAL	67
2.1.1	Preços	67
2.1.2	Produto Interno Bruto	70
2.2	FINANÇAS PÚBLICAS	77
2.2.1	Execução Orçamental para 2016	77
2.2.2	Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento	78
2.3	SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL	79
2.3.1	Mercado Monetário Interbancário (MMI)	79
2.3.2	Taxas de Juro	80
2.3.3	Taxas de Câmbio	82
2.3.4	Agregados Monetários e Creditícios	84
2.3.5	Base Monetária (BaM)	84
2.3.6	Massa Monetária	85
2.3.7	Crédito à Economia	86
2.4	SECTOR EXTERNO	89
2.4.1	Reservas Internacionais Líquidas	89
2.4.2	Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	90
2.5	BALANÇA DE PAGAMENTOS	91
2.5.1	Conta Corrente	92
2.5.2	Conta Financeira	92

Caixa

Caixa 1: Produto Interno Bruto na Óptica da Despesa	72
---	----

Gráficos

Gráfico 1:	Inflação Anual de Moçambique (%)	67
Gráfico 2:	Fontes de Financiamento do Défice em % do PIB	78
Gráfico 3:	Taxas de Juro do Mercado Monetário Interbancário	80

Gráfico 4:	Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Nacional e Inflação	81
Gráfico 5:	Varição Anual das Taxas de Câmbio Nominais no MCI	82
Gráfico 6:	Volume de Compras e Vendas do BM no MCI (mio de USD)	83
Gráfico 7:	Volume de Transacções entre os Bancos e o Público	83
Gráfico 8:	Crédito Por Sectores Institucionais	87
Gráfico 9:	Crédito por Sector de Actividade (Estrutura) – Dezembro 2016	88
Gráfico 10:	Agregados de Moeda e Crédito (em Percentagem do PIB)	88
Gráfico 11:	Reservas Internacionais Líquidas	89
Gráfico 12:	ITCER Mensal	90
Gráfico 13:	ITCER – Média Móvel Anual	90

Tabelas

Tabela 1:	Evolução do PIB e do IPC em Economias Seleccionadas	63
Tabela 2:	Indicadores Macroeconómicos de Países da SADC	65
Tabela 3:	Preços Médios de Mercadorias Seleccionadas	66
Tabela 4:	Desagregação do IPC de Moçambique	68
Tabela 5:	Varição Anual de Núcleos de Inflação de Moçambique (%)	69
Tabela 6:	Varição Anual dos Preços por Classes e Cidades	70
Tabela 7:	Dinâmica da Produção Sectorial	71
Tabela 8:	Orçamento do Estado e Execução	77
Tabela 9:	Operações do MMI e Taxas de Juros	79
Tabela 10:	Taxa de Juro a Retalho (%)	81
Tabela 11:	Agregados Monetários e Impacto Cambial	84
Tabela 12:	Evolução dos Depósitos Totais (10 ⁶ Meticais)	85
Tabela 13:	Principais factores de variação da Massa Monetária (M3)	86
Tabela 14:	Evolução do Crédito à Economia	87
Tabela 15:	Varição da Taxa de Câmbio Real Bilateral	91
Tabela 16:	Balança de Pagamentos	91

3. SISTEMA FINANCEIRO

1.	Nota Introdutória	99
2.	Sector Bancário em Moçambique	100
2.1.	Evolução do Número de Instituições sob Supervisão do Bm	100
2.2.	Contencioso	101
2.3.	Testes de Esforço (Stress Test)	101
3.	Desempenho do Sistema Bancário	103
3.1.	Concentração no Sistema Bancário	103
3.2.	Estrutura Patrimonial	104
3.2.1.	Evolução e Estrutura do Activo	104
3.2.2.	Passivo	107
3.3.	Solvabilidade	110
3.4.	Rendibilidade	113
4.	Mercado de Valores Mobiliários	119
5.	Supervisão Comportamental	120
5.1.	Supervisão “Off-Site”	120
5.1.1.	Atendimento de Reclamações - Recurso	120
5.1.2.	Resumo dos Tipos de Reclamações	121
5.1.3.	Evolução da Demanda das Reclamações (2015 – 2016)	121

5.1.4.	Análise das Matérias Mais Reclamadas	122
5.1.5.	Instituições mais Reclamadas Em 2016	123
5.2.	Supervisão "On-Site"	124
5.2.1.	Inspeção às Instituições De Crédito	124
5.3.	Atendimento de Pedidos De Informação	125
5.3.1.	Resumo Dos Tipos de Pedidos De Informação	125
5.3.2.	Pedidos De Informação Por Província	125
5.3.3.	Pedidos De Informação Sobre O Cadastro De Emitentes De Cheques Sem Provisão (Cecsp)	126
5.4.	Educação Financeira	126
5.4.1.	Implementação Do Programa De Educação Financeira	126
5.4.2.	Divulgação Do Programa De Educação Financeira Na Tvm E Na Rm	127
5.4.3.	Promoção Da Campanha De Poupança E Celebração Do Ddp	127
5.4.4.	Palestras Voltadas Ao Público-Alvo	127
5.4.5.	Participação Em Feiras	128
5.4.6.	Produção De Material Gráfico	128
5.4.7.	Outros Eventos Importantes Inseridos Na Educação Financeira E Protecção Do Consumidor	129
5.4.7.1.	Realização Da Iv Conferência De Microfinanças	129
5.4.7.2.	Atribuição Do Prémio Pelas Acções De E.f Pela Cyfi	129

INDICE DE QUADROS

Quadro 1:	Evolução do sistema bancário (instituições em actividade)	100
Quadro 2:	Evolução de agências de Bancos em funcionamento	101
Quadro 3:	Quotas de Mercado	104
Quadro 4:	Transacções no mercado de cotações oficiais	120
Quadro 5:	Demanda geral do em 2016	124
Quadro 6:	Reclamações recebidas em 2016	125

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Índice de Herfindhal-Hirschman no sistema bancário	103
Gráfico 2:	Evolução do activo	105
Gráfico 3:	Estrutura do activo	106
Gráfico 4:	Evolução do crédito em moeda estrangeira e nacional	107
Gráfico 5:	Estrutura do passivo exigível	108
Gráfico 6:	Evolução dos depósitos a ordem e a prazo	109
Gráfico 7:	Estrutura dos depósitos	109
Gráfico 8:	Estrutura dos depósitos de residentes	110
Gráfico 9:	Rácio de Solvabilidade	111
Gráfico 10:	Distribuição das instituições de crédito quanto ao rácio de solvabilidade	112
Gráfico 11:	Rácio de alavancagem (Leverage ratio)	113
Gráfico 12:	Varição homóloga dos resultados e da margem financeira	113
Gráfico 13:	Estrutura dos juros e proveitos equiparados	114
Gráfico 14:	Composição da conta de resultados	115
Gráfico 15:	Rendibilidade	116
Gráfico 16:	Rendibilidade do Activo (mínimo, máximo, interquartile)	117
Gráfico 17:	Rendibilidade dos Capitais Próprios (mínimo, máximo, interquartile)	117
Gráfico 18:	Estrutura dos custos operacionais	118
Gráfico 19:	Rácio de eficiência (cost-to-income ratio)	119
Gráfico 20:	Evolução da demanda geral no DSC no período de 2015 a 2016	121
Gráfico 21:	Comparação entre as reclamações por débitos indevidos e as restantes	122
Gráfico 22:	Evolução percentual das reclamações por débitos indevidos por cartão	123

4. SISTEMA NACIONAL DE PAGAMENTO

1.	Enquadramento	135
2.	Subsistema de Compensação e Liquidação Interbancária	136
3.	Banca Electrónica	138
3.1.	Transacções Electrónicas de Retalho	138
3.2.	Serviços Financeiros Móveis	139
3.3.	Contas Bancárias e das Instituições de Moeda Electrónica	141
4.	Indicadores de Inclusão Financeira	141
4.1.	Acesso Geográfico	141
4.2.	Acesso Demográfico	142
5.	Sistema de Transferência Electrónica de Fundos do Estado	144
6.	Metical em Tempo Real	144

Caixa

Caixa 1: Caixa 1 – Sistema de Pagamentos das SADC – SIRESS	145
--	-----

INDICE DE QUADROS

Quadro 1:	Documentos Compensados na CEL (Valores em 106 de MT, Volume em 103)	136
Quadro 2:	Rácios de concentração na CEL (%)	136
Quadro 3:	Estrutura das devoluções na CEL por motivos	137
Quadro 4:	Agentes por regiões e por províncias	137
Quadro 5:	Transacções dos serviços de moeda electrónica.	138
Quadro 6:	Contas bancárias e das instituições de moeda electrónica	140
Quadro 7:	Conta Única do Tesouro (valores em MN 10 ⁶ em ME 10 ³ , quantidade em 10 ³)	140
Quadro 8:	Contas bancárias e das instituições de moeda electrónica	141

INDICE DE GRAFICOS

Gráfico 1:	Caixas de Pagamento Automático (ATM)	133
Gráfico 2:	Terminais de Pagamento Automático	133
Gráfico 3:	Contas Bancárias	134
Gráfico 4:	Acesso geográfico das agências bancárias e agentes das IME	136
Gráfico 5:	Acesso geográfico das ATM e POS	136
Gráfico 6:	Acesso demográfico das agências bancárias e agentes das IME	137
Gráfico 7:	Acesso demográfico das ATM e POS	137
Gráfico 8:	Contas bancárias e cartões bancários em proporção da população adulta	138
Gráfico 9:	Volume das Operações do MTR	139
Gráfico 10:	Valor das Operações do MTR (em mil milhões de meticais)	139



PREFÁCIO

O ano de 2016 foi marcado por uma conjuntura económica e financeira caracterizada por choques internos e externos com impacto no desempenho da economia moçambicana. De entre eles, destacam-se a suspensão do apoio externo ao Orçamento do Estado e à Balança de Pagamento pelos parceiros de cooperação e a interrupção do programa que Moçambique vinha mantendo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), na sequência das dívidas não declaradas com garantias do Estado. A suspensão do apoio externo agravou as condições de financiamento do Orçamento de Estado e da economia no geral, num contexto em que a credibilidade do País foi severamente afectada.

Ademais, em 2016, o país voltou a ser afectado por choques climáticos, como a estiagem nas regiões sul-centro e chuvas excessivas no centro-norte, que combinado com o alastramento da tensão político-militar comprometeram a actividade agrícola e a circulação de pessoas e bens. A combinação destes factores exógenos resultou na desaceleração dos principais sectores da actividade económica, tendo o Produto Interno Bruto desacelerado para 3,8% em 2016, após 6,6% em 2015.

A queda do investimento directo estrangeiro e das exportações, associados aos choques domésticos mencionados, fizeram com que a taxa de câmbio do Metical voltasse a registar uma elevada depreciação nominal em 2016. A pressão sobre a taxa de câmbio, reflectindo uma maior procura de divisas no mercado cambial, foi notória nos primeiros nove meses do ano, tendo a taxa de câmbio aproximado os 80 Meticais por Dólar norte-americano. A desaceleração da produção doméstica e a elevada depreciação da taxa de câmbio impactaram severamente no comportamento da inflação, que passou de 11,0% em Dezembro de 2015 para 25,7% em finais de 2016.

O Banco de Moçambique foi chamado a tomar medidas de ajuste macroeconómico e do sector financeiro em 2016. Assim, a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (FPC) incrementou-se para 23,5% e da Facilidade de Depósitos (FPD) para 16,5%, enquanto o coeficiente de reservas obrigatórias ajustou-se em alta para 15,5%, para ambos os passivos denominados em moeda nacional e moeda estrangeira, devendo estes últimos serem constituídos em moeda estrangeira.

As medidas de ajuste macroeconómico começaram a surtir os seus efeitos no último trimestre de 2016, com o início do abrandamento da depreciação cambial, da desaceleração da inflação doméstica e da constituição de reservas internacionais líquidas, traduzida pela compra de divisas efectuadas pelo Banco de Moçambique por iniciativa dos bancos comerciais.

Essas medidas foram complementadas por acções no domínio da estabilidade financeira e por adopção de maior disciplina e transparência no mercado financeiro. Ao nível da estabilidade financeira, o Banco de Moçambique interveio em duas instituições de crédito, assumindo a gestão directa no Moza Banco e revogando a licença de exercício de actividade no Nosso Banco, com o objectivo de mitigar o risco de contágio para todo o sistema, proteger os interesses dos depositantes e dos demais credores, bem como, assegurar a estabilidade dos mercados financeiros. Com estas intervenções, o sistema bancário nacional, assegurou a sua solidez, mantendo, deste modo, o rácio de solvabilidade acima dos padrões mínimos regulamentados.

Ainda no âmbito da estabilidade financeira, para avaliar a capacidade do sistema bancário de absorver choques sem comprometer os limites mínimos regulamentados dos indicadores prudenciais do sistema financeiro, foram realizados testes de esforço de solvência e de liquidez das instituições de crédito. Os resultados demonstraram que apesar do sistema bancário apresentar-se razoavelmente capitalizado para fazer face aos choques externos, a concentração do risco do crédito continua sendo a sua maior vulnerabilidade. Por seu turno, a análise de liquidez mostrou que o sistema apresenta activos líquidos suficientes, porém, apresenta vulnerabilidade em termos de fontes de financiamento, dado que as mesmas estão concentradas nos grandes depositantes, sendo mais evidente no caso da moeda estrangeira.

Ao nível do Sistema Nacional de Pagamentos (SNP), o Banco de Moçambique continuou, em 2016, a assegurar a operacionalidade e modernização dos vários subsistemas. A aprovação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, pelo Governo, atribuiu ao Banco de Moçambique o papel de liderar a sua implementação, orientando a construção de um sistema financeiro inclusivo e abrangente, fomentando o acesso e uso contínuo de produtos e serviços financeiros adequados para a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos.

Nesta âmbito, o país assumiu, em 2016, a presidência da African Mobile Phone Financial Services Policy Initiative (AMPI), por dois anos, iniciativa que permite juntar os reguladores do sector financeiro dos países africanos a partilharem experiências sobre políticas que visam o aumento da inclusão financeira através da utilização dos serviços financeiros móveis.

Ainda ao nível do sistema de pagamentos, no contexto da integração regional da SADC, um total de seis bancos moçambicanos passaram, a partir de 2016, a estar operacionais na plataforma de liquidação financeira das transacções transfronteiriças intra-regionais da SADC (SIRESS) em tempo real, facilitando, desta forma, a realização das transacções comerciais e de investimento entre os países da região da SADC.

Ao nível microeconómico, as contas do Banco de Moçambique indicam um resultado líquido positivo de 15.335,94 milhões de Meticais no exercício de 2016, gerado, essencialmente, por operações financeiras, mormente os ganhos com as operações realizadas nos mercados cambial e monetário, assim como juros de aplicações das reservas externas no mercado internacional.

Perante essa conjuntura, associada às expectativas de consolidação da paz, de condições climatéricas mais favoráveis, melhoria dos preços internacionais das mercadorias que Moçambique exporta e recuperação da credibilidade externa do País, projectamos, para 2017, o início da recuperação do crescimento da economia moçambicana, num ambiente macroeconómico mais estável e com redobrada vigilância no que tange à estabilidade do sector financeiro, perante riscos de conjuntura doméstica e internacional.

Aos nossos colaboradores, às instituições de crédito e sociedades financeiras, às instituições académicas, aos órgãos de comunicação social e ao público em geral, endereçamos o reconhecimento do Banco de Moçambique por toda a colaboração prestada em 2016.

Rogério Lucas Zandamela

O GOVERNADOR

Artista
Naguib Elias Abdula

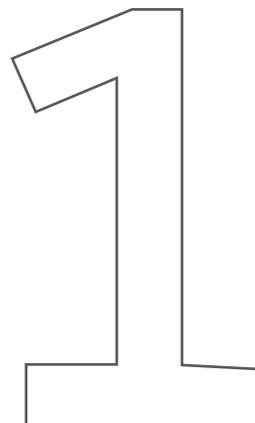


Técnica mista sobre tela
134 x 152 cm
1994

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Técnica mista sobre tela
128 x 152 cm
1994



Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras consolidadas e separadas do Banco de Moçambique, que compreendem a demonstração da posição financeira, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de outro rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O Conselho de Administração é igualmente responsável pela concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada de demonstrações financeiras consolidadas e separadas que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e pela manutenção de registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e separadas foram preparadas em conformidade com as políticas contabilísticas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Nos termos dos artigos 64 e 65 da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, as demonstrações financeiras consolidadas e separadas do ano findo em 31 de Dezembro de 2016 indicadas no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de Maio de 2017 e vão assinadas em seu nome por:



Paulo Felisberto Maculube

Administrador do Pelouro

de Planeamento e Serviços Financeiros





KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício HOLLARD
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
Web: www.kpmg.co.mz

Relatório dos Auditores Independentes

Para a Administração do Banco de Moçambique

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas e separadas do Banco de Moçambique (O Grupo e o Banco), constantes das páginas 6 a 56, que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada e separada em 31 de Dezembro de 2016, e as demonstrações consolidadas e separadas de resultados e outro rendimento integral, de alterações no capital próprio e de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos da questão descrita no secção da Base para Opinião com Reserva do nosso relatório, as demonstrações financeiras consolidadas e separadas apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada e separada do Banco de Moçambique em 31 de Dezembro de 2016, e o seu desempenho financeiro consolidado e separado e fluxos de caixa consolidados e separados do período findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Base para Opinião com Reserva

A nota 15 das demonstrações financeiras consolidadas e separadas indica que o Grupo e o Banco contabilizaram as diferenças de câmbio não realizadas resultantes da conversão dos activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira e o ouro para cumprir com o Artigo 14 da Lei nr: 1/92 de 03 de Janeiro Lei Orgânica do Banco de Moçambique. De acordo com a NIC 21: Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio, todas as conversões dos activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira devem ser reconhecidas na demonstração de resultados consolidada e separada. Consequentemente, o passivo nas demonstrações financeiras da posição financeira consolidada e separada

KPMG Auditores e Consultores, SA, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, é membro da KPMG Internacional, uma cooperativa Suíça

KPMG Auditores e Consultores, SA, a Mozambique limited liability company, is a member of KPMG International, a Swiss cooperative

Registada em Moçambique sob a designação de, KPMG Auditores e Consultores, SA

Registered in Mozambique, as KPMG Auditores e Consultores, SA

encontra-se sobreavaliado em 9 926 milhões de Meticais e o lucro do exercício consolidado e separado encontra-se subavaliado pelo mesmo montante.

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas do nosso relatório. Somos independentes do Banco de acordo com o Código de Ética para Revisores Oficiais de Contas da Federação Internacional de Contabilistas (Código IESBA) e de acordo com outros requisitos de independência aplicáveis à realização de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas, de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra Informação

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende o relatório dos Administradores e a declaração de responsabilidade dos Administradores, que obtivemos antes da data deste relatório, e do Relatório Anual, que deverá ser disponibilizado após essa data. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras consolidadas e separadas e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e separadas não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas e separadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade da administração em relação às demonstrações financeiras consolidadas e separadas

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas e separadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que os Administradores determinem ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e separadas que estão livres de distorção material devido a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e separadas, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade do Grupo e/ ou o Banco se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas a continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que os administradores tenham a intenção de liquidar o Grupo e/ ou o Banco e cessar as operações, ou não tenham alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores para a Auditoria às Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

Os nossos objetivos são obter uma segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e separadas como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Segurança razoável é um nível alto de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detecte sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, puderem influenciar razoavelmente as decisões económicas dos utilizadores de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras consolidadas e separadas, devido a fraude ou erro, desenhamos e efectuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressarmos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo e do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores;
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Grupo e/ ou Banco continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações

financeiras consolidadas e separadas, ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, eventos ou condições futuras podem fazer com que o Grupo e /ou o Banco deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas e separadas, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas e separadas reflectem as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação justa.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e o momento da auditoria e as constatações de auditoria relevantes, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.



KPMG

8 de Junho de 2017

Maputo

BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA – SEPARADA E CONSOLIDADA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Notas	SEPARADA		CONSOLIDADA	
		2016	2015	2016	2015
Activos					
Moeda estrangeira	7	678.660	249.406	678.660	249.406
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	8	98.087.554	78.986.610	98.316.994	79.131.374
Ouro	9	4.146.258	7.813.015	4.146.258	7.813.015
Activos financeiros detidos para negociação	10	26.234.849	16.663.337	26.234.849	16.663.337
Activos financeiros disponíveis para venda	11	40.012.084	39.804.972	39.738.490	39.531.379
Propriedades, instalações e equipamento	12	23.513.196	17.125.987	23.877.393	17.349.505
Activos intangíveis	13	14.840	14.596	50.753	69.323
Outros activos financeiros	14	46.643.382	5.640.481	45.990.781	5.305.672
Flutuação de valores	15	-	11.610.939	-	11.610.939
Activo líquido referente aos benefícios aos empregados	20	161	-	161	-
Total dos activos		239.330.984	177.909.343	239.034.339	177.723.950
Passivos					
Notas e moedas em circulação	16	47.613.399	39.334.471	47.613.399	39.334.471
Depósitos de outras instituições	17	86.196.815	69.251.499	86.196.815	69.251.499
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	18	46.808.195	39.244.271	46.808.195	39.244.271
Financiamentos externos	19	25.238.331	18.311.166	25.238.331	18.311.166
Responsabilidades com benefícios a empregados	20	-	1.574.983	-	1.574.983
Outros passivos	21	1.484.238	2.637.907	1.690.669	2.741.705
Flutuação de valores	15	9.926.269	-	9.926.269	-
Total dos passivos		217.267.247	170.354.297	217.473.678	170.458.095
Capital próprio					
Capital	22	2.361.314	2.361.314	2.361.314	2.361.314
Reserva Legal		488.412	488.412	488.412	488.412
Reservas não distribuíveis	23	3.741.386	576.024	3.209.252	273.357
Reserva de reavaliação de justo valor	23	136.688	76.425	136.688	76.425
Resultado líquido		15.335.937	4.052.871	15.226.410	3.935.985
Total do capital próprio atribuível ao accionista do Banco		22.063.737	7.555.046	21.422.076	7.135.493
Interesses minoritários		-	-	138.585	130.362
Total do capital próprio		22.063.737	7.555.046	21.560.661	7.265.855
Total do capital próprio e passivo		239.330.984	177.909.343	239.034.339	177.723.950

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



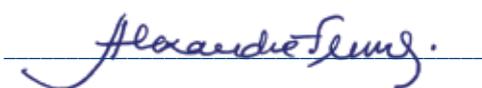
BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL – SEPARADA E CONSOLIDADA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Notas	SEPARADA		CONSOLIDADA	
		2016	2015	2016	2015
Juros e rendimentos equiparados	26.1	4.141.809	2.284.094	4.152.131	2.296.011
Juros e gastos equiparados	26.2	(1.556.077)	(1.696.261)	(1.557.313)	(1.698.499)
Margem financeira		2.585.732	587.833	2.594.818	597.512
Resultados de operações de moeda estrangeira e ouro	27	17.999.424	7.533.937	18.006.238	7.530.089
Outros rendimentos operacionais	28	184.741	473.462	200.626	477.209
Total de rendimentos		20.769.897	8.595.232	20.801.682	8.604.810
Gastos com o pessoal	29	(3.547.670)	(2.975.368)	(3.580.260)	(3.002.918)
Depreciações	12	(178.803)	(190.061)	(243.395)	(225.913)
Amortizações	13	(344)	(588)	(64.380)	(48.718)
Outros gastos operacionais	30	(1.707.143)	(1.376.344)	(1.792.468)	(1.503.581)
Total de gastos operacionais		(5.433.960)	(4.542.361)	(5.680.503)	(4.781.130)
Resultado líquido do exercício		15.335.937	4.052.871	15.121.179	3.823.680
Resultado Líquido Realizado		15.335.937	4.052.871	15.121.179	3.823.680
Resultado Líquido Realizado Consolidado atribuível:					
<i>Ao Accionista do Banco</i>		-	-	15.226.412	3.935.985
<i>Aos Interesses minoritários</i>		-	-	(105.232)	(112.305)

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL – SEPARADA E CONSOLIDADA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Notas	SEPARADA		CONSOLIDADA	
		2016	2015	2016	2015
Resultado líquido do exercício		15.335.937	4.052.871	15.121.179	3.823.680
Outros rendimentos					
Alterações no justo valor - activos financeiros disponíveis para venda	23	60.263	(27.929)	60.263	(27.929)
Alterações no justo valor - Responsabilidade com benefícios a empregad	20	1.960.659	(1.317.105)	1.960.659	(1.317.105)
Total do rendimento integral		17.356.859	2.707.837	17.142.101	2.478.646

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - SEPARADA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

	Nota	Capital	Reservas de reavaliação justo valor	Reservas não distribuíveis	Reserva Legal	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
Saldos em 1 de Janeiro de 2015		2.361.314	104.354	1.730.316	488.412	523.127	5.207.523
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2014		-	-	523.127	-	(523.127)	-
Total do rendimento integral do exercício de 2015		-	-	-	-	4.052.871	4.052.871
Total dos ajustamentos dos exercícios anteriores		-	-	(360.314)	-	-	(360.314)
Ajustamento - justo valor dos activos financeiros	23	-	(27.929)	-	-	-	(27.929)
Responsabilidade com benefícios aos empregados		-	-	(1.317.105)	-	-	(1.317.105)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.361.314	76.425	576.024	488.412	4.052.871	7.555.046
Dividendos declarados		-	-	-	-	(2.837.011)	(2.837.011)
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2015		-	-	1.215.860	-	(1.215.860)	-
Total do rendimento integral do exercício de 2016		-	-	-	-	15.335.937	15.335.937
Total dos ajustamentos dos exercícios anteriores		-	-	374.358	-	-	374.358
Ajustamento - justo valor dos activos financeiros	23	-	60.263	-	-	-	60.263
Responsabilidade com benefícios aos empregados		-	-	1.575.144	-	-	1.575.144
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		2.361.314	136.688	3.741.386	488.412	15.335.937	22.063.737

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE
 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO – CONSOLIDADA
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Montantes expressos em milhares de Meticals)

	Nota	Capital	Reservas de reavaliação justo valor	Reservas não distribuíveis	Reserva legal	Resultado do exercício	Total do capital próprio atribuível ao accionista do Banco	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
Saldos em 1 de Janeiro de 2015		2.361.314	104.354	1.608.377	488.412	430.958	4.993.415	53.948	5.047.363
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2014		-	-	342.399	-	(430.959)	(88.560)	88.555	(5)
Total do rendimento integral do exercício de 2015		-	-	-	-	3.935.985	3.935.985	(112.305)	3.823.680
Total dos ajustamentos dos exercícios anteriores		-	-	(360.314)	-	-	(360.314)	-	(360.314)
Ajustamento - justo valor dos activos financeiros	23	-	(27.929)	-	-	-	(27.929)	-	(27.929)
Responsabilidade com benefícios aos empregados		-	-	(1.317.105)	-	-	(1.317.105)	-	(1.317.105)
Interesses minoritários		-	-	-	-	-	-	100.165	100.165
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.361.314	76.425	273.357	488.412	3.935.984	7.135.492	130.363	7.265.855
Dividendos declarados									
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2015		-	-	-	-	(2.837.011)	(2.837.011)	112.305	(2.837.011)
Total do rendimento integral do exercício de 2016		-	-	986.669	-	(1.098.975)	(112.306)	(105.232)	(1)
Total dos ajustamentos dos exercícios anteriores		-	-	-	-	15.226.412	15.226.412	-	15.121.179
Ajustamento - justo valor dos activos financeiros	23	-	60.263	-	-	-	374.082	-	374.082
Responsabilidade com benefícios aos empregados		-	-	1.575.144	-	-	60.263	-	60.263
Interesses minoritários		-	-	-	-	-	1.575.144	-	1.575.144
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		2.361.314	136.688	3.209.252	488.412	15.226.410	21.422.076	138.585	21.560.661

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO




BANCO DE MOÇAMBIQUE

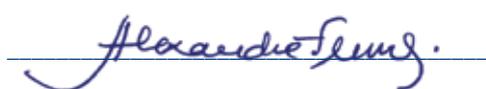
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa de actividades operacionais				
Resultado líquido do exercício	15.335.937	4.052.871	15.121.179	3.823.680
Ajustamentos para:				
Depreciações e amortizações	179.147	190.649	307.775	274.631
Custo com pensões	-	257.876	-	257.876
Fluxo líquido das actividades operacionais	15.515.084	4.501.396	15.428.954	4.356.187
(Aumento)/Diminuição em Activos financeiro detidos para negociação	(9.571.512)	728.773	(9.571.512)	728.773
Aumento em Outros activos financeiros	(41.182.118)	(2.149.301)	(40.864.326)	(2.075.979)
Aumento em Depósitos de outras instituições	16.945.316	18.488.030	16.945.316	18.488.030
Aumento em activos do fundo de pensões	(161)	(1.574.983)	(161)	(1.574.983)
Diminuição em Outros passivos	(1.153.669)	(2.327.016)	(1.051.037)	(2.384.356)
(Diminuição)/Aumento de Bilhetes de Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	8.350.798	(2.191.577)	8.350.798	(2.191.577)
Diminuição de Flutuação de valores reembolsáveis pelo Estado	21.537.208	6.869.910	21.537.208	6.869.910
Varição em responsabilidades com benefícios a empregados	-	378.113	-	378.113
Fluxo líquido das alterações ao nível do capital circulante	(5.074.138)	18.221.949	(4.653.714)	18.237.931
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais	10.440.946	22.723.345	10.775.240	22.594.118
Fluxo de caixa das actividades de investimento				
Aquisição de propriedades, instalações e equipamentos	(6.566.013)	(9.114.871)	(6.770.907)	(9.159.915)
Aquisição de Activos intangíveis	-	-	(45.222)	(5.175)
Varição nas Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito e moeda estrangeira	(16.471.097)	(8.566.722)	(16.471.097)	(8.566.722)
Varição em Activos financeiros disponíveis para venda	(146.848)	(15.037.026)	(146.848)	(14.919.727)
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento	(23.183.958)	(32.718.619)	(23.434.074)	(32.651.539)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento				
Aumento de Notas e moedas em circulação	8.278.928	3.018.520	8.278.928	3.018.520
Varição de financiamentos externos	6.927.165	7.337.068	6.927.165	7.337.068
Dividendos pagos	(2.837.011)	-	(2.837.011)	-
Aumento de Reservas	-	(360.314)	373.931	(360.314)
Entradas de realização de capital	-	-	1.150	100.154
Ajustamentos de exercícios anteriores	373.930	-	(653)	-
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento	12.743.012	9.995.274	12.743.510	10.095.428
Varição líquida em caixa e equivalentes de caixa	-	-	84.676	38.007
Caixa e equivalentes de caixa no início do período *	-	-	144.764	106.757
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período *	-	-	229.440	144.764

* Devido à sua função de emissor de moeda o Banco não apresenta saldos de caixa e equivalentes de caixa na sua demonstração da posição financeira.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

NOTA 1 – BASE DE PREPARAÇÃO

1.1.Introdução

O BM – Banco de Moçambique (Banco) é o Banco Central da República de Moçambique e tem a sua sede em Maputo, na Av. 25 de Setembro, 1695. O seu capital está integralmente subscrito e realizado pelo Estado da República de Moçambique.

Estrutura de Relato Financeiro

As presentes Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

A Lei requer que os ganhos e perdas cambiais sejam contabilizados como activos ou passivos e que não sejam reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

NOTA 2 – MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas e separadas são apresentadas em Metical, que é igualmente a moeda funcional do Banco e do Grupo.

NOTA 3 – USO DE ESTIMATIVA E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração efectue julgamentos, estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. As alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos.

As estimativas e julgamentos associados são revistos numa base contínua. As revisões de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão apenas afectar esse período ou no período da revisão e em períodos subsequentes se a revisão afectar tanto o período actual como os períodos futuros.

As principais estimativas concentram-se nas seguintes áreas:

Benefícios aos empregados

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e outros benefícios pós-emprego ou de curto prazo são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego.

Recuperabilidade de outros activos

O Banco analisa periodicamente o saldo de Outros Activos, verificando se existem indícios de imparidade de forma a determinar a necessidade de reconhecer perdas por imparidade ou não. Nesta avaliação, são utilizadas as estimativas aprovadas pela Administração. A determinação da recuperabilidade de Outros Activos requer um julgamento significativo por parte da administração no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados e taxas de desconto aplicáveis.

O Conselho de Administração considera que as estimativas e os julgamentos efectuados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa em todos os aspectos materiais.

NOTA 4 – NORMAS EMITIDAS MAS NÃO EFECTIVAS

Um número de novas normas e alterações de normas são efectivas para períodos com início após 1 de Janeiro de 2016 e a adopção antecipada e permitida. O Banco não antecipou a adopção das seguintes novas normas ou alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Até à data de autorização das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, as seguintes Normas e Interpretações foram emitidas mas não tinham sido ainda adoptadas:

Iniciativa de Divulgação (Emenda à NIC 7)

As emendas prevêem divulgações que permitam aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar as alterações nos passivos resultantes de actividades de financiamento, incluindo alterações resultantes do fluxo de caixa e alterações não monetárias. Isto inclui a reconciliação entre os saldos de abertura e de fecho dos passivos resultantes das actividades de financiamento.

As emendas são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2017 e a adopção antecipada é permitida.

Reconhecimento de Activos por Impostos Diferidos para Perdas não Realizadas (Emenda à NIC 12)

As emendas fornecem orientações adicionais sobre a existência de diferenças temporárias dedutíveis, que dependem apenas da comparação da quantia escriturada de um activo e da sua base fiscal no fim do período de relato e não são afectadas por eventuais alterações futuras da quantia escriturada ou modo esperado de recuperação do activo.

As emendas fornecem igualmente orientações adicionais sobre os métodos utilizados para calcular o lucro tributável futuro para determinar se um activo por imposto diferido pode ser reconhecido. É fornecida orientação quando uma entidade pode assumir que irá recuperar um activo comparativamente a sua quantia escriturada, desde que haja evidência suficiente de que é provável que a entidade alcance esse objectivo.

São fornecidas orientações para diferenças temporárias dedutíveis relacionadas com perdas não realizadas que não são avaliadas separadamente para reconhecimento. Estas são avaliadas numa base combinada, a menos que uma lei fiscal restrinja a utilização de perdas para deduções de rendimentos de um tipo específico.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2017 e, a aplicação antecipada é permitida.

NIRF 15 Rédito de contratos com clientes

Esta norma substitui a NIC 11 *Contratos de Construção*, NIC 18 *Rédito*, IFRIC 13 *Programas de Fidelização de Clientes*, IFRIC 15 *Acordos para Construção de Imóveis*, IFRIC 18 *Transferência de Activos para Clientes* e SIC-31 *Rédito – Transacções de Troca Envolvendo Serviços de Publicidade*.

A norma contém um modelo único que se aplica a contratos com clientes e duas abordagens para reconhecimento do rédito: num momento ou ao longo do tempo. O modelo apresenta um contrato de análise de transacções com base em cinco etapas para determinar quanto e quando o rédito é reconhecido.

Esta nova norma terá provavelmente um impacto significativo sobre o Banco, que irá incluir uma possível mudança na tempestividade do reconhecimento do rédito e na mensuração do rédito que é reconhecido. O Banco está actualmente no processo de execução de uma avaliação mais detalhada do impacto desta norma e irá fornecer mais informações nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

A norma é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida.

NIRF 9 Instrumentos Financeiros

Em 24 de Julho 2014, o IASB emitiu a Norma final respeitante à NIRF 9 *Instrumentos Financeiros*, que substitui as versões anteriores da NIRF 9 e conclui o projecto do IASB para substituir a NIC 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

Esta norma terá um impacto significativo sobre o Banco, que inclui mudanças na base de mensuração de activos financeiros do Grupo para o custo amortizado, o justo valor através de outro rendimento integral ou justo valor através de lucros ou prejuízos. Mesmo que essas categorias de mensuração sejam semelhantes às da NIC 39, os critérios de classificação para essas categorias são significativamente diferentes. Além disso, o modelo de imparidade foi alterado do modelo de “perda incorrida” da NIC 39 para um modelo de “perda esperada de crédito”, que se espera que aumente as imparidades de crédito reconhecidas pelo Banco.

A norma é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida.

Esclarecimento sobre a contabilização de pagamentos com base em acções (Emenda à NIRF 2)

Actualmente, existe ambiguidade sobre como uma entidade deve contabilizar certos tipos de acordos de pagamento com base em acções. O IASB respondeu publicando emendas à NIRF 2 Pagamento com Base em Acções.

As emendas abrangem três áreas de contabilidade:

Mensuração de transacções de pagamento com base em acções e liquidadas em dinheiro - Os novos requisitos não alteram o valor acumulado de despesa que é reconhecido em última instância, porque o valor total de uma transacção de pagamento com base em acções e liquidado em dinheiro ainda é igual ao valor pago na liquidação.

Classificação de transacções de pagamento com base em acções liquidados de forma líquida de retenções na fonte - As emendas introduzem uma excepção, indicando que, para fins de classificação, uma transacção de pagamento com base em acções com empregados é contabilizada como liquidada com capital próprio se forem satisfeitos determinados critérios.

Contabilização de uma modificação de uma transacção de pagamento com base em acções de liquidação liquidadas em dinheiro para liquidada com capital próprio. As emendas esclarecem a abordagem que as empresas devem aplicar.

Os novos requisitos podem afectar a classificação e/ou mensuração desses acordos - e, potencialmente, o tempo e o valor da despesa reconhecidos para os prémios novos e pendentes. As emendas são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018.

NIRF 16 Locações

A NIRF 16 foi publicada em Janeiro de 2016. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, ou seja, o cliente (“locatário”) e o fornecedor (“locador”). A NIRF 16 substitui a anterior norma de locações, NIC 17 *Locações* e Interpretações relacionadas. A NIRF 16 apresenta um modelo para locatários que resultará em quase todas as locações sendo incluídas na Demonstração da Posição Financeira. Não foram incluídas alterações significativas para os locadores.

A norma é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2019, com adopção antecipada permitida apenas se a entidade adoptar igualmente a NIRF 15. Os requisitos transitórios são diferentes para os locatários e locadores. O Banco começou a avaliar o potencial impacto nas demonstrações financeiras resultantes da aplicação da NIRF 16. Não se espera nenhum impacto significativo para as locações financeiras do Banco.

NOTA 5 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco são as descritas nos pontos que se seguem.

1.1. Estrutura de relato financeiro

As presentes Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Consolidação

i. Empresas subsidiárias

O Banco detém uma participação financeira na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO). Consideram-se empresas subsidiárias aquelas entidades em que o Banco detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa. Nas demonstrações financeiras separada do Banco, o investimento na SIMO, encontra-se reconhecido ao custo histórico pelo facto das acções desta empresa não se encontrarem cotadas na Bolsa de Valores, o que torna difícil a estimativa do respectivo justo valor.

As transacções entre empresas do grupo, saldos, receitas e despesas em operações entre empresas do grupo são eliminadas. Os lucros e perdas resultantes de transacções entre empresas do grupo que sejam reconhecidos nos activos são também eliminados.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas do grupo.

Quando o Banco deixa de ter controlo de uma subsidiária, a quantia escriturada da participação é reavaliada ao justo valor na data da alienação, sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor de alienação reconhecida em ganhos ou perdas.

As subsidiárias são integralmente consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Banco e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controlo cessa.

ii. Alterações nas participações em subsidiárias sem mudança de controlo

As transacções com accionistas minoritários que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transacções de capital, isto é, como transacções com os proprietários na sua qualidade de proprietários.

A diferença entre o justo valor de qualquer contraprestação paga e a participação relevante adquirida da quantia escriturada dos activos líquidos da associada é registada no capital próprio. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registados no capital próprio.

1.2. Transacções em moeda estrangeira

Os registos contabilísticos do Grupo são processados e mantidos em Meticais. As transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a taxa de câmbio em vigor à data das mesmas. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Meticais mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor na data de relato.

Os activos não-monetários em moeda estrangeira que são valorizados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data em que a transacção ocorreu. Os activos não monetários em moeda estrangeira que são mensurados pelo justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da determinação do justo valor.

Durante o exercício, o apuramento de ganhos ou perdas em operações de moeda estrangeira é efectuado moeda a moeda pelo diferencial entre o valor das transacções e o custo médio ponderado do dia, o qual é calculado com base no “método do custo líquido diário”.

Relativamente aos ganhos e perdas provenientes de reavaliação cambial das posições activas e passivas em moeda estrangeira, o Banco aplica o disposto no Artigo 14º da Lei Orgânica - nº 1/92, de 3 de Janeiro, que determina que estes ganhos e perdas devem ser apresentados numa conta da demonstração da posição financeira (conta especial de Flutuação de Valores).

1.3. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor ajustado de custos ou proveitos incrementais directamente atribuíveis à sua origem, excepto para os activos e passivos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas em que estes valores são imediatamente reconhecidos em lucros ou prejuízos.

Entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um activo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transacção ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O justo valor é determinado com base em:

- Preços de um mercado activo;
- Preços de venda recentes de activos semelhantes; ou
- Métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacentes:

- * Nível 1: Instrumentos financeiros mensurados de acordo com preços de mercado ou providers; ou,
- * Nível 2: Instrumentos financeiros mensurados de acordo com metodologias de mensuração interna considerando maioritariamente dados observáveis de mercado; e ou,
- * Nível 3: Instrumentos financeiros mensurados de acordo com metodologias de valorização interna, considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na mensuração do instrumento.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se nele se transacciona de uma forma regular. Em geral, existem preços de mercado para títulos e derivados (futuros e opções) negociados em bolsa. Os activos financeiros são desconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

1.3.1. Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação incluem as carteiras de títulos sob gestão externa que estão classificadas como detidas para negociação pelo facto de terem sido adquiridas com objectivo de venda no curto prazo.

A avaliação destes activos é efectuada com base no justo valor obtido do Custodiante. Os ganhos e perdas realizados resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em lucros ou prejuizos, tal como o rendimento de juros e dividendos.

1.3.2. Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não-derivados que:

- São designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou
- Não se classificam como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através de lucros ou prejuizos.

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, que é entendido como sendo o respectivo valor de cotação à data de relato. Exceptuam-se as acções não cotadas cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que são mensuradas ao custo de aquisição e em que são constituídas perdas por imparidade nos casos que se justifiquem. Quando o justo valor não é obtido através de preços de um mercado activo, o justo valor estimado é baseado em fluxos de caixa descontados usando uma taxa de juro de mercado para instrumentos cujo risco de crédito e maturidade remanescente são similares.

Sempre que as expectativas de médio prazo de mercado apontem para valorizações significativamente abaixo da cotação na data de relato, são registadas perdas por imparidade, sendo consideradas perdas permanentes apenas aquelas relativas aos instrumentos de capital.

As mais e menos valias potenciais resultantes de alterações no justo valor são reconhecidas directamente nos capitais próprios na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor”, excepto no caso de perdas por imparidade, que são reconhecidas directamente em lucros ou prejuízos. No momento em que os activos financeiros são vendidos, alienados ou de qualquer forma desreconhecidos, as mais ou menos valias ainda reconhecidas no capital próprio são removidas e registadas em resultados. Os dividendos de instrumentos de capitais classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em lucros ou prejuízos quando o direito de receber os dividendos é estabelecido.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em lucros ou prejuízos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Créditos e outros valores a receber

Esta rubrica abrange essencialmente os créditos concedidos pelo Grupo aos trabalhadores e a bancos comerciais.

No momento inicial, os créditos e outros valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção, excepto quando os créditos forem concedidos a uma taxa fora de mercado (nesse caso o Banco regista a diferença para a taxa de mercado em gastos com o pessoal). Posteriormente, são mensurados ao custo amortizado, com base no método do juro efectivo, e sujeitos a testes de imparidade.

1.3.3. Caixa e equivalentes de caixa

As notas e moedas que se encontram na caixa do Grupo à data de final do exercício foram deduzidas do valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua condição, não representarem moeda em circulação.

5.3.5. Imparidade de activos financeiros

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de uma perda resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização prolongada ou

significativa na sua cotação; e (ii) para títulos não cotados, crédito concedido e outros activos financeiros mensurados ao custo amortizado, quando esse evento tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupos de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em capital próprio, é transferida para lucros ou prejuízos. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de lucros ou prejuízos até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em outro rendimento integral.

Quando existe imparidade nos activos mensurados ao custo amortizado, a perda correspondente à diferença entre a quantia escriturada e o valor recuperável é reconhecida em lucros ou prejuízos. O valor recuperável é determinado como o valor dos fluxos de caixa futuros esperados, actualizados à taxa efectiva original do activo.

5.3.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem notas e moedas em circulação, depósitos de outras instituições, bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado, e outros instrumentos no âmbito da política monetária, e financiamentos obtidos junto do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo despesas e comissões consideradas incrementais à transacção, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado.

Qualquer diferença entre o montante recebido líquido de custos de transacção e o montante a pagar na maturidade é reconhecida na demonstração de rendimento integral durante a vida do passivo através do método do juro efectivo.

5.4. Ouro

O ouro é mensurado ao preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos à data de final do ano no Mercado de Ouro de Londres. As alterações ao justo valor do ouro resultantes de alterações de preço são reconhecidas em lucros ou prejuízos.

Os ganhos e perdas cambiais em operações sobre o ouro são reconhecidos na conta especial de flutuação de valores conforme mencionado na Nota 5.1.

5.5. Propriedades, instalações e equipamentos

Os itens de propriedades, instalações e equipamentos do Grupo encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui os custos que são directamente atribuíveis à aquisição dos activos.

Os custos subsequentes com os itens de propriedades, instalações e equipamentos são reconhecidos como activo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todos os custos com manutenção e reparação são reconhecidos como gasto, quando incorridos.

As depreciações dos itens de propriedades, instalações e equipamentos são calculadas de acordo com o critério das quotas constantes para depreciar o seu custo até ao seu valor residual. Seguem abaixo as vidas úteis esperadas das propriedades, instalações e equipamentos:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios	50
Equipamento Informático	4
Veículos	4 - 5
Outras propriedades, instalações e equipamentos	10

Os valores residuais dos activos, as vidas úteis e métodos de depreciação são revistos no final de cada exercício e ajustados prospectivamente se apropriado.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o Grupo estima o seu valor recuperável e reconhece uma perda por imparidade sempre que o valor líquido exceda o valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em lucros ou prejuízos.

O valor recuperável é determinado pelo montante mais elevado entre o justo valor menos os custos de venda e o valor de uso, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os itens de propriedades, instalações e equipamentos são desreconhecidos quando são vendidos ou quando não mais for esperado obter benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou venda. Os ganhos e perdas gerados no desreconhecimento destes activos são reconhecidos em lucros e prejuízos.

5.6. Activos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente os custos de aquisição de software, quando for expectável que os benefícios económicos se repercutem para além do exercício em que são incorridos.

Os activos intangíveis são amortizados de acordo com o critério das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do activo que neste momento, pelos activos intangíveis existentes, corresponde a um período de três anos.

5.7. Transacções com o Governo

O Grupo toma, por sua conta, várias transacções em nome do Governo, nomeadamente a abertura e a manutenção de contas para projectos patrocinados. As transacções em que o Banco apenas actua como agente, não assumindo quaisquer riscos e benefícios, bem como os activos e os passivos que surgem na sequência destas transacções, não se encontram reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

5.8. Custos com a produção de notas e moedas

Os custos com a produção de notas e moedas são reconhecidos na rubrica de Outros Activos no momento da produção das notas e moedas. Estes custos são posteriormente amortizados por contrapartida de lucros ou prejuízos por períodos de 3 e 5 anos para notas e moedas, respectivamente, a contar da data da respectiva emissão.

5.9. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de acontecimentos passados; (ii) seja provável que o seu pagamento resulte num exfluxo de benefícios económicos; e (iii) pode ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

5.10. Responsabilidades com pensões de reforma

O Grupo procedeu à constituição de um fundo de pensões separado, tendo como objectivo fazer face às responsabilidades com pensões dos seus funcionários desde 1 de Janeiro de 1993. A criação deste fundo foi efectuada mediante deliberação do Conselho de Administração do Banco.

O fundo de pensões é gerido pela Kuhanha – Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, SA.

A política adoptada pelo Grupo visa assumir a responsabilidade total pelo pagamento das pensões de reforma daqueles funcionários, incluindo a atribuição de benefícios a viúvas, órfãos menores e funcionários incapacitados.

O plano de pensões existente corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que definem-se os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e contribuição. As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por um actuário independente, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas as Obrigações do Tesouro Moçambicano.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados

(ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos activos e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Anualmente, o Grupo reconhecerá como um custo, um valor total líquido que inclui: (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) menos o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito de eventuais reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados e (v) os ganhos e perdas resultantes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

Os componentes acima indicados são reconhecidos em “Custos com pessoal”.

5.11. Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) para o Sector Bancário Moçambicano, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos Colaboradores no activo que completem quinze, vinte e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois e três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição).

O Grupo determina anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de relato para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Grupo. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações do Tesouro Moçambicano.

5.12. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos equiparados ou juros e gastos equiparados, utilizando o método da taxa de juro efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou prejuízos são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos equiparados ou juros e gastos equiparados, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para a quantia escriturada do activo ou passivo financeiro. A taxa efectiva de juros é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juros efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

5.13. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

- Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos consoante a percentagem de prestação de serviço; e
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante do juro efectivo de um instrumento financeiro são registados pelo método da taxa de juro efectiva.

NOTA 6 – GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

O Grupo encontra-se exposto a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de mercado (que inclui os riscos cambiais, e de taxa de juros), risco de liquidez, risco de crédito e risco operacional.

A gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro e no capital do Banco.

A gestão de riscos financeiros relacionada com a Gestão das Reservas Internacionais é conduzida pelo Departamento responsável pela gestão de reservas internacionais, sob supervisão do Comité de Gestão de Reservas Internacionais e do Conselho de Administração. Este departamento é responsável pela identificação, avaliação e cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito, as linhas de orientação definidas pelo Conselho de Administração.

6.1. Estratégia na utilização de instrumentos financeiros

Pela sua natureza, as actividades do Banco estão principalmente relacionadas com a gestão das Reservas Internacionais, conforme as atribuições conferidas pela Lei Orgânica nº1/92 de 3 de Janeiro.

Na gestão das Reservas Internacionais, o Banco assegura a observância de boas práticas relativas aos princípios prudenciais e operacionais quanto à escolha da estrutura da carteira, composição da carteira por moedas, *duration*, *benchmarks* a ter em conta, instrumentos a transaccionar, mercados onde aplicar os seus activos e os parceiros externos a contratar.

O Conselho de Administração aprova: (i) as fontes e uso das reservas; (ii) a composição da carteira global e os critérios para a sua divisão em tranches; (iii) a maturidade média da carteira global (*duration*); (iv) os instrumentos financeiros elegíveis; (v) a qualidade de crédito mínima dos produtos financeiros e contrapartes; e (vi) os níveis decisórios e de responsabilidade relativamente à gestão de reservas.

O Grupo faz internamente a gestão passiva de parte das suas reservas. Neste âmbito os recursos são aplicados em obrigações de tesouro do Governo dos Estados Unidos da América. O Grupo não tem a intenção de manter estas obrigações até à maturidade, nem foram adquiridas com o objectivo de venda a curto prazo, pelo que foram classificadas como activos financeiros disponíveis para venda.

O Grupo contrata igualmente gestores externos para a gestão das suas reservas, tendo em conta os *ratings* dos gestores e normativos legais em vigor. Os activos desta carteira são adquiridos com o objectivo de venda a curto prazo e são classificados como activos financeiros detidos para negociação. Apenas são detidos futuros, forwards e opções para efectuar a gestão de risco das carteiras de negociação. Todos os títulos detidos nestas carteiras têm taxa fixa.

É definida uma carteira de referência (*Benchmark*) para efeitos de gestão da carteira global de Reservas Internacionais, tal como um *Benchmark* específico para a carteira gerida internamente e para cada carteira sob gestão externa. São definidos limites para os desvios face ao *Benchmark*. O Banco recebe mensalmente do Custodiante um relatório com os breaches das regras definidas para os gestores externos. No que se refere à carteira gerida internamente, é efectuada pelo Departamento responsável pela gestão de reservas internacionais uma comparação diária entre a carteira e o *Benchmark*. Mensalmente é efectuado um rebalanceamento da carteira.

Não obstante o Grupo ter como referência os dados constantes nos relatórios recebidos pelo Custodiante, o mesmo garante que o justo valor dos títulos reconhecido é determinado de acordo com o disposto na Nota 24 – Justo valor dos instrumentos financeiros.

No contexto da estratégia do Grupo relativamente à utilização de instrumentos financeiros, o quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2016, repartidos pelas diferentes categorias segundo a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.

31-12-2016	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos Financeiros disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira	-	678.660	-	-	678.660
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de	-	98.087.554	-	-	98.087.554
Activos financeiros detidos para negociação	26.234.849	-	-	-	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	40.012.084	-	40.012.084
Outros activos financeiros	-	46.643.382	-	-	46.643.382
Total de Activos financeiros	26.234.849	145.409.596	40.012.084	-	211.656.529
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação	-	-	-	47.613.399	47.613.399
Depósitos de outras instituições	-	-	-	86.196.815	86.196.815
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	46.808.195	46.808.195
Financiamentos externos	-	-	-	25.238.331	25.238.331
Outros passivos	-	-	-	1.484.238	1.484.238
Total de Passivos financeiros	-	-	-	207.340.978	207.340.978
31-12-2015	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos Financeiros disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira	-	249.406	-	-	249.406
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de	-	78.986.610	-	-	78.986.610
Activos financeiros detidos para negociação	16.663.337	-	-	-	16.663.337
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	39.804.972	-	39.804.972
Outros activos financeiros	-	5.640.481	-	-	5.640.481
Total de Activos financeiros	16.663.337	84.876.497	39.804.972	-	141.344.806
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação	-	-	-	39.334.471	39.334.471
Depósitos de outras instituições	-	-	-	69.251.499	69.251.499
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	39.244.271	39.244.271
Financiamentos externos	-	-	-	18.311.166	18.311.166
Outros passivos	-	-	-	2.637.907	2.637.907
Total de Passivos financeiros	-	-	-	168.779.314	168.779.314

O quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos financeiros do Grupo em 31 de Dezembro, repartidos pelas diferentes categorias da referida IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.

31-12-2016	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos Financeiros disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira	-	678.660	-	-	678.660
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	98.316.994	-	-	98.316.994
Activos financeiros detidos para negociação	26.234.849	-	-	-	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	39.738.490	-	39.738.490
Outros activos financeiros	-	45.990.781	-	-	45.990.781
Total de Activos financeiros	26.234.849	144.986.435	39.738.490	-	210.959.774
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação	-	-	-	47.613.399	47.613.399
Depósitos de outras instituições	-	-	-	86.196.815	86.196.815
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	46.808.195	46.808.195
Financiamentos externos	-	-	-	25.238.331	25.238.331
Outros passivos	-	-	-	1.690.669	1.690.669
Total de Passivos financeiros	-	-	-	207.547.409	207.547.409
31-12-2015	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos Financeiros disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira	-	249.406	-	-	249.406
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	79.131.374	-	-	79.131.374
Activos financeiros detidos para negociação	16.663.337	-	-	-	16.663.337
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	39.531.379	-	39.531.379
Outros activos financeiros	-	5.305.672	-	-	5.305.672
Total de Activos financeiros	16.663.337	84.686.452	39.531.379	-	140.881.168
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação	-	-	-	39.334.471	39.334.471
Depósitos de outras instituições	-	-	-	69.251.499	69.251.499
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	39.244.271	39.244.271
Financiamentos externos	-	-	-	18.311.166	18.311.166
Outros passivos	-	-	-	2.741.705	2.741.705
Total de Passivos financeiros	-	-	-	168.883.112	168.883.112

6.2. Risco de Crédito

6.2.1. Controlo de risco e políticas de mitigação

O Banco assume na sua actividade um determinado nível de exposição ao risco de crédito, ou seja, ao risco de incumprimento efectivo por parte da contraparte. A Administração regula criteriosamente a exposição do Banco ao risco de crédito e risco do país, estabelecendo: (i) as classificações de crédito mínimas (ratings) por cada tipo de instrumento elegível, (ii) os prazos máximos por rating para os depósitos a prazo, (iii) os limites de concentração por rating das contrapartes, (iv) os limites de concentração por país e, (v) os limites de risco por emissor os quais são revistos anualmente.

O Departamento de Mercados e Gestão de Reservas verifica numa base diária o cumprimento dos limites.

Para a gestão e aplicação das reservas internacionais, a Administração define igualmente quais as entidades externas habilitadas a prestar estes serviços.

Os activos financeiros que potencialmente expõem o Banco a concentração de risco de crédito consistem essencialmente nas disponibilidades e aplicações sobre outras instituições de crédito, nas obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

6.2.2. Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito a 31 de Dezembro era como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	98.087.554	78.986.610	98.316.994	79.131.374
Activos financeiros detidos para negociação	26.234.849	16.663.337	26.234.849	16.663.337
Activos financeiros disponíveis para venda	40.012.084	39.804.972	39.738.490	39.531.379
Outros activos financeiros	46.643.382	5.640.481	45.990.781	5.305.672
Total a 31 Dezembro	210.977.869	141.095.400	210.281.114	140.631.762

6.2.3. Qualidade de activos financeiros

A tabela seguinte apresenta um resumo do Banco, a 31 de Dezembro, da qualidade de crédito das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, de activos financeiros detidos para negociação e de activos financeiros disponíveis para venda não vencidos nem em imparidade:

31.12.2016	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos Financeiros	Total
AAA	5.616.165	7.188.347	14.665.794	-	27.470.306
AA- a AA+	30.728.706	9.588.437	-	-	40.317.143
A- a A+	38.886.207	-	-	-	38.886.207
Menor que A-	5.085.217	9.458.065	-	-	14.543.282
Sem rating	17.771.259	-	25.346.290	46.643.382	89.760.930
Total	98.087.554	26.234.849	40.012.084	46.643.382	210.977.869

31.12.2015	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos Financeiros	Total
AAA	18.916.934	4.558.244	9.274.851	-	32.750.029
AA- a AA+	21.176.519	5.959.247	-	-	27.135.766
A- a A+	27.267.476	-	-	-	27.267.476
Menor que A-	10.286.878	5.959.918	-	-	16.246.796
Sem rating	1.338.803	185.928	30.530.121	5.640.481	37.695.333
Total	78.986.610	16.663.337	39.804.972	5.640.481	141.095.400

A tabela seguinte apresenta um resumo do Grupo, a 31 de Dezembro, da qualidade de crédito das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, de activos financeiros detidos para negociação e de activos financeiros disponíveis para venda não vencidos nem em imparidade:

31.12.2016	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos Financeiros	Total
AAA	5.616.165	7.188.347	14.665.794	-	27.470.306
AA- a AA+	30.728.706	9.588.437	-	-	40.317.143
A- a A+	38.886.207	-	-	-	38.886.207
Menor que A-	5.085.217	9.458.065	-	-	14.543.282
Sem rating	18.000.699	-	25.072.696	45.990.781	89.064.176
Total	98.316.994	26.234.849	39.738.490	45.990.781	210.281.114

31.12.2015	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos Financeiros	Total
AAA	18.916.934	4.558.244	9.274.851	-	32.750.029
AA- a AA+	21.176.519	5.959.247	-	-	27.135.766
A- a A+	27.267.476	-	-	-	27.267.476
Menor que A-	10.286.878	5.959.918	-	-	16.246.796
Sem rating	1.483.567	185.928	30.256.528	5.305.672	37.231.695
Total	79.131.374	16.663.337	39.531.379	5.305.672	140.631.762

6.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não dispor de fundos necessários para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento.

A Administração define limites de concentração por prazos de maturidade, os quais são revistos anualmente. O Departamento de Mercados e Gestão de Reservas verifica numa base diária o cumprimento dos limites.

O Grupo subdivide a sua carteira global de Reservas Internacionais em três *tranches*, definidas de acordo com os motivos que justificam a manutenção das reservas internacionais e a sua procura potencial, nomeadamente:

- **Tranche de Fundo de Maneio**, destinado a atender às necessidades mensais de liquidez estimadas para transacções correntes e potenciais intervenções no mercado cambial;
- **Tranche de Liquidez**, destinada a atender às necessidades estimadas de liquidez para cobertura de 1 a 3 meses de importações de bens e serviços e o serviço da dívida pública orçamentado para o ano em causa (maturidade até 1 ano); e
- **Tranche de Investimento**, destinada a atender às necessidades de médio e longo prazo e a contingências em períodos de crise. É constituída por qualquer excesso das reservas sobre as Tranches de Fundo de Maneio e Liquidez, no seu conjunto.

São definidos limites mínimos e máximos para as Tranches do Fundo de Maneio e Liquidez.

A gestão do risco de liquidez é elaborada com base em projecções de fluxos de caixa e através da verificação do cumprimento de limites.

A maturidade média de todos os activos que compõem a carteira, ponderada pelo respectivo valor de mercado (*duration*) da carteira de Reservas Internacionais, não poderá, em média, ser superior a 1 ano.

Em 31 de Dezembro 2016, a Tranche de Liquidez apresenta uma concentração das aplicações em instituições com ratings AAA, AA-, AA+, A- e A+.

O quadro seguinte analisa os activos e passivos financeiros e ouro do Banco por grupos relevantes de maturidade, sendo os montantes compostos pelo valor de activos e passivos financeiros tendo em conta a data em que será efectuado o pagamento, recebimento ou vencimento das operações.

Note-se que o quadro apresenta o ouro e apenas os activos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, uma vez que são estes que geram risco de liquidez para o Banco.

Em 31 de Dezembro de 2016

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos Financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	678.660	678.660
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	20.844.732	77.242.481	-	-	-	-	341	98.087.554
Ouro	-	-	-	-	-	-	4.146.258	4.146.258
Activos financeiros detidos para negociação	787.485	652.058	5.303.504	18.430.936	497.281	-	563.585	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda	345.863	1.166.584	5.007.858	6.854.617	980.014	-	25.657.148	40.012.084
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	46.643.382	46.643.382
Total de activos financeiros e Ouro	21.978.080	79.061.123	10.311.362	25.285.553	1.477.295	-	77.689.374	215.802.787
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	47.613.399	47.613.399
Depósitos de outras instituições de crédito	84.334.515	1.862.300	-	-	-	-	-	86.196.815
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	14.783.934	-	32.024.261	-	-	-	-	46.808.195
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	25.238.331	-	25.238.331
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	1.484.238	1.484.238
Total de passivos financeiros	99.118.449	1.862.300	32.024.261	-	-	25.238.331	49.097.637	207.340.978
Posição líquida	(77.140.369)	77.198.823	(21.712.899)	25.285.553	1.477.295	(25.238.331)	28.591.737	8.461.809

Em 31 de Dezembro de 2015

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos Financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	249.406	249.406
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	33.777.492	45.209.118	-	-	-	-	-	78.986.610
Ouro	-	-	-	-	-	-	7.813.015	7.813.015
Activos financeiros detidos para negociação	395.508	699.109	2.346.434	12.247.004	799.767	29.355	146.160	16.663.337
Activos financeiros disponíveis para venda	429.698	245.780	2.629.796	5.877.987	91.590	-	30.530.121	39.804.972
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	5.640.481	5.640.481
Total de activos financeiros e Ouro	34.602.698	46.154.007	4.976.230	18.124.991	891.357	29.355	44.379.183	149.157.821
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	39.334.471	39.334.471
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	69.251.499	69.251.499
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	6.538.283	205.034	32.500.954	-	-	-	-	39.244.271
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	18.311.166	-	18.311.166
Outros passivos	2.637.907	-	-	-	-	-	-	2.637.907
Total de passivos financeiros	9.176.190	205.034	32.500.954	-	-	18.311.166	108.585.970	168.779.314
Posição líquida	25.426.508	45.948.973	(27.524.724)	18.124.991	891.357	(18.281.811)	(64.206.787)	(19.621.493)

O quadro seguinte analisa os activos e passivos financeiros e ouro do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2016

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos Financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	678.660	678.660
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	20.944.172	77.372.481	-	-	-	-	341	98.316.994
Ouro	-	-	-	-	-	-	4.146.258	4,146,258
Activos financeiros detidos para negociação	787.485	652.058	5.303.504	18.430.936	497.281	-	563.585	26,234,849
Activos financeiros disponíveis para venda	345.863	1.166.584	5.007.858	6.854.617	980.014	-	25.383.554	39,738,490
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	45.990.781	45,990,781
Total de activos financeiros e Ouro	22.077.520	79.191.123	10.311.362	25.285.553	1.477.295	-	76.763.179	215.106.032
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	47.613.399	47,613,399
Depósitos de outras instituições de crédito	84.334.515	1.862.300	-	-	-	-	-	86,196,815
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	14.783.934	-	32,024,261	-	-	-	-	46,808,195
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	25,238,331	-	25,238,331
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	1,690,669	1,690,669
Total de passivos financeiros	99.118.449	1.862.300	32.024.261	-	-	25.238.331	49.304.068	207.547.409
Posição líquida	(77.040.929)	77.328.823	(21.712.899)	25.285.553	1.477.295	(25.238.331)	27.459.111	7.558.623

Em 31 de Dezembro de 2015

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos Financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	249.406	249.406
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	33.842.256	45.209.118	-	-	-	-	-	79,051,374
Ouro	-	-	-	-	-	-	7,813,015	7,813,015
Activos financeiros detidos para negociação	395.508	699.109	2,346,434	12,247,004	799,767	29,355	146,160	16,663,337
Activos financeiros disponíveis para venda	429.698	245.780	2,629,796	5,877,987	91,590	-	30,256,528	39,531,379
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	5,306,672	5,306,672
Total de activos financeiros e Ouro	34.667.462	46.154.007	4.976.230	18.124.991	891.357	29.355	43.771.781	148.615.183
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	39,334,471	39,334,471
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	69,251,499	69,251,499
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	6,538,283	205,034	32,500,954	-	-	-	-	39,244,271
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	18,311,166	-	18,311,166
Outros passivos	2,741,705	-	-	-	-	-	-	2,741,705
Total de passivos financeiros	9.279.988	205.034	32.500.954	-	-	18.311.166	108.585.970	168.883.112
Posição líquida	25.387.474	45.948.973	(27.524.724)	18.124.991	891.357	(18.281.811)	(64.814.189)	(20.267.929)

6.4. Risco de mercado

O risco de mercado corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco, como, por exemplo, o risco de oscilações nas taxas de juro e de câmbio.

O Banco assume exposição a riscos de mercado, ou seja, a riscos provenientes de posições em aberto em taxas de juro, moeda estrangeira e outros produtos expostos a movimentos do mercado.

O risco de mercado consiste no risco da taxa de juro, risco cambial e risco de preço.

6.4.1. Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro é o risco de flutuação a que estão sujeitos os fluxos de caixa de um instrumento financeiro devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

Aplicações sobre instituições de crédito, obrigações e outros títulos de rendimento fixo e os passivos financeiros estão sujeitos ao risco de taxa de juro.

Os quadros seguintes resumem a exposição do Banco ao risco de taxa de juro.

31 de Dezembro de 2016

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem Prazo	Total
Activos Financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	678.660	678.660
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	20.844.732	77.242.481	-	-	-	-	341	98.087.554
Activos financeiros detidos para negociação	787.485	652.058	5.303.504	18.430.936	497.281	-	563.585	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda	345.863	1.166.584	5.007.858	6.854.617	980.014	-	25.657.148	40.012.084
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	46.643.382	46.643.382
Total de activos financeiros	21.978.080	79.061.123	10.311.362	25.285.553	1.477.295	-	73.543.116	211.656.529
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	47.613.399	47.613.399
Depósitos de outras instituições	84.334.515	1.862.300	-	-	-	-	-	86.196.815
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	14.783.934	-	32.024.261	-	-	-	-	46.808.195
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	25.238.331	-	25.238.331
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	1.484.238	1.484.238
Total de passivos financeiros	99.118.449	1.862.300	32.024.261	-	-	25.238.331	49.097.637	207.340.978
Posição líquida	(77.140.369)	77.198.823	(21.712.899)	25.285.553	1.477.295	(25.238.331)	24.445.479	4.315.551

31 de Dezembro de 2015

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem Prazo	Total
Activos Financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	249.406	249.406
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	33.777.492	45.209.118	-	-	-	-	-	78.986.610
Activos financeiros detidos para negociação	395.508	699.109	2.346.434	12.247.004	799.767	29.355	146.160	16.663.337
Activos financeiros disponíveis para venda	429.698	245.780	2.629.796	5.877.987	91.590	-	30.530.121	39.804.972
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	5.640.481	5.640.481
Total de activos financeiros	34.602.698	46.154.007	4.976.230	18.124.991	891.357	29.355	36.566.168	141.344.806
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	39.334.471	39.334.471
Depósitos de outras instituições	-	-	-	-	-	-	69.251.499	69.251.499
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	6.538.283	205.034	32.500.954	-	-	-	-	39.244.271
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	18.311.166	-	18.311.166
Outros passivos	2.637.907	-	-	-	-	-	-	2.637.907
Total de passivos financeiros	9.176.190	205.034	32.500.954	-	-	18.311.166	108.585.970	168.779.314
Posição líquida	25.426.508	45.948.973	(27.524.724)	18.124.991	891.357	(18.281.811)	(72.019.802)	(27.434.508)

Os quadros seguintes resumem a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro.

31 de Dezembro de 2016								
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem Prazo	Total
Activos Financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	678.660	678.660
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	20.944.172	77.372.481	-	-	-	-	341	98.316.994
Activos financeiros detidos para negociação	787.485	652.058	5.303.504	18.430.936	497.281	-	563.585	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda	345.863	1.166.584	5.007.858	6.854.617	980.014	-	25.383.554	39.738.490
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	45.990.781	45.990.781
Total de activos financeiros	22.077.520	79.191.123	10.311.362	25.285.553	1.477.295	-	72.616.921	210.959.774
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	47.613.399	47.613.399
Depósitos de outras instituições	84.334.515	1.862.300	-	-	-	-	-	86.196.815
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	14.783.934	-	32.024.261	-	-	-	-	46.808.195
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	25.238.331	-	25.238.331
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	1.690.669	1.690.669
Total de passivos financeiros	99.118.449	1.862.300	32.024.261	-	-	25.238.331	49.304.068	207.547.409
Posição líquida	(77.040.929)	77.328.823	(21.712.899)	25.285.553	1.477.295	(25.238.331)	23.312.853	3.412.365
31 de Dezembro de 2015								
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem Prazo	Total
Activos Financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	249.406	249.406
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	33.842.256	45.289.118	-	-	-	-	-	79.131.374
Activos financeiros detidos para negociação	395.508	699.109	2.346.434	12.247.004	799.767	29.355	146.160	16.663.337
Activos financeiros disponíveis para venda	429.698	245.780	2.629.796	5.877.987	91.590	-	30.256.528	39.531.379
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	5.305.672	5.305.672
Total de activos financeiros	34.667.462	46.234.007	4.976.230	18.124.991	891.357	29.355	35.957.766	140.881.168
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	39.334.471	39.334.471
Depósitos de outras instituições	-	-	-	-	-	-	69.251.499	69.251.499
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	6.538.283	205.034	32.500.954	-	-	-	-	39.244.271
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	18.311.166	-	18.311.166
Outros passivos	2.741.705	-	-	-	-	-	-	2.741.705
Total de passivos financeiros	9.279.988	205.034	32.500.954	-	-	18.311.166	108.585.970	168.883.112
Posição líquida	25.426.508	45.948.973	(27.524.724)	18.124.991	891.357	(18.281.811)	(72.628.204)	(28.001.944)

O Grupo gere o risco de taxa de juro estabelecendo *benchmarks* para as carteiras geridas externa e internamente, incluindo uma definição de duration por cada tranche da carteira das reservas internacionais.

Para os gestores externos, o Banco estabeleceu igualmente limites de exposição por instrumento e desvio da duration sobre o *benchmark*, tal como limites de perdas em relação ao benchmark (stop loss).

Em 31 de Dezembro de 2016, o efeito nos lucros ou prejuízos e capitais próprios do Banco e do Grupo de uma variação de +/- 25 pontos básicos na taxa de juro é de 345.284 milhares de metcais (2015: 262 milhares de metcais) e 49.804.057 milhares de metcais (2015: 108.697 milhares de metcais), respectivamente.

6.4.2. Risco cambial

O risco cambial deriva de transacções com activos e passivos denominados em moeda estrangeira. As disponibilidades, aplicações e recursos de instituições de crédito, ouro, títulos, financiamentos externos e outros saldos em moeda estrangeira expõem o Banco ao risco cambial, ainda que em última análise o risco seja do Estado conforme explicado no parágrafo seguinte. O Banco gere este risco colocando limites à composição da carteira das Reservas Internacionais por cada moeda. A Administração aprova os limites de exposição ao risco cambial.

Decorrente do disposto no Artigo 14º da Lei Orgânica, os ganhos e perdas provenientes de reavaliação cambial das posições activas e passivas em moeda estrangeira são apresentados numa conta de flutuação de valores, nos activos ou passivos conforme o caso.

Em 31 de Dezembro os activos e os passivos financeiros e ouro do Banco, denominados em moeda nacional e estrangeira apresentam-se como se segue:

Em 31 de Dezembro de 2016

	MZN	USD	EUR	GBP	ZAR	SDR	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	640.889	5.380	402	32.060	-	(71)	678.660
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	34.869.931	1.175.361	2.801.665	17.450.804	2.558.041	39.231.752	98.087.554
Ouro	-	-	-	-	-	-	4.146.258	4.146.258
Activos financeiros detidos para negociação	-	26.234.849	-	-	-	-	-	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda	25.580.324	14.431.760	-	-	-	-	-	40.012.084
Outros activos financeiros	9.318.351	4.037.692	7.267.226	1.137.356	24.039.244	-	843.513	46.643.382
Total	34.898.675	80.215.121	8.447.967	3.939.423	41.522.108	2.558.041	44.221.452	215.802.787
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	47.613.326	(1)	-	-	74	-	-	47.613.399
Depósitos de outras instituições de crédito	49.993.907	32.790.692	2.385.025	188	566.712	-	460.291	86.196.815
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	46.808.195	-	-	-	-	-	-	46.808.195
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	25.238.331	-	25.238.331
Outros passivos	400.026	881.742	165.479	437	36.185	-	369	1.484.238
Total	144.815.454	33.672.433	2.550.504	625	602.971	25.238.331	460.660	207.340.978
Posição global operacional	(109.916.778)	46.542.688	5.897.463	3.938.798	40.919.137	(22.680.290)	43.760.792	8.461.809

Em 31 de Dezembro de 2015

	MZN	USD	EUR	GBP	ZAR	SDR	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	234.566	4.340	465	10.010	-	25	249.406
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	29.690.219	1.706.888	2.240.531	17.774.385	5.021.357	22.553.230	78.986.610
Ouro	-	-	-	-	-	-	7.813.015	7.813.015
Activos financeiros detidos para negociação	-	16.663.337	-	-	-	-	-	16.663.337
Activos financeiros disponíveis para venda	30.481.914	9.323.058	-	-	-	-	-	39.804.972
Outros activos financeiros	3.656.008	592.176	79.417	49.565	12.512	-	1.250.803	5.640.481
Total	34.137.922	56.503.356	1.790.645	2.290.561	17.796.907	5.021.357	31.617.073	149.157.821
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	39.334.471	-	-	-	-	-	-	39.334.471
Depósitos de outras instituições de crédito	53.767.019	13.460.864	1.688.201	15.140	259.136	-	61.139	69.251.499
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	39.244.271	-	-	-	-	-	-	39.244.271
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	18.311.166	-	18.311.166
Outros passivos	1.539.114	977.994	60.056	412	50.619	-	9.712	2.637.907
Total	133.884.875	14.438.858	1.748.257	15.552	309.755	18.311.166	70.851	168.779.314
Posição global operacional	(99.746.953)	42.064.498	42.388	2.275.009	17.487.152	(13.289.809)	31.546.222	(19.621.493)

Os quadros seguintes resumem os activos e os passivos financeiros e ouro do Grupo, denominados em moeda nacional e estrangeira apresentam-se como se segue:

Em 31 de Dezembro de 2016

	MZN	USD	EUR	GBP	ZAR	SDR	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	640.889	5.380	402	32.060	-	(71)	678.660
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	212.820	34.886.551	1.175.361	2.801.665	17.450.804	2.558.041	39.231.752	98.316.994
Ouro	-	-	-	-	-	-	4.146.258	4.146.258
Activos financeiros detidos para negociação	-	26.234.849	-	-	-	-	-	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda	25.306.730	14.431.760	-	-	-	-	-	39.738.490
Outros activos financeiros	8.665.752	4.037.692	7.267.226	1.137.356	24.039.244	-	843.511	45.990.781
Total	34.185.302	80.231.741	8.447.967	3.939.423	41.522.108	2.558.041	44.221.450	215.106.032
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	47.613.326	(1)	-	-	74	-	-	47.613.399
Depósitos de outras instituições de crédito	49.993.907	32.790.692	2.385.025	188	566.712	-	460.291	86.196.815
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	46.808.195	-	-	-	-	-	-	46.808.195
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	25.238.331	-	25.238.331
Outros passivos	467.599	1.020.599	165.479	437	36.185	-	370	1.690.669
Total	144.883.027	33.811.290	2.550.504	625	602.971	25.238.331	460.661	207.547.409
Posição global operacional	(110.697.724)	46.420.451	5.897.463	3.938.798	40.919.137	(22.680.290)	43.760.789	7.558.623

Em 31 de Dezembro de 2015

	MZN	USD	EUR	GBP	ZAR	SDR	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	234.566	4.340	465	10.010	-	25	249.406
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	122.653	29.712.330	1.706.888	2.240.531	17.774.385	5.021.357	22.553.230	79.131.374
Ouro	-	-	-	-	-	-	7.813.015	7.813.015
Activos financeiros detidos para negociação	-	16.663.337	-	-	-	-	-	16.663.337
Activos financeiros disponíveis para venda	30.208.321	9.323.058	-	-	-	-	-	39.531.379
Outros activos financeiros	3.319.347	594.028	79.417	49.565	12.512	-	1.250.803	5.305.672
Total	33.650.321	56.527.319	1.790.645	2.290.561	17.796.907	5.021.357	31.617.073	148.694.183
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	39.334.471	-	-	-	-	-	-	39.334.471
Depósitos de outras instituições de crédito	53.767.019	13.460.864	1.688.201	15.140	259.136	-	61.139	69.251.499
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	39.244.271	-	-	-	-	-	-	39.244.271
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	18.311.166	-	18.311.166
Outros passivos	1.547.222	1.073.684	60.056	412	50.619	-	9.712	2.741.705
Total	133.892.983	14.534.548	1.748.257	15.552	309.755	18.311.166	70.851	168.883.112
Posição global operacional	(100.242.662)	41.992.771	42.388	2.275.009	17.487.152	(13.289.809)	31.546.222	(20.188.929)

Em 31 de Dezembro de 2016, o efeito nos lucros ou prejuízos e capital próprio do Banco e do Grupo de uma apreciação ou depreciação do Metical em cerca de 10% versus todas as moedas estrangeiras é de 204.361 milhares de meticais (2015: 59.312.714 milhares de Meticais) e 7.492 milhares de Meticais (2015: 4.820 milhares de Meticais), respectivamente.

6.5. Risco operacional

O risco operacional pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas originadas pelo mau funcionamento de sistemas informáticos, de sistemas de transmissão e da inadequação ou falhas dos processos internos, das pessoas ou em consequência de eventos exógenos. Para a prevenção e controlo do risco operacional, o Banco tem implantado vários sistemas de controlo interno.

O cumprimento dos normativos e procedimentos internos é garantido pelo Departamento de Auditoria Interna, a quem compete zelar pela regularidade da sua observância. Entretanto, os departamentos zelam individualmente pelo cumprimento dos normativos instituídos no que respeita as operações sob sua alçada.

NOTA 7 – MOEDA ESTRANGEIRA

Esta rubrica decompõe-se conforme se segue:

Moeda	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
CAD	36	19	36	19
CHF	6	3	6	3
EUR	5.380	4.340	5.380	4.340
GBP	402	465	402	465
USD	640.888	234.565	640.888	234.565
ZAR	31.948	10.014	31.948	10.014
	678.660	249.406	678.660	249.406

NOTA 8 – DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Quanto à sua natureza, as disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito analisam-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Disponibilidades sobre instituições de crédito				
Depósitos à ordem	16.746.975	28.504.526	16.846.415	28.569.290
Aplicações sobre instituições de crédito				
Depósitos a prazo	81.161.362	50.271.460	81.291.362	50.351.460
Juros a receber	179.217	210.624	179.217	210.624
	98.087.554	78.986.610	98.316.994	79.131.374

Em 31 de Dezembro, as taxas de juro máximas e mínimas para estas aplicações, em moedas estrangeiras foram como se segue:

	2016		2015	
	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Até 1 Mês	0,63%	1,13%	0,00375%	2,5%
De 1 a 3 Meses	0,75%	5,68%	0,0075%	0,25%
De 3 a 12 Meses	0,20%	2,37%	0,005%	8,5%
De 1 a 3 Anos	0,00%	6,37%	0,00075%	1,25%
De 3 a 5 Anos	0,25%	3,460%	0,002%	1,375%
Mais de 5 Anos	-	-	0,00125%	0,00125%

As disponibilidades e aplicações em instituições de crédito são compostas maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão considera-se que a sua quantia escriturada à data de relato aproxima-se do justo valor.

NOTA 9 – OURO

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Ouro em moedas e barras				
No estrangeiro	4.146.258	7.813.015	4.146.258	7.813.015
	4.146.258	7.813.015	4.146.258	7.813.015

À data de 31 de Dezembro de 2016, as reservas de ouro, de aproximadamente 140.286 onças (2015: 160.194), foram avaliadas em USD 162.390.460 (2015: USD 170.205.760), com base no preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos, à data de relato, no Mercado de Ouro de Londres.

NOTA 10 – ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se às aplicações sob custódia de gestores de recursos (Asset Managers) indicados pelo Banco. Em acordos separados, por eles assinados, os gestores aplicam os fundos disponibilizados em activos especificamente estipulados no acordo. Os honorários variam entre os 0,10 e 0,30 por cento do valor de mercado da carteira.

Esta rubrica analisa-se como se segue:

31.12.2016	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	Custo de aquisição	Justo valor	Custo de aquisição	Justo valor
Obrigações do Tesouro	22.269.575	21.930.620	22.269.575	21.930.620
Obrigações de outros emitentes	1.613.358	2.321.313	1.613.358	2.321.313
Outros	2.389.537	1.982.916	2.389.537	1.982.916
Total	26.272.470	26.234.849	26.272.470	26.234.849

31.12.2015	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	Custo de aquisição	Justo valor	Custo de aquisição	Justo valor
Obrigações do Tesouro	13.985.054	13.727.251	13.985.054	13.727.251
Obrigações de outros emitentes	1.396.664	1.300.957	1.396.664	1.300.957
Outros	1.758.393	1.635.129	1.758.393	1.635.129
Total	17.140.111	16.663.337	17.140.111	16.663.337

NOTA 11 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Instrumentos de Dívida				
Títulos não cotados				
De emissores residentes				
Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano	25.057.696	30.115.392	25.057.696	30.115.392
De emissores não residentes				
Obrigações do Tesouro dos EUA	14.356.832	9.274.851	14.356.832	9.274.851
	39.414.528	39.390.243	39.414.528	39.390.243
Instrumentos de capital				
Títulos não cotados				
De emissores não residentes				
Acções	308.963	126.135	308.963	126.135
De emissores residentes				
Acções	288.593	288.594	14.999	15.001
	597.556	414.729	323.962	141.136
Activos financeiros disponíveis para venda	40.012.084	39.804.972	39.738.490	39.531.379

O detalhe das obrigações do tesouro do Estado Moçambicano é apresentado de seguida:

31.12.2016	Valor Nominal	Justo valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano	25.057.696	25.057.696	25.057.696	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	14.384.160	14.356.832	14.343.659	13.173	-
Acções					
ao justo valor					
Afeximbank (0,59%)	-	308.963	11.574	297.389	-
ao custo					
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA (100%)	-	15.000	15.000	-	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique (51%)	-	273.593	273.593	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL (100%)	-	-	534	-	(534)
Activos financeiros disponíveis para venda	39.441.856	40.012.084	39.702.056	310.561	(534)
31.12.2015	Valor Nominal	Justo valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano	30.115.392	30.115.392	30.115.392	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	-	9.274.851	5.484.045	3.790.806	-
Acções					
ao justo valor					
Afeximbank (0,59%)	-	76.544	11.574	114.561	-
ao custo					
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA (100%)	-	15.000	15.000	-	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique (51%)	-	273.593	273.593	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL (100%)	-	-	534	-	(534)
Activos financeiros disponíveis para venda	30.115.392	39.804.972	35.900.138	3.905.367	(534)

As Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano representam títulos emitidos pelo Estado a favor do Banco de Moçambique, para amortização da dívida do Estado ao abrigo do artigo 14º da Lei n.º 1/92, de 3 de Janeiro (Lei Orgânica do Banco de Moçambique).

Desde 2008, em virtude da revisão dos termos contratuais, os títulos passaram a ter um prazo de maturidade de um ano, tacitamente renovável e remunerados a uma taxa de juro de 23,25%. O justo valor destas obrigações aproxima-se da quantia escriturada em 31 de Dezembro.

Os investimentos em acções não cotadas e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, são mensurados ao custo de aquisição. As demonstrações financeiras da SIMO estão consolidadas nas contas do Grupo.

Os Bilhetes de Tesouro do Estado Moçambicano foram apresentados na rubrica Outros activos financeiros uma vez que os activos cumprem com a definição de créditos e Outros valores a receber. Trata-se de activos reconhecidos inicialmente durante o exercício de 2013. Ver nota 14.6 – Acordos de recompra.

NOTA 12 – PROPRIEDADES, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O movimento ocorrido durante o exercício de 2016 para o Banco, foi o seguinte:

A 31 Dezembro 2016

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada no início do ano	1.475.838	318.164	4.383	15.327.602	17.125.987
Adições	7.028	158.860	6.275	6.393.850	6.566.013
Depreciação do exercício	(43.828)	(133.844)	(1.132)	-	(178.804)
Quantia escriturada no fim do ano	1.439.038	343.180	9.526	21.721.452	23.513.196
A 31 Dezembro 2016					
Custo	1.976.911	1.817.875	15.059	21.721.453	25.531.298
Depreciações acumuladas	(537.873)	(1.474.695)	(5.533)	(1)	(2.018.102)
Quantia escriturada	1.439.038	343.180	9.526	21.721.452	23.513.196

O movimento ocorrido durante o exercício de 2015 para o Banco, foi o seguinte:

A 31 Dezembro 2015

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Investimentos	Total
Quantia escriturada no início do ano	1.481.588	352.726	1.408	6.365.454	8.201.176
Adições	37.408	112.262	3.054	8.962.148	9.114.872
Depreciação do exercício	(43.158)	(146.824)	(79)	-	(190.061)
Quantia escriturada no fim do ano	1.475.838	318.164	4.383	15.327.602	17.125.987
A 31 Dezembro 2015					
Custo	1.969.884	1.659.017	8.784	15.327.602	18.965.287
Depreciações acumuladas	(494.045)	(1.340.853)	(4.401)	-	(1.839.300)
Quantia escriturada	1.475.838	318.164	4.383	15.327.602	17.125.987

O movimento ocorrido no Grupo, durante o exercício de 2016, foi o seguinte:

A 31 Dezembro 2016

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada no início do ano	1.630.638	386.884	4.383	15.327.600	17.349.505
Adições	7.028	363.754	6.275	6.393.850	6.770.907
Ajustamentos	-	377	-	-	377
Depreciação do exercício	(46.982)	(195.284)	(1.132)	-	(243.398)
Quantia escriturada no fim do ano	1.590.684	555.731	9.526	21.721.450	23.877.391
A 31 Dezembro 2016					
Custo	2.134.601	2.161.808	15.059	21.721.450	26.032.918
Depreciações acumuladas	(543.917)	(1.606.077)	(5.533)	-	(2.155.528)
Quantia escriturada	1.590.684	555.731	9.526	21.721.450	23.877.391

O movimento ocorrido no Grupo, durante o exercício de 2015, foi o seguinte:

A 31 Dezembro 2015

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada no início do ano	1.512.646	444.257	1.408	6.457.482	8.415.793
Adições	72.011	122.703	3.054	8.962.148	9.159.916
Transferência	92.030	-	-	(92.030)	-
Abates	(1.849)	(422)	-	-	(2.271)
Depreciação do exercício	(44.200)	(179.654)	(79)	-	(223.933)
Quantia escriturada no fim do ano	1.630.638	386.884	4.383	15.327.600	17.349.505

A 31 Dezembro 2015

Custo	2.127.574	1.797.681	8.784	15.327.600	19.261.639
Depreciações acumuladas	(496.936)	(1.410.797)	(4.401)	-	(1.912.134)
Quantia escriturada	1.630.638	386.884	4.383	15.327.600	17.349.505

NOTA 13 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2016 foi o seguinte:

A de 31 Dezembro de 2016

	SEPARADA	CONSOLIDADA
Quantia escriturada no início do ano	14 596	69 323
Adições	-	45 222
Regularizações	588	588
Amortização do exercício	(344)	(64 380)
Quantia escriturada no fim do ano	14 840	50 753

A de 31 Dezembro de 2016

Custo	238 410	442 888
Amortizações acumuladas	(223 570)	(392 135)
Quantia escriturada	14 840	50 753

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2015 foi o seguinte:

A 31 de Dezembro de 2015

	SEPARADA	CONSOLIDADA
Quantia escriturada no início do ano	15.184	112.568
Adições	-	5.473
Amortização do exercício	(588)	(48.718)
Quantia escriturada no fim do ano	14.596	69.323

A 31 Dezembro de 2015

Custo	238.410	397.666
Amortizações acumuladas	(223.814)	(328.343)
Quantia escriturada	14.596	69.323

NOTA 14 – OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Devedores estrangeiros	(44.126)	12.952	(44.126)	12.952
Empréstimos ao pessoal	14.1 1.848.551	1.524.565	1.848.551	1.524.565
Empréstimos sobre terceiros (recursos consignados)	-	808	-	808
Cheques em processo de liquidação	(27.343)	290.176	(27.343)	290.176
Custos com produção de notas e moedas	14.2 691.152	1.009.613	691.152	1.009.613
Créditos concedidos à Instituição financeira - Intervenção do BM	14.3 11.726.816	-	11.726.816	-
Economato	14.376	14.386	14.376	14.386
Créditos e adiantamentos concedidos ao Governo	14.4 29.874.313	-	29.874.313	-
Outros devedores	14.5 2.521.635	1.349.522	1.869.035	1.014.713
Acordos de recompra	14.6 47.551	1.448.002	47.552	1.448.002
Valor bruto de Outros activos	46.652.925	5.650.024	46.000.325	5.315.215
Perdas por imparidade	(9.543)	(9.543)	(9.543)	(9.543)
Quantia escriturada	46.643.382	5.640.481	45.990.782	5.305.672

As perdas por imparidade referem-se à rubrica dos “Outros devedores” e não existem quaisquer movimentos na imparidade durante os exercícios de 2016 e 2015.

Com a excepção dos empréstimos ao pessoal, os activos financeiros incluídos nesta rubrica são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão a sua quantia escriturada aproxima-se do justo valor.

Os empréstimos ao pessoal são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

14.1. Empréstimos ao pessoal

De acordo com o ACT – Acordo Colectivo de Trabalho, o Banco atribui aos seus colaboradores empréstimos para habitação, viatura, educação e para outras finalidades.

14.2. Custos com a produção de notas e moedas

Esta rubrica encontra-se decomposta como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Notas e moedas emitidas	758.273	511.196	758.273	511.196
Notas e moedas não emitidas	(67.121)	498.417	(67.121)	498.417
	691.152	1.009.613	691.152	1.009.613

14.3. Créditos e adiantamentos concedidos ao Governo

Durante o exercício económico de 2016 o Banco de Moçambique concedeu empréstimos ao Estado num total de 29.874.313 milhares de meticais, dos quais 14.253.953 milhares de meticais à taxa de

juro anual de 3%. O montante remanescente de 15.620.360 milhares de meticais foi concedido nas condições estabelecidas pelo artigo 18 da Lei nº 1/92, de 3 de Janeiro (Lei Orgânica do Banco de Moçambique). De referir que o artigo 18 estabelece, no seu número 1 que o Banco de Moçambique "... poderá conceder ao Estado anualmente, crédito sem juros sob a forma de conta corrente, em moeda nacional, até ao montante máximo de dez por cento das receitas ordinárias do Orçamento Geral do Estado arrecadadas no penúltimo exercício" e no seu número 2 que cita o seguinte "Os levantamentos do Estado na mesma conta serão feitos unicamente em representação das receitas orçamentais do respectivo exercício e o crédito deverá estar liquidado até ao último dia do ano económico, em que tiver sido aberto e não o sendo, o saldo vencerá juros á taxa de redesconto do Banco".

14.4. Créditos concedidos a Instituição financeira – Intervenção do Banco de Moçambique

O saldo dos créditos concedidos às Instituições Financeira, refere-se aos fundos concedidos ao Mozabanco, no âmbito da intervenção do Banco de Moçambique entanto que entidade supervisora, devido as fragilidades de liquidez identificadas neste Banco. De notar que, dada a natureza e contexto em que os referidos fundos foram concedidos os mesmos não estão sujeitos às condições que normalmente se aplicam aos contratos de mútuo, isto é, as taxas e prazos não são previamente negociados. No contexto, estes aspectos serão equacionados oportunamente, quando o risco sistémico da eventual derrocada da entidade intervencionada estiver resolvido e controlado.

14.5. Outros devedores

O saldo dos outros devedores corresponde a valores a receber das seguintes entidades, Sociedade de Notícias, SIMO, Fundo de pensões e outros menos significativos.

14.6. Acordos de recompra

Os acordos de recompra são facilidades *overnight* concedidos a bancos comerciais para cobrir faltas temporárias de liquidez.

NOTA 15 – FLUTUAÇÃO DE VALORES

Os ganhos e perdas provenientes das diferenças cambiais não realizados das posições activas e passivas em moeda estrangeira, são reconhecidos numa conta da posição financeira (conta especial de flutuação de valores), ao abrigo do artigo 14 da Lei nº 1/92, de 3 de Janeiro – Lei Orgânica do BM que estabelece no seu número 2, o seguinte "Caso se verifique no final do exercício económico do Banco, um saldo devedor na conta especial de flutuação de valores, o estado regularizará esse saldo por emissão de títulos da dívida pública a favor do Banco ou outra modalidade proposta pelo Conselho de Administração do Banco" e no seu número 3 cita o seguinte "Qualquer saldo credor na conta especial de flutuação de valores no final de cada exercício económico será creditado numa conta cativa em nome do Estado em relação à qual o Banco poderá pagar juros à taxa que o Conselho de Administração determinar".

Flutuações de valor 2016

	<u>SEPARADA</u>	<u>CONSOLIDADA</u>
Flutuação de Valores - Saldo inicial	11.610.939	11.610.939
Ganhos cambiais não realizados no exercício	<u>(21.537.208)</u>	<u>(21.537.208)</u>
Flutuação de Valores - Saldo Final	<u>(9.926.269)</u>	<u>(9.926.269)</u>

Flutuações de valor 2015

	<u>SEPARADA</u>	<u>CONSOLIDADA</u>
Flutuação de Valores - Saldo inicial	18.480.850	18.480.850
Ganhos cambiais não realizados no exercício	<u>(6.869.911)</u>	<u>(6.869.911)</u>
Flutuação de Valores - Saldo Final	<u>11.610.939</u>	<u>11.610.939</u>

NOTA 16 – NOTAS E MOEDAS EM CIRCULAÇÃO

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de Dezembro:

	<u>SEPARADA</u>		<u>CONSOLIDADA</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Notas	58.324.418	50.669.201	58.324.418	50.669.201
Moedas	1.019.327	944.585	1.019.327	944.585
Notas e Moedas no Banco	<u>(6.389.247)</u>	<u>(6.069.558)</u>	<u>(6.389.247)</u>	<u>(6.069.558)</u>
Notas e Moedas inutilizadas	<u>(5.341.099)</u>	<u>(6.209.757)</u>	<u>(5.341.099)</u>	<u>(6.209.757)</u>
	<u>47.613.399</u>	<u>39.334.471</u>	<u>47.613.399</u>	<u>39.334.471</u>

As notas e moedas que se encontravam na caixa do Banco à data de relato foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua condição, não representarem moeda em circulação.

O quadro seguinte apresenta o valor de notas e moedas que se encontram em circulação em 31 de Dezembro:

Notas e Moedas em Circulação (fora do Banco)	<u>SEPARADA</u>		<u>CONSOLIDADA</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Notas	46.607.913	38.408.176	46.607.913	38.408.176
Moedas	1.005.486	926.295	1.005.486	926.295
	<u>47.613.399</u>	<u>39.334.471</u>	<u>47.613.399</u>	<u>39.334.471</u>

Reserva Monetária

De acordo com o previsto no artigo 15º da Lei n.º 1/92, a emissão monetária do Banco, na parte que ultrapassar o nível das reservas cambiais, deverá ter cobertura integral constituída por:

- Créditos sobre o Estado;
- Títulos que constituam a carteira comercial do Banco;
- Créditos concedidos a instituições de crédito em resultado de transacções de crédito garantidas por ouro; e
- Créditos resultantes de operações de empréstimos caucionados por ouro, títulos do Tesouro e títulos de Estados estrangeiros, concedidos às instituições de crédito no âmbito do artigo 41º.

O artigo 12º da Lei n.º 1/92 define que as reservas cambiais são constituídas por ouro amoeado, em barra ou lingote, prata fina e platina, direitos de saques especiais, moeda estrangeira e outros activos expressos em moeda estrangeira de convertibilidade assegurada.

À data de 31 de Dezembro de 2016, as reservas cambiais ascendiam a 143.579.082 milhares de Meticais (2015: 113.035.426 milhares de Meticais).

NOTA 17 – DEPÓSITOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de Dezembro:

	SEPARADA		CONSOLIDADA		
	2016	2015	2016	2015	
Depósitos em moeda nacional:					
Estado		16.207.194	20.503.936	16.207.194	20.503.936
Instituições financeiras	17.1	32.896.216	32.951.349	32.896.216	32.951.349
Credores por recursos consignados	17.2	371.239	21.692	371.239	21.692
Outros		318.284	103.754	318.284	103.754
Depósitos em moeda estrangeira:					
Estado		13.437.118	5.029.552	13.437.118	5.029.552
Instituições financeiras	17.1	20.295.055	8.523.611	20.295.055	8.523.611
Credores por recursos consignados	17.3	2.670.368	1.403.616	2.670.368	1.403.616
Depósitos de caução		451	451	451	451
Outros		890	713.538	890	713.538
		86.196.815	69.251.499	86.196.815	69.251.499

Os depósitos do Estado e das Instituições Financeiras não geram juros. Os depósitos são compostos maioritariamente de curto prazo e por essa razão a sua quantia escriturada é aproximada ao justo valor.

17.1 Este saldo representa depósitos de bancos comerciais locais junto do Banco de Moçambique.

17.2 Este saldo representa o contravalor em moeda nacional dos financiamentos recebidos do Banco Mundial e de outras instituições financeiras para empréstimo aos beneficiários de programas de financiamento.

17.3 Este saldo respeita as contas de projectos especiais detidos em nome do Tesouro e de outras entidades residentes.

NOTA 18 – BILHETES DO TESOIRO EMITIDOS EM NOME DO ESTADO E OUTROS INSTRUMENTOS MONETÁRIOS

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Bilhetes do tesouro para financiamento do Estado	31.237.387	34.817.372	31.237.387	34.817.372
Bilhetes do tesouro para as operações REPO	-	1.995.888	-	1.995.888
Facilidades permanentes de depósitos	14.783.934	2.079.801	14.783.934	2.079.801
Juros a pagar	786.874	351.210	786.874	351.210
	46.808.195	39.244.271	46.808.195	39.244.271

Os Bilhetes do Tesouro representam títulos de dívida emitidos pelo Banco de Moçambique por períodos de três, seis meses e 1 ano.

Os Bilhetes do Tesouro são emitidos com o intuito de servirem como instrumentos de gestão da liquidez do mercado monetário mediante operações abertas de mercado no mercado financeiro a nível local e de providenciar o Estado Moçambicano com fundos de curto prazo.

Os fundos obtidos da emissão dos Bilhetes do Tesouro são transferidos para o Estado, a pedido deste, à mesma taxa de juro praticada para o mercado e pelo período que seja acordado com o Estado. Por esta razão, a sua quantia escriturada à data de reporte é considerada aproximada ao justo valor. A taxa de juro dos Bilhetes de Tesouro variou ao longo do ano entre 8,05% e 30,25%.

NOTA 19 – FINANCIAMENTOS EXTERNOS

O saldo desta rubrica, apresenta a seguinte decomposição:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Financiamento externo	25.238.331	18.311.166	25.238.331	18.311.166

Passivos	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Direitos especiais de saque	10.407.095	6.928.631	10.407.095	6.928.631
Facilidade para a redução da pobreza e crescimento (PRGF)	31.172	82.885	31.172	82.885
Facilidade de extensão de crédito(ESF)	14.800.064	11.299.650	14.800.064	11.299.650
Total	25.238.331	18.311.166	25.238.331	18.311.166
Activos				
Direitos especiais de saque	2.558.041	5.021.357	2.558.041	5.021.357
Total	22.680.290	13.289.809	22.680.290	13.289.809

O PRGF e ESF são financiamentos obtidos do FMI ao abrigo do Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento e ao abrigo da crise financeira internacional, respectivamente. Os financiamentos estão denominados em Direitos Especiais de Saque (SDR). Os termos e condições destes financiamentos serão honrados pelo Banco e os juros potenciais incidentes sobre os mesmos foram devidamente reconhecidos.

A alocação de direitos especiais de saque (valor a pagar ao FMI) representa SDR 108.838.056, equivalente a 10.407.095 milhares de meticais, (2015:SDR 108.838.056, equivalente a 6.928.631 milhares de meticais).

Os direitos especiais de saque – activo representam a quota de Moçambique no FMI. A quantia escriturada à data de relato é considerada aproximada ao justo valor. Este valor está incluído na nota 8 – Disponibilidades e Aplicações sobre Outras Instituições de Crédito.

NOTA 20 – RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Pressupostos financeiros				
Taxa de desconto	23%	11,5%	23,0%	11,5%
Taxa de crescimento dos salários	15,7%	5,6%	15,7%	5,6%
Taxa de crescimento das pensões	15,7%	5,6%	15,7%	5,6%
Taxa de rendimento	23%	11,5%	23,0%	11,5%
Pressupostos demográficos				
Tábua de mortalidade	PF 60/64	PF 60/64	PF 60/64	PF 60/64
Data de reforma	À idade de reforma	À idade de reforma	À idade de reforma	À idade de reforma
% casados	70%	70%	70%	70%

O cálculo das responsabilidades com pensões de reforma de trabalhadores no activo foi efectuado no pressuposto de que o momento de atribuição da pensão de reforma antecipada seria à primeira oportunidade, isto é, a passagem à reforma na data de verificação de 35 anos de serviço (reconhecendo os acréscimos de serviço quando aplicáveis). Para a atribuição de pensão de reforma por velhice, foi usado o pressuposto de que as mulheres reformam na data em que completam 55 anos de idade e os homens na data em que completam 60 anos.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Activos	1.016	1.023	1.016	1.023
Reformados e pensionistas	775	735	775	735
	1.791	1.758	1.791	1.758

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos a ordem	36.915	1.522	36.915	1.522
Depósitos a prazo	9.667.924	8.518.974	9.667.924	8.518.974
Obrigações de Tesouro	969.710	1.444.710	969.710	1.444.710
Obrigações privadas	250.000	250.000	250.000	250.000
Propriedades de investimentos	862.986	860.801	862.986	860.801
Participações financeiras	375.070	395.985	375.070	395.985
Outros	609.732	399.057	609.732	399.057
Valores a pagar	(435)	(1.770)	(435)	(1.770)
	12.771.902	11.869.279	12.771.902	11.869.279

As propriedades de investimento são compostas, principalmente, pelos investimentos no Millennium Park e Edifício 24 e as participações financeiras são compostas, principalmente, por acções da entidade

Constellation. A rentabilidade destes activos depende dos fluxos de caixa futuros que estas entidades consigam gerar.

A rubrica valores a pagar refere-se principalmente a impostos que serão liquidados em 2017.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Responsabilidades em 1 de Janeiro	13.444.262	11.370.676	13.444.262	11.370.676
Custo do serviço corrente	385.515	275.710	385.515	275.710
Custo dos juros	1.552.547	1.052.346	1.552.547	1.052.346
Ganhos actuariais nas responsabilidades	(1.951.854)	1.441.381	(1.951.854)	1.441.381
Pensões pagas pelo fundo	(658.729)	(695.851)	(658.729)	(695.851)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	12.771.741	13.444.262	12.771.741	13.444.262

A evolução do valor dos activos do fundo de pensões durante o ano pode ser analisada como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	11.869.279	10.173.806	11.869.279	10.173.806
Rendimento dos juros	1.371.424	941.485	1.371.424	941.485
Ganhos de rendimento	47.073	124.275	47.073	124.275
Contribuições do Banco	83.152	1.196.870	83.152	1.196.870
Contribuições dos empregados	59.703	128.693	59.703	128.693
Pensões pagas pelo fundo	(658.729)	(695.851)	(658.729)	(695.851)
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	12.771.902	11.869.278	12.771.902	11.869.278

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Responsabilidades por benefícios projetados Reforma	5.134.420	6.279.774	5.134.420	6.279.774
Pessoal no activo	7.637.321	7.164.488	7.637.321	7.164.488
Total das responsabilidades	12.771.741	13.444.262	12.771.741	13.444.262
Valor dos activos	(12.771.902)	(11.869.279)	(12.771.902)	(11.869.279)
Passivos líquidos	(161)	1.574.983	(161)	1.574.983

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Custo do serviço corrente	385.515	275.710	385.515	275.710
Custo dos juros	1.552.547	1.052.347	1.552.547	1.052.347
Rendimento esperado do fundo	(1.371.424)	(941.485)	(1.371.424)	(941.485)
Custos do exercício	566.638	386.572	566.638	386.572

NOTA 21 - OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Credores estrangeiros	(42.772)	13.771	(42.772)	13.771
Credores nacionais	201.972	69.779	405.518	168.513
Contas de liquidação	(168.845)	694.556	(168.845)	694.556
Credores trabalhadores	420.131	396.436	420.131	396.436
Outros encargos a pagar	1.073.752	1.463.365	1.076.637	1.468.429
	1.484.237	2.637.907	1.690.669	2.741.705

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão a quantia escriturada à data de reporte é considerada aproximada ao justo valor.

O valor de Outros Encargos a Pagar reflecte a alteração de procedimento no vencimento dos bilhetes do tesouro de emissão especial que passam a transitar para o exercício seguinte. Anteriormente o vencimento dos bilhetes do tesouro emitidos num determinado exercício venciam no mesmo exercício.

NOTA 22 – CAPITAL

O capital do Banco de Moçambique encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Governo da República de Moçambique, sendo de 2.361.314 milhares de meticais.

NOTA 23 – RESERVAS

Reserva Legal

O valor registado nesta rubrica destina-se a assegurar a integridade do capital social.

Reservas não Distribuíveis

Relativamente a 2016, o Conselho de Administração, face ao resultado líquido apurado de 15.333.862 milhares de meticais, propôs a aplicação do mesmo como segue: 45% para acumulação nas reservas não distribuíveis e 55% para o Estado sob forma de dividendos (Resultado de 2015 – 4.052.871 milhares de meticais: 45% para acumular nas reservas e 55% para o Estado sob forma de dividendos).

Os ganhos não realizados associados aos investimentos em ouro, instrumentos financeiros e benefícios pós emprego são transferidos para as reservas não distribuíveis no processo de aplicação de resultados, impedindo assim a distribuição de resultados não realizados na forma de dividendos.

Reservas de Reavaliação de Justo Valor

Nesta rubrica encontra-se registada a variação de instrumentos de dívida e de acções no exercício. Analisa-se conforme se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Em 1 de Janeiro	76.425	104.354	75.925	103.854
De acções	60.263	(27.929)	60.263	(27.929)
Total das variações do ano	60.263	(27.929)	60.263	(27.929)
Em 31 de Dezembro	136.688	76.425	136.188	75.925

NOTA 24 – JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para a determinação do justo valor de activos e passivos financeiros, o Banco utiliza os seguintes níveis de mensuração:

- Nível 1: Instrumentos financeiros mensurados de acordo com preços de mercado ou providers.
- Nível 2: Instrumentos financeiros mensurados de acordo com metodologias de valorização interna, considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Esta hierarquia requer o uso de dados de mercado observáveis quando esses estejam disponíveis. O Banco considera preços de mercado relevantes e observáveis na sua mensuração do justo valor de instrumentos financeiros quando possível.

As tabelas seguintes demonstram a análise dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor por nível hierárquico do justo valor.

31 Dezembro 2016	SEPARADA			CONSOLIDADA		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Activos financeiros e ouro						
Ouro	4.146.258	-	4.146.258	4.146.258	-	4.146.258
	4.146.258	-	4.146.258	4.146.258	-	4.146.258
Activos financeiros detidos para negociação						
Obrigações do Tesouro	21.930.620	-	21.930.620	21.930.620	-	21.930.620
Obrigações de outros emitentes	2.321.313	-	2.321.313	2.321.313	-	2.321.313
Outros	1.982.916	-	1.982.916	1.982.916	-	1.982.916
	26.234.849	-	26.234.849	26.234.849	-	26.234.849
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	25.057.696	-	25.057.696	25.057.696	-	25.057.696
Obrigações do Tesouro dos EUA	14.356.832	-	14.356.832	14.356.832	-	14.356.832
Outros investimentos	-	597.556	597.556	-	323.963	323.963
	39.414.528	597.556	40.012.084	39.414.528	323.963	39.738.490
	69.795.634	597.556	70.393.191	69.795.634	323.963	70.119.597
Passivos financeiros						
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	46.808.195	46.808.195	-	46.808.195	46.808.195
	-	46.808.195	46.808.195	-	46.808.195	46.808.195

31 Dezembro 2015	SEPARADA			CONSOLIDADA		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Activos financeiros e ouro						
Ouro	7.813.015	-	7.813.015	7.813.015	-	7.813.015
	7.813.015	-	7.813.015	7.813.015	-	7.813.015
Activos financeiros detidos para negociação						
Obrigações do Tesouro	13.727.251	-	13.727.251	13.727.251	-	13.727.251
Obrigações de outros emitentes	1.300.957	-	1.300.957	1.300.957	-	1.300.957
Outros	1.635.129	-	1.635.129	1.635.129	-	1.635.129
	16.663.337	-	16.663.337	16.663.337	-	16.663.337
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	30.115.392	-	30.115.392	30.115.392	-	30.115.392
Obrigações do Tesouro dos EUA	9.274.851	-	9.274.851	9.274.851	-	9.274.851
Outros investimentos	-	414.729	414.729	-	414.729	414.729
	39.390.243	414.729	39.804.972	39.390.243	414.729	39.804.972
	56.053.580	414.729	56.468.309	56.053.580	414.729	56.468.309
Passivos financeiros						
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	39.244.271	39.244.271	-	39.244.271	39.244.271
	-	39.244.271	39.244.271	-	39.244.271	39.244.271

As tabelas seguintes demonstram a análise dos instrumentos financeiros registados ao justo valor e respectiva comparação com o seu custo de aquisição.

31 Dezembro 2016	SEPARADA		CONSOLIDADA		
	Custo	Justo valor	Custo	Justo valor	Diferença
Activos financeiros e ouro					
Ouro	4 146 258	4 146 258	4 146 258	4 146 258	-
	4 146 258	4 146 258	4 146 258	4 146 258	-
Activos financeiros detidos para negociação					
Obrigações do Tesouro	22 269 575	21 930 620	22 269 575	21 930 620	338 955
Obrigações de outros emitentes	1 613 358	2 321 313	1 613 358	2 321 313	(707 955)
Outros	2 389 537	1 982 916	2 389 537	1 982 916	406 621
	26 272 470	26 234 849	26 272 471	26 234 849	37 621
Activos financeiros disponíveis para venda					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	25 057 696	25 057 696	25 057 696	25 057 696	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	14 356 832	14 356 832	14 356 832	14 356 832	-
Outros investimentos	414 729	597 556	414 729	323 963	90 766
	39 829 257	40 012 084	39 829 257	39 738 490	90 766
Total de activos financeiros	70 247 985	70 393 191	70 247 985	70 119 597	128 388
Passivos financeiros					
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	46 808 195	46 808 195	46 808 195	46 808 195	-
Total passivos financeiros	46 808 195	46 808 195	46 808 195	46 808 195	-
31 Dezembro 2015					
Activos financeiros e ouro					
Ouro	7.813.015	7.813.015	7.813.015	7.813.015	-
	7.813.015	7.813.015	7.813.015	7.813.015	-
Activos financeiros detidos para negociação					
Obrigações do Tesouro	13.985.054	13.727.251	13.985.054	13.727.251	257.803
Obrigações de outros emitentes	1.396.664	1.300.957	1.396.664	1.300.957	95.707
Outros	1.758.393	1.635.129	1.758.393	1.635.129	123.264
	17.140.111	16.663.337	17.140.111	16.663.337	476.774
Activos financeiros disponíveis para venda					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	30.115.392	30.115.392	30.115.392	30.115.392	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	9.274.851	9.274.851	9.274.851	9.274.851	-
Outros investimentos	414.729	414.729	414.729	414.729	-
	39.804.972	39.804.972	39.804.972	39.804.972	-
Total de activos financeiros	64.758.098	64.281.324	64.758.098	64.281.324	476.774
Passivos financeiros					
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	39.244.271	39.244.271	39.244.271	39.244.271	-
Total passivos financeiros	39.244.271	39.244.271	39.244.271	39.244.271	-

NOTA 25 – RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica encontra-se decomposta como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Garantias e avals	177.716	177.716	177.716	177.716
Créditos documentários abertos	1.709.895	1.200.577	1.709.895	1.200.577
Transacções efectuadas em nome do Estado	1.887.610	1.378.292	1.887.610	1.378.292
	3.775.221	2.756.585	3.775.221	2.756.585

As transacções efectuadas em nome do Estado, em que o Banco não detém qualquer risco inerente à transacção, foram contabilizadas em contas extrapatrimoniais. O Banco apenas assume a função de agente intermediário nestas transacções. O saldo das transacções efectuadas em nome do Estado inclui maioritariamente o valor nominal dos Bilhetes do Tesouro, notas e moedas fabricadas que ainda não foram lançadas no mercado bem como promissórias a favor do FMI.

NOTA 26 – MARGEM FINANCEIRA

Esta rubrica encontra-se decomposta como se segue:

26.1. Juros e rendimentos equiparados

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Juros de depósitos a prazo	2.312.727	1.567.542	2.312.727	1.578.123
Juros de títulos disponíveis para venda	1.469.729	528.660	1.469.729	528.660
Juros de títulos detidos para negociação	243.552	157.283	243.552	157.283
Juros de depósitos à ordem	11.745	5.764	22.068	7.100
Juros de créditos e adiantamentos concedidos	94.331	22.444	94.331	22.444
Outros juros	9.725	2.401	9.725	2.401
	4.141.809	2.284.094	4.152.131	2.296.011

26.2. Juros e custos equiparados

	INDIVIDUAL		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Juros de Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Estado e Títulos Monetários	1.280.621	1.676.862	1.280.621	1.676.862
Juros de aplicações de liquidez	269.744	16.519	269.744	16.519
Outros juros e gastos similares	5.712	2.880	6.948	5.118
	1.556.077	1.696.261	1.557.313	1.698.499

O total de rendimentos de juros decorrentes de activos mensurados ao custo amortizado e de activos classificados como disponíveis para venda em 2016 foi de 1.306.184 milhares de meticais (2015: 1.306.184 milhares de meticais) e de 528.660 milhares de meticais (2015: 528.660 milhares de meticais), respectivamente.

NOTA 27 – RESULTADOS DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA E OURO

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Resultados de vendas de divisas				
De operações em ouro	95.338	(4.293.805)	95.338	(4.293.805)
De operações em moeda estrangeira	17.904.086	11.827.742	17.910.900	11.823.894
Total	17.999.424	7.533.937	18.006.239	7.530.089

Ver nota 15 relativamente aos resultados de reavaliação cambial não realizados.

NOTA 28 – OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Comissões de Cobrança	4.752	4.758	4.752	4.758
Comissões de Transferência	4.532	235	4.532	235
Outros Serviços	3.841	1.791	3.841	1.791
Outros Proveitos Operacionais	156.854	464.560	172.739	468.307
Outros Ganhos	14.762	2.118	14.762	2.118
	184.741	473.462	200.626	477.209

NOTA 29 – GASTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Remunerações dos órgãos de gestão	209.074	97.861	210.145	99.022
Remunerações de empregados	2.739.387	2.488.662	2.766.822	2.509.469
Custos com benefícios a empregados - Nota 20	470.720	335.107	470.720	335.107
Encargos Sociais	103.812	87.611	104.898	88.237
Outras despesas com o pessoal	24.677	(33.873)	27.675	(28.917)
	3.547.670	2.975.368	3.580.260	3.002.918

À data de 31 de Dezembro de 2016, o número de funcionários do Banco ascendia a 1.016 (2015: 1.023).

NOTA 30 – OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Fornecimentos de terceiros	151.861	114.791	151.861	114.791
Serviços de terceiros	866.500	530.882	951.826	658.119
Custos com a produção de notas e moedas	373.378	356.929	373.378	356.929
Outros gastos	299.010	291.511	299.010	291.511
Outras perdas	16.394	82.230	16.394	82.230
Total	1.707.143	1.376.343	1.792.469	1.503.580

A rubrica de outros gastos refere-se principalmente a impostos directos no montante de 153.838 milhares de meticais em 2016 (2015: 29.611 milhares de meticais) e comissões pagas referentes a carteiras sob gestão externa no montante de 103.678 milhares de meticais em 2016 (2015: 72.125 milhares de meticais).

Nos termos do artigo 69º, Lei n.º 1/92, de 3 Janeiro (Lei Orgânica do Banco), o Banco goza, nos mesmos termos que o Estado, de isenção de todas as contribuições, impostos, taxas, licenças administrativas, imposto de justiça, imposto do selo e demais disposições gerais e especiais.

Contudo, a referida isenção, não abrange a obrigação de efectuar as retenções na fonte que por lei são exigidas.

A este respeito, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação do Banco durante dez (10) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal em sede de retenções de imposto, eventuais correcções. Contudo, o Conselho de Administração do Banco considera que eventuais correcções resultantes de revisões em sede de retenções na fonte (IRPC e IRPS), não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

NOTA 31 – PARTES RELACIONADAS

Os saldos com partes relacionadas são como se segue:

31 Dezembro de 2016	CONSOLIDADA			
	Entidades do Governo	Pessoal chave de gestão	Participações	Total
Activos				
Activos financeiros disponíveis para venda	11.812.332	-	273.593	12.085.925
Creditos e adiantamentos	29.874.313	20.433	729.053	30.623.799
Total	41.686.645	20.433	1.002.646	42.709.724
Passivos				
Depósitos do Estado	29.644.312	-	-	29.644.312
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	31.237.387	-	-	31.237.387
Total	60.881.699	-	-	60.881.699

31 Dezembro de 2015

	CONSOLIDADA			Total
	Entidades do Governo	Pessoal chave de gestão	Participações	
Activos				
Activos financeiros disponíveis para venda	23.475.000	-	273.593	23.748.593
Creditos e adiantamentos	-	20.433	341.033	361.466
Total	23.475.000	20.433	614.626	24.110.059
Passivos				
Depósitos do Estado	25.533.488	-	-	25.533.488
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	34.817.372	-	-	34.817.372
Total	60.350.860	-	-	60.350.860

As remunerações do pessoal chave da gestão e fiscalização do Banco, são como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2016	2015	2016	2015
Pessoal chave de gestão				
Benefícios de curto prazo	209.074	97.861	210.145	99.022
	209.074	97.861	210.145	99.022

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Artista
Naguib Elias Abdula

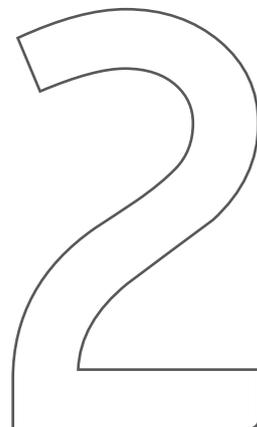


Técnica mista sobre tela
50 x 63 cm
1999

SITUAÇÃO MACROECONÓMICA



tinta de china sobre papel
70 x 75 cm
1999





Sumário

O desempenho da economia Moçambicana em 2016 foi negativamente afectado por um conjunto de choques exógenos, com destaque para (i) a suspensão do apoio externo ao Orçamento do Estado e à balança de pagamento pelos parceiros de cooperação; (ii) o aumento do serviço da dívida pública externa; (iii) a estiagem prolongada no sul-centro do país e as cheias nas regiões centro-norte do país; (iv) a tensão político-militar na região centro-norte do país, e (v) a queda do investimento directo estrangeiro (IDE).

O desempenho da economia medido pelo PIB assinalou em 2016 uma desaceleração para 3,8%, após 6,6% em 2015, nível mais baixo dos últimos 16 anos. O abrandamento da actividade económica, ainda que generalizado, foi mais notório nos sectores da indústria extractiva, da electricidade e água, dos transportes e comunicações, serviços imobiliários, da administração pública e da agricultura, que viram a sua contribuição conjunta para o crescimento do PIB reduzir em 2,2 pp em 2016.

Em face do congelamento da ajuda externa pelos parceiros de cooperação internacional, a despesa pública corrente desacelerou, aumentando 9,2% em termos nominais (20,4% do PIB), abaixo da inflação média observada no período, tendo a despesa de investimento reduzido 39,3% (6,9% do PIB).

Por seu turno, o défice de divisas observado no mercado cambial doméstico, resultou, até final de Outubro, numa depreciação acumulada nominal do Metical de 63,2% face ao Dólar dos EUA e 39,9% face ao cabaz das cinco moedas mais significativas no comércio externo de Moçambique, com implicações notáveis na procura agregada. As importações moçambicanas reduziram 36,4%, contribuindo para a melhoria do défice da conta corrente em 42,3%.

Os preços no consumidor em 2016 também se ressentiram dos efeitos dos choques que afectaram a economia, tendo a inflação anual em 2016 crescido para 25,3% (média anual de 19,9%), após 10,6% em Dezembro de 2015 (média anual de 3,6%), tendo a depreciação do Metical e o défice da oferta interna de bens sido particularmente fortes no comportamento da inflação.

Com vista a estancar a persistente aceleração da inflação em 2016, o Banco de Moçambique reforçou a restrictividade da política monetária, com aumentos sistemáticos das taxas de juro de referência no mercado monetário interbancário e do coeficiente de reserva obrigatória.

A taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez foi ajustada por quatro vezes no ano, num total de 1,350 pb, com os últimos dois aumentos mais agressivos, em Julho (+300 pb) e Outubro (+600 pb), ao passar de 9,75% em Dezembro de 2015, para 23,25% no fecho de 2016. A taxa de juro da facilidade de depósitos foi também aumentada para 16,25% em Dezembro de 2016, contra 3,75% em Dezembro de 2015.

Ainda no âmbito da restritividade da política monetária, o Banco de Moçambique incrementou o coeficiente de reserva obrigatória por três vezes, num total de 500 pb, fixando-o em 15,5% no fecho de 2016, alterando igualmente o regime de constituição de reservas obrigatórias dos passivos denominados em moeda estrangeira, que passaram, a partir de Junho, a ser constituídas em Dólares dos EUA.

Em finais de 2016 observa-se os primeiros sinais do aperto monetário, tendo a depreciação do Metical face ao Dólar dos EUA recuado 9,0% atenuando assim a depreciação nominal de 65,6% registada entre Janeiro e Outubro. No ano o Metical depreciou face ao Dólar em 50,8%, após 38% em 2015. A apreciação do Metical observada depois de Outubro foi acompanhada por uma maior disponibilidade de divisas no mercado, tendo os bancos comerciais, por sua iniciativa, vendido ao BM, USD 252,6 milhões, contribuindo assim para amortecer a queda de reservas internacionais líquidas (USD 536.7 milhões entre Janeiro e Outubro). O saldo das reservas internacionais no fecho do ano foi de 1.787 milhões, corresponde a 4,8 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais, quando excluídas as transacções dos grandes projectos.

A desaceleração da actividade económica em 2016 reflectiu-se também nos agregados de moeda e de crédito, que desaceleraram no ano em análise. Em termos nominais, o M3, que agrega as notas e moedas fora do sistema bancário e os depósitos da economia em moeda nacional e estrangeira, cresceu 10,1% em 2016, após 26,1% em 2015. O agregado M2 expandiu 2,4% em 2016, após 21,7% em 2015. Mesmo assim, notou-se em 2016 um ligeiro incremento da monetização da economia, quando medida pelo peso dos agregados de moeda sobre o PIB, com o M3 a passar de 49% em 2015, para 51% em 2016.

Na conjuntura internacional, a tendência dos preços das mercadorias que Moçambique transacciona com o exterior, observou uma dinâmica diferenciada. Os preços médios mensais do alumínio e do carvão térmico registaram um aumento de 15,4% e 65,5% respectivamente, de Dezembro de 2015 a Dezembro 2016, após uma queda de 16,5% em 2015, respectivamente. Igual comportamento foi observado no preço médio mensal do petróleo, que aumentou 43,9% no período, após reduzir 39,6% em 2015. Quanto aos cereais, excepto o preço do trigo que exibiu uma tendência decrescente, os preços médios dos restantes foram mais voláteis, com aumentos consideráveis na primeira metade do ano a serem seguidos de reduções igualmente consideráveis na segunda metade.

1. Evolução Económica Internacional

Este capítulo retrata os desenvolvimentos da conjuntura económica internacional em 2016, com destaque para os principais indicadores da actividade económica, nomeadamente o PIB, como indicativo da procura externa, e os preços internacionais das principais matérias-primas que Moçambique mais transacciona com o exterior, pelo seu impacto quer na balança de pagamentos como nos preços no consumidor doméstico.

1.1. Economia Mundial em 2016

O crescimento económico global em 2016, estimado em 3,1%, equivalente a um abrandamento relativamente ao ano anterior, reflexo de um desempenho diferenciado entre os grupos de economias, por um lado, as economias avançadas a observarem um abrandamento da expansão anual em relação ao ano de 2015, mantendo-se, mesmo assim, acima do esperado, em resultado do aumento da confiança de investidores e o desempenho dos principais sectores de produção, na segunda metade do ano, apesar de ainda prevalecerem riscos em relação as perspectivas económicas para este grupo de economias. Por outro lado, assistiu-se a uma ligeira estabilidade do crescimento das economias dos mercados emergentes mercê da redução da contracção económica na Rússia e no Brasil, que amorteceram o efeito do crescimento de 6,7%, registado pela China em 2016, o mais baixo desde 1990 (Tabela 1).

Quadro 1: **Evolução do PIB e do IPC em Economias Seleccionada**

Região	PIB - Variação Real (%)			IPC - Variação Anual (%)		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Economia Mundial	3,5	3,4	3,1			
Economias Avançadas	2,0	2,1	1,7	1,4	0,3	0,8
EUA	2,4	2,6	1,6	0,8	0,7	2,1
Zona do Euro	1,2	2,0	1,7	-0,2	0,2	1,1
Economias de Mercados Emergentes	4,7	4,2	4,1	4,7	4,7	4,5
Brasil	0,5	-3,8	-3,6	6,4	10,7	6,3
Rússia	0,7	-2,8	-0,2	11,4	13,0	5,4
China	7,3	6,9	6,7	1,5	1,6	2,1
Economias da África Subsaariana	5,1	3,4	1,4	4,7	7,0	11,3
África do Sul	1,7	1,3	0,3	5,3	5,2	6,8

Fonte: *World Economic Outlook (April 2017)*

Depois do WEO de Outubro passado proceder à revisão em baixa das perspectivas de crescimento económico para 2016, em face do desempenho abaixo do esperado da maior parte das economias, no primeiro semestre, e a prevalência das incertezas associadas ao abandono do Reino Unido da União Europeia, dados do fecho de 2016, mostram um cenário de ligeira recuperação do grupo

de países avançados, em relação ao inicialmente previsto, com destaque para o crescimento da economia norte-americana (1,6%), da Zona do Euro (1,7%), Reino Unido (1,8%) e o Japão (1,0%), este último, após sucessivos períodos de abrandamento, consolidando, assim, um crescimento ascendente do bloco pelo segundo ano consecutivo.

Dados recentes referem, igualmente, que as economias de mercados emergentes registaram um desempenho diferenciado em 2016, por um lado, com o prolongamento da contracção económica, embora a ritmos de abrandamento, das economias produtoras e exportadoras do petróleo como a Rússia e o Brasil em face dos benefícios resultantes do aumento das receitas de exportação em linha com a tendência de recuperação do preço do barril no mercado internacional, depois de elevada queda observada em 2015.

Por outro lado, destaca-se o desempenho robusto da Coreia do Sul e Índia, num contexto em que a China manteve um crescimento económico mais baixo das últimas décadas, mesmo assim, em torno do que era esperado, como resultado da aplicação de medidas fiscais e de política monetária favoráveis à expansão de crédito e de investimento virado para o fortalecimento do consumo interno.

No que diz respeito aos preços, o ano de 2016, foi marcado por uma tendência de incremento anual da inflação para níveis favoráveis, depois de um longo período em que este indicador esteve próximo de zero por cento. A recuperação da inflação, nas economias avançadas é resultante do impacto esperado da política monetária acomodatória e da intensificação de estímulos monetários directos como é o caso de *quantitative easing*, pelos bancos centrais das principais economias desenvolvidas, cujo efeito na inflação veio a ser reforçado pela recuperação do preço de bens energéticos no mercado internacional. O *Fed*, por seu turno, perante a melhoria dos principais indicadores macroeconómicos, incluindo o emprego, adoptou uma postura diferente, tendo decidido reforçar, já na parte final do ano, o ciclo de aperto monetário, aumentando a sua taxa de juro de referência em 25 pb.

Enquanto isso, do lado das economias emergentes a inflação abrandou como é o caso da Rússia e Brasil onde de 2015 para 2016 reduziu em 4,4 pontos percentuais e 7,5 pontos percentuais respectivamente, em linha com o aumento de ganhos nominais do Real e do Rublo face à moeda norte-americana, enquanto na África subsaariana observou-se uma tendência ascendente do nível geral de preços, com destaque para Angola e Moçambique cuja inflação anual se situou em 42% e 25%, respectivamente, associadas a elevados níveis de depreciação das moedas face ao Dólar dos EUA em 2016.

Relativamente ao mercado cambial, assistiu-se, em 2016, ao prolongamento do fortalecimento do Dólar norte-americano, em relação às moedas das principais economias mundiais, nomeadamente ao Euro e à Libra, enquanto face às moedas das economias de mercados emergentes e da SADC a moeda norte-americana registou perdas nominais com maior destaque para a apreciação nominal das moedas das economias cuja pressão cambial em 2015 tenha sido significativa, nomeadamente:

a apreciação anual do Real (18%), do Rublo da Rússia (16%), do Rand (12%) e do Kwacha Zambiano que apreciou, no ano, em 10% depois de uma depreciação de 72% em 2015.

Dos factores que explicam a tendência de fortalecimento do USD face às principais moedas internacionalmente transaccionadas aponta-se, dentre outros, a expectativa de uma política fiscal favorável aos investidores pela nova administração americana, bem como o aumento do influxo de capitais como reflexo da normalização da política monetária da economia norte-americana.

O desempenho económico da maior parte das economias da região da África Subsaariana deteriorou pelo segundo ano consecutivo, em resultado da queda da procura global e, em parte, do impacto da volatilidade do preço das *commodities*. A África do Sul, uma das principais economias da região continua a ressentir-se da falta de confiança dos investidores, principalmente, do sector industrial, mineiro e energético, bem como, da prolongada seca que afecta a cadeia de produção, comercialização e exportação da produção agrícola e seus derivados. Por seu turno, o Botswana afigura-se como uma das economias que reverteu o sentido de contracção favorecido pela subida do preço dos diamantes e outros produtos de exportação.

A nível de preços, as economias da região da SADC iniciaram, em 2016, uma tendência de abrandamento, depois da pressão inflacionária registada no ano anterior. Entretanto, Angola, Malawi e Moçambique continuaram a enfrentar níveis de inflação a dois dígitos em linha com os elevados níveis de depreciação das respectivas moedas face ao Dólar norte-americano, tendo estas, igualmente, iniciado a tendência de desaceleração na parte final de ano.

Quadro 2: **Indicadores Macroeconómicos de Países da SADC**

	ANG	BOT	MLW	MAU	RSA	TZN	ZAM	MOZ
PIB Real – variação anual (%)								
2011	3,4	6,1	5,8	4,1	2,8	6,1	6,8	7,3
2012	5,2	4,3	5,0	3,4	2,5	6,8	7,3	7,4
2013	6,8	5,9	6,4	3,2	1,9	7,0	6,5	7,4
2014	4,8	5,3	6,0	3,9	1,5	4,1	7,1	7,4
2015	3,0	-1,7	2,9	3,5	1,3	7,0	2,9	6,6
2016 ^a	0,0	2,9	2,3	3,6	0,3	6,6	3,0	3,3
IPC – variação anual, Dezembro a Dezembro (%)								
2011	11,4	9,2	7,7	6,5	6,1	19,8	7,2	5,5
2012	9,8	7,4	34,6	3,9	5,7	12,1	7,3	2,2
2013	7,7	4,1	23,5	4,0	5,4	5,6	7,1	2,9
2014	7,5	3,7	24,2	0,2	5,3	4,8	7,9	1,1
2015	14,3	3,1	24,9	1,3	5,2	8,8	21,8	10,6
2016	41,95	3,0	20,0	2,3	6,8	5,0	-0,93	25,3
Moeda Doméstica/USD – variação anual, Dezembro a Dezembro (%)								
2011	1,1	16,0	8,0	-3,0	22,2	6,7	7,0	-17,3
2012	2,4	4,1	116,5	4,0	14,4	1,6	1,3	8,7
2013	1,9	12,4	29,3	-1,6	23,6	0,1	6,3	1,5
2014	5,6	8,9	9,6	6,5	10,5	9,2	15,9	5,51
2015	30,9	15,7	42,6	13,6	33,7	24,7	72,0	42,3
2016	22,7	-2,9	10,4	0,4	-12	1,0	-9,7	50,8

Fontes: Autoridades Estatísticas Oficiais e *World Economic Outlook* (Abril 2016)

Notas: ^a previsão.

1.2. Preços das Mercadorias

Os preços médios internacionais das mercadorias que, devido ao seu impacto sobre a Balança de Pagamentos e sobre os preços no consumidor urbano do país, são monitorizados pelo Banco de Moçambique, registaram tendências diferenciadas em 2016 (Tabela 3).

Quadro 3: Preços Médios de Mercadorias Seleccionadas

Mercadorias	USD	Taxas de Variação Percentual			
	2016	2015		2016	
	Dezembro	Dez-De	Média Anual	Dez-Dez	Média Anual
Importações					
Petróleo ^a	52,6	-39,6	-47,2	43,9	-15,7
Trigo	122,8	-29,7	-23,5	-25,0	-22,9
Arroz	367,6	-13,7	-10,9	3,7	2,2
Milho	152,7	-8,2	-12,0	-6,9	-6,6
Exportações					
Alumínio	1.727,7	-21,6	-10,9	15,4	-3,6
Gás ^b	7,1	-38,8	-35,5	-30,1	-32,1
Carvão Térmico	92,5	-16,5	-18,0	65,5	14,5
Açúcar ^c	20,8	-4,2	-7,2	-16,6	-11,3
Algodão	79,5	3,1	-15,3	12,9	5,4
Ouro	1.151,5	-10,4	-8,4	8,5	7,7

^a – Média simples de Londres, Texas e Dubai;

^b – Japão;

^c – União europeia

Fonte: FMI

Os preços do carvão térmico e do alumínio, duas das principais mercadorias de exportação do país, registaram uma tendência clara de recuperação ao longo do ano. Em termos concretos, até finais de Dezembro, em média, os preços do carvão e do algodão situaram-se a níveis superiores aos de Dezembro de 2015 enquanto os preços médios do gás natural e do açúcar, mantiveram as perdas que já vinham acumulando desde 2015.

Entre as principais importações, os preços médios dos cereais, nomeadamente, o trigo e o milho, produtos importantes no cabaz do consumidor urbano, estiveram em franca queda, a contrastar com a subida tendencial dos preços médios do petróleo.

2. Conjuntura Interna

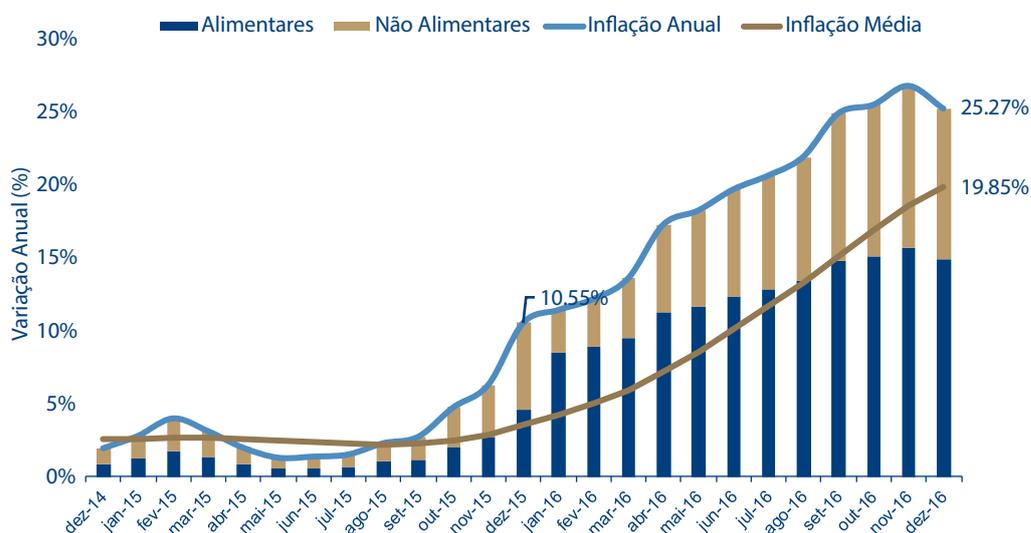
2.1. Sector Real

2.1.1. Preços

A. Evolução de Moçambique

A inflação anual em Moçambique acelerou em 2016, tendo-se fixado nos 25,27% em Dezembro, após 10,55% em igual período de 2015 (Gráfico 1), como resultado da combinação de factores como os seguintes:

Gráfico 1: **Inflação Anual de Moçambique (%)**



Fonte: INE

- (i) redução da oferta de produtos agrícolas produzidos internamente, com peso significativo no cabaz do IPC, decorrente, por um lado, da seca que assolou o sul-centro do país na maior parte do ano, e por outro, da circulação restrita de pessoas e bens devido à tensão militar, que comprometeu a integração dos mercados das diferentes regiões do país;
- (ii) rápida depreciação do Metical em relação às principais moedas de referência nas importações de bens e na precificação de alguns serviços no país. São exemplos de serviços com preços indexados ao Dólar dos EUA, a restauração e alojamento, as consultas em clínicas privadas e as propinas escolares em instituições privadas;
- (iii) ajustamento em alta no último trimestre, de alguns preços administrados, nomeadamente, dos combustíveis, da água canalizada e da electricidade, de modo a aproximá-los aos ditados pelo mercado; e

- (iv) encarecimento dos produtos alimentares na África do Sul, uma das principais fontes de abastecimento dos mercados Moçambicanos, sendo exemplos, as frutas (19,2%), os produtos alimentares processados (11,8%), os vegetais (8,9%) e a carne (7,6%).

A inflação média anual, por seu turno, acelerou tendo-se fixado em 19,85% em Dezembro, após 3,55% em igual período de 2015.

A desagregação do IPC em grandes grupos indica o seguinte (Tabelas 4 e 5):

Quadro 4: **Desagregação do IPC de Moçambique**

Classe de Produtos	Variações Anuais (%)			Contribuições para variação Anual (pp)		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
IPC Global	1,93	10,55	25,27	10,55	10,55	25,27
Produtos Alimentares	3,31	17,55	36,03	7,16	17,55	15,53
Cereais e Derivados	1,28	23,39	38,37	2,34	23,39	4,24
Frutas e Vegetais	6,26	20,93	36,92	2,87	20,93	5,52
Marisco e Derivados	4,69	10,60	22,45	0,77	10,60	1,63
Carne e Derivados	1,16	9,70	28,88	0,44	9,70	1,31
Bens Industriais	0,74	4,74	20,02	1,35	4,74	7,27
Vestuário e Calçado	2,62	5,74	17,88	0,50	5,74	1,49
Veículos Motorizados	0,13	6,48	17,00	0,26	6,48	0,66
Mobiliário e Equipamento doméstico	-0,46	7,50	30,06	0,39	7,50	1,53
Equipamento Informático e de Recreação	-0,12	1,69	5,75	0,03	1,69	0,10
Produtos Administrados	0,00	7,87	9,30	1,27	7,87	1,47
Abastecimento de Água	0,00	5,72	13,80	0,09	5,72	0,20
Electricidade	0,00	6,88	37,00	0,15	6,88	0,79
Combustíveis	0,00	0,00	12,34	0,00	0,00	0,34
Serviços	3,15	7,61	10,52	0,76	7,61	1,00
Transporte	0,42	3,53	2,26	0,11	3,53	0,07
Saúde	0,38	0,44	12,22	0,01	0,44	0,14
Restauração e Alojamento	3,35	10,62	20,73	0,14	10,62	0,27
Educação	5,84	13,26	9,78	0,21	13,26	0,16
Lazer, Recreação e Desporto	0,00	19,07	6,65	0,07	19,07	0,03

Fonte: INE

- **Produtos Alimentares**¹ – o índice dos alimentos, com um peso de 43,1% no cabaz do IPC, aumentou 36,03% em 2016 (17,55% em 2015), contribuindo com 15,53 pp para a inflação total. Os índices dos cereais e derivados e o **das frutas e vegetais**, produtos maioritariamente importados, destacaram-se no grupo dos alimentos, ao aumentarem 38,7% e 36,92%, respectivamente;

- **Bens Industriais**² – o índice dos bens processados aumentou 20,02% no ano (4,74% em 2015), tendo contribuído com 7,27 pp para a inflação total. O destaque vai para os índices do mobiliário e equipamento doméstico (+30,06%), do vestuário e calçado (+17,88%) e da aquisição de veículos motorizados (+17,00%);
- **Serviços**³ – o índice dos serviços aumentou 10,52% no ano (7,61% em 2015), contribuindo com 1,00 pp para a inflação anual. O índice do alojamento e restauração destacou-se na classe, com um aumento anual de 20,73%;
- **Produtos Administrados** – o índice dos produtos e serviços de preços administrados, aumentou 9,3% em 2016 (7,87% em 2015), tendo contribuído cerca de 1,47 pp para a inflação total. No grupo, o índice da electricidade destacou-se com um aumento de 37%.
- **IPC Excluindo Frutas e Vegetais** – o núcleo de inflação obtido por exclusão dos índices das frutas e vegetais no IPC geral, dada a sua elevada sensibilidade a factores climáticos e sazonais, portanto não relacionados a eventos ligados à política monetária, aumentou 23,25%, portanto abaixo da inflação geral (Tabela 5).
- **IPC Excluindo os Produtos Administrados** – o núcleo de inflação obtido por exclusão do índice dos produtos e serviços administrados, igualmente explicados por factores alheios à política monetária, aumentou 28,43%, portanto acima da inflação geral.

Quadro 5: **Variação Anual de Núcleos de Inflação de Moçambique (%)**

	Dez-14	Dez-15	Mar-16	Jun-16	Set-16	Dez-16
IPC	1,93	10,55	13,61	19,72	24,93	25,27
Alimentares	3,31	17,55	22,28	34,52	40,28	36,03
Frutas e Vegetais	6,26	20,93	18,53	39,27	34,27	36,92
Não Alimentares	1,08	6,12	7,81	10,40	15,34	17,74
Serviços	3,15	7,61	9,51	7,83	10,43	10,52
Core inflation						
IPCX Admin	2,34	11,09	14,77	22,16	28,65	28,43
IPCx Frutas e Vegetais	1,36	8,92	12,72	16,67	23,54	23,25
IPCx FrutVegAdm	1,71	9,18	13,92	18,85	27,60	26,60
IPCx Combustíveis	1,96	11,01	14,24	20,59	26,01	25,89

Fonte: INE

B. Evolução do IPC por Cidades:

Ao nível das cidades que constituem o IPC agregado de Moçambique, assistiu-se a um agravamento generalizado dos preços, com a cidade da Beira a notabilizar-se com a inflação anual de 29,13%

² Bens processados, excluindo os produtos alimentares transformados e produtos com preços administrados.

³ Exclui todos os serviços cujos preços são determinados de forma administrativa.

(10,88% em 2015), seguida pela cidade de Maputo com 24,62% (11,10% em 2015) e Nampula com 24,33% (9,56% em 2015), notando-se, porém, alguma diferenciação das variações das diferentes classes que compõem o IPC (vide Tabela 6).

Quadro 6: **Variação Anual dos Preços por Classes e Cidades**

Classes	Moçambique		Maputo		Beira		Nampula	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Produtos alimentares e bebidas	17,51	35,78	19,87	36,21	16,20	38,30	15,27	33,82
Bebidas alcoólicas e tabaco	7,68	24,81	9,14	21,00	11,78	17,30	3,12	36,83
Vestuário e calçado	5,74	17,87	3,93	25,79	2,30	10,83	8,93	15,18
Habituação e serviços relacionados	2,77	13,86	3,29	13,21	6,75	18,39	-0,03	13,36
Mobiliário e Equipamento doméstico	7,50	30,07	9,49	23,19	5,21	37,73	5,89	36,14
Saúde	0,96	18,09	2,02	15,48	2,03	8,41	-1,17	25,23
Transportes	3,66	10,51	4,57	13,03	9,75	4,94	0,40	7,72
Comunicações	2,87	3,41	4,45	5,16	0,00	0,00	0,00	0,19
Lazer, recreação e cultura	6,47	7,87	7,09	12,88	0,72	20,10	7,71	-0,05
Educação	13,27	9,77	10,47	7,61	1,61	8,05	35,66	19,56
Restaurantes e Alojamento	10,62	20,73	9,61	19,88	8,15	19,24	17,80	26,07
Bens e serviços diversos	4,34	23,70	4,80	22,80	2,16	31,72	4,06	21,71
IPC Geral	10,55	25,27	11,10	24,62	10,88	29,13	9,56	24,33

Fonte: INE

2.1.2. Produto Interno Bruto

De acordo com dados preliminares publicados pelo INE, o Produto Interno Bruto (PIB) em 2016, cresceu 3,8%, em termos reais, uma desaceleração de 2,7 pp em relação a 2015, e bem abaixo da média dos últimos vinte anos, fixada em 8,8%. Entre os factores que explicam a quebra na dinâmica da actividade económica em 2016 destaca-se:

Do lado da oferta:

- A seca no sul-centro do país e as inundações nas regiões centro e norte, com impacto negativo sobre a produção agro-pecuária e a produção e distribuição de electricidade e água;
- O conflito militar em algumas regiões das províncias localizadas nas zonas centro e norte do país, com implicações negativas sobre actividades como a agro-pecuária, os transportes e comunicações e o turismo, só para citar algumas.

Do lado da procura:

- A suspensão do apoio directo externo ao Orçamento do Estado e à balança de pagamentos, com implicações na capacidade de realização da despesa pública pelo Estado, o que impactou negativamente na procura pelos bens e serviços à escala global da economia;
- A rápida depreciação do Metical, quer em termos nominais como efectivos reais, que se traduziu numa menor procura por parte das famílias e empresas, sem, contudo, reflectir-se em ganhos nas exportações;
- Os apertos graduais nas condições monetárias, traduzidos em aumentos das taxas de juro e do coeficiente de reserva obrigatórias, de modo a conter a inflação; e
- A redução dos influxos de investimento directo estrangeiro, sobretudo nas áreas de construção.

Quadro 7: **Dinâmica da Produção Sectorial**

	Variação Anual (%)				Peso Total (%)		Contribuição (pp)	
	2013	2014	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Agricultura, pecuária	1,7	3,8	3,1	2,6	21,0	22,5	0,7	0,6
Indústria Extractiva	15,7	24,6	22,5	15,6	3,7	6,2	0,7	0,5
Indústria Transformadora	4,1	2,6	9,0	3,9	9,0	8,7	0,8	0,6
Electricidade e Água	5,5	5,1	11,6	0,3	2,9	2,7	0,3	0,0
Construção	7,2	12,1	12,0	1,1	2,1	2,1	0,2	0,0
Comércio	15,4	9,3	7,2	8,9	11,5	12,1	0,8	1,0
Transportes e Comunicações	8,5	5,1	4,6	1,2	12,3	9,7	0,6	0,2
Serviços Financeiros	14,5	15,0	5,9	4,6	5,7	4,9	0,3	0,3
Aluguer de Imóveis Ser. Rep	6,0	7,7	7,5	0,1	7,2	5,3	0,5	0,0
Educação	3,0	7,6	7,4	7,4	7,0	8,1	0,5	0,5
Administração Pública	3,7	10,6	14,9	1,2	6,0	6,4	0,8	0,1
Outros	-6,1	13,1	-2,1	-3,0	3,4	4,5	-0,1	-0,1
Impostos s/ Produtos	22,1	8,2	4,2	2,6	8,2	9,0	0,4	0,2
PIB a preços de mercado	7,1	7,4	6,6	3,8	100	100	6,6	3,8

Fonte: INE

Os ramos da indústria extractiva, electricidade e águas, construção e da administração públicas, foram os que mais se ressentiram em 2016, ao registarem abrandamentos no ritmo de crescimento ao nível de dois dígitos, em termos de pontos percentuais, conforme pode-se ver na tabela 7:

A produção do sector de **electricidade e água** incrementou 0,3% em 2016, um abrandamento de 11,3 pp face a 2015. A seca severa que afectou os países da África Austral foi o principal entrave, ao causar restrições no fornecimento da água, incluindo para a geração da energia eléctrica;

A produção do ramo da **indústria extractiva** cresceu 15,6%, um abrandamento de 6,9 pp face a 2015, que resultou numa contribuição de 50 pb no PIB, após 70 pb no ano transacto, reflectindo factores como a incerteza em relação aos preços internacionais das mercadorias, particularmente da extracção de gás natural que desacelerou em 31,2 pp, condicionando a produção deste ramo em 2016;

O ramo da **construção** observou uma desaceleração de 10,9 pp, para 1,1%. Este desempenho foi afectado pela redução das despesas de investimento do sector público em infra-estruturas públicas e do investimento directo estrangeiro em edifícios e unidades fabris;

A **indústria transformadora** cresceu 3,9%, equivalente a uma desaceleração de 5,1 pp face a 2015, que resultou numa contribuição de 60 pb para o crescimento do PIB, após 80 pb em 2015, sendo de destacar o abrandamento da indústria de transformação de cereais e leguminosas e a dos têxteis e vestuário;

A produção da **agricultura** aumentou 2,6%, um abrandamento de 50 pb face a 2015, resultando numa contribuição de 60 pb para o crescimento do PIB, após 70 pb em 2015; e

Os serviços da **administração pública** aumentaram 1,2%, após 14,9% no ano transacto (contribuição de 10 pb após 80 pb), a reflectir a redução significativa das despesas do Estado.

O sector que observou uma aceleração do crescimento da actividade económica foi o do **comércio**, com um crescimento de 8,9% (7,2% em 2016), resultando numa contribuição de 100 pb (30 pb em 2015). Este crescimento foi favorecido pelo desempenho do comércio a grosso e a retalho que acelerou de 6,5% para 9,3%, (Tabela 7).

Caixa 1: Produto Interno Bruto na Óptica da Despesa

Abrandamento da actividade económica, decorrente do declínio da formação bruta de capital fixo e desaceleração do crescimento anual do consumo público.

Em 2016, a actividade económica em Moçambique observou um crescimento real de 3,8%, após 6,6% em 2015, uma das mais baixas taxas de crescimento dos últimos 10 anos. Este desempenho, reflecte, na óptica da despesa, a substancial queda da formação bruta do capital fixo e do forte abrandamento do consumo público, num contexto de suspensão da ajuda externa ao Orçamento do Estado. Refira-se que a procura externa apesar de apresentar uma ligeira recuperação, registou um desempenho abaixo do PIB, traduzindo o fraco desempenho da economia global, com ênfase para a primeira metade do ano (Quadro 1).

Quadro 1: PIB na óptica da despesa - taxa de crescimento em %

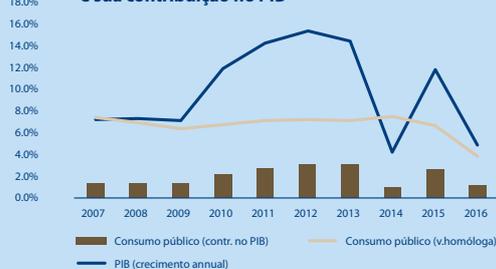
	2012	2013	2014	2015	2016
Consumo privado	8.2	5.9	4.7	4.9	5.1
Consumo público	15.3	14.4	4.2	11.8	4.8
Investimento	113.4	47.8	18.7	-8.7	9.9
Formação bruta de capital fixo	73.8	53.2	24.0	-22.8	-29.9
Variação de existências	340.6	35.8	5.3	33.5	79.2
Procura interna	27.7	19.4	9.7	0.6	6.8
Exportações	13.3	2.2	15.7	-1.2	1.2
Bens	16.7	4.0	16.4	12.9	-2.3
Serviços	4.3	-3.5	13.5	-47.6	25.6
Procura global	24.6	16.1	10.7	0.3	5.8
Importações	62.4	28.8	14.6	-6.7	8.3
Bens	49.8	37.6	-2.0	2.9	-4.2
Serviços	92.5	12.7	51.9	-20.8	32.0
PIB	7.2	7.1	7.4	6.6	3.8

Fonte: INE, 2017

Suspensão da ajuda externa ao Orçamento do Estado condicionou o crescimento do consumo público, num contexto em que o desempenho do consumo privado esteve em torno do crescimento médio dos últimos cinco anos

Em 2016, o consumo público apresentou um crescimento de 4,8%, um valor inferior aos 11,8% de 2015, ainda assim acima do crescimento do PIB. O comportamento do consumo público, ao longo de 2016, é explicado pelo corte de ajuda externa ao Orçamento do Estado, por parte dos parceiros de cooperação internacional, em resposta à contratação de dívida privada com garantias do Estado, mas não declarada oficialmente, levando a contracção da despesa pública. Por seu turno, em 2016, o consumo privado, que constitui cerca de 71,5% do PIB, foi a componente do consumo que acelerou, passando de 4,9% para 5,1%, estando em torno do seu crescimento médio dos últimos cinco anos (Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1: Variação Anual do consumo privado e sua contribuição no PIB



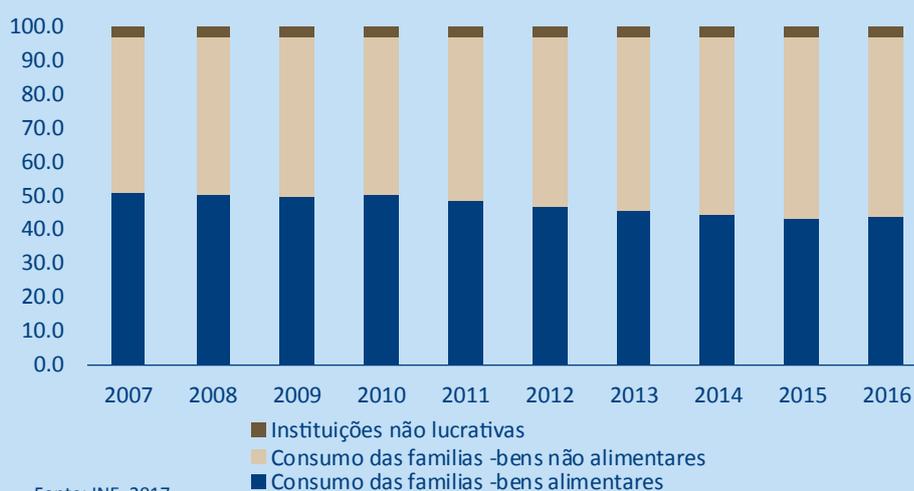
Fonte: INE, 2017

Gráfico 2: Variação anual do consumo público e sua contribuição no PIB



A evolução da estrutura de consumo das famílias em 2016 sugere que houve efeito substituição parcial entre o consumo de bens alimentares e bens não alimentares, por parte das famílias, que pode ser explicado pela aceleração da inflação que levou ao aumento da proporção consumida de bens alimentares. Com efeito, o consumo privado foi impulsionado pelo consumo das famílias em bens alimentares que cresceu cerca de 8,1%, após desempenho de cerca de 1%, em 2015 e em torno de 3% nos dois anos precedentes, contra a variação de 4,3% dos bens não alimentares, após 7,3% em 2015. Contudo, apesar da redução ligeira do seu peso, o consumo em bens não alimentares tem aumentado na estrutura do consumo das famílias, nos últimos cinco anos, estando em torno dos 53%, comparado com os 48,3% observados em 2011 (Gráfico 3).

Gráfico 3: **Estrutura do Consumo Privado (%)**



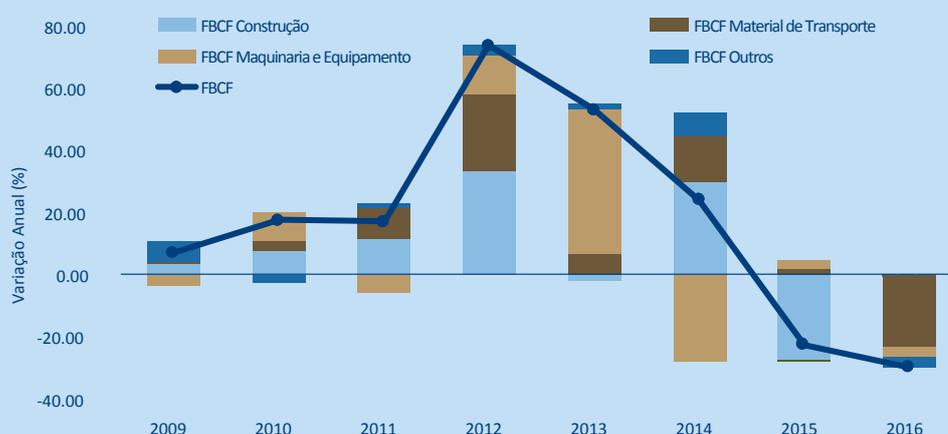
Declínio da Formação Bruta de Capital Fixo, suplantado pela acumulação de estoques pelas empresas de exportação, resultando em um crescimento positivo do investimento.

O ano de 2016 foi marcado por uma recuperação do investimento que cresceu em 9,9% (após uma contracção de 8,7% em 2015), justificado pelo crescimento anual de estoques das empresas privadas que passou de 33,5% em 2015 para 79,2% em 2016, com maior ênfase, para as empresas de exploração mineira que em face da fraca procura externa e dos problemas logísticos enfrentados para o escoamento das principais matérias-primas de exportação, viram-se obrigadas a acumular estoques.

Por seu turno, à semelhança de 2015, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) considerada como a maior componente do investimento, voltou a reduzir

substancialmente, em 2016, tendo contraído em 29,9% (declínio de 22,8% em 2015), resultando na diminuição do seu peso no investimento total de 63,5% em 2015 para 40,5% em 2016. Em termos de componentes, esta queda foi determinada, essencialmente, pela redução da FBCF de material de transportes em 52,5%, seguida pelo declínio de outros produtos não especificados em 21,7% e da aquisição de bens de capital em 19,6%, esta última, em linha com a queda das importações de bens de capital registadas na Balança de Pagamentos. Ainda no ano, assistiu-se a uma redução ligeira da FBCF em construção em 0,8%, após uma forte queda verificada no ano precedente de 59,7%.

Gráfico 4: Contribuição para a Variação da Formação Bruta de Capital Fixo



Fonte: INE, 2017

O declínio da FBCF de material de transporte decorreu da redução expressiva das componentes de automóveis adquiridos pelas empresas para o transporte de passageiros (-67,8%), da aquisição de veículos para a indústria (-66,6%) e do material de transporte não especificado obtido pelas empresas (-10,3%), o que em conjunto, reflecte o efeito da depreciação cambial observada na maior parte do ano e das medidas de aperto monetário adoptadas pelo banco central que retraíram as despesas de investimento das empresas.

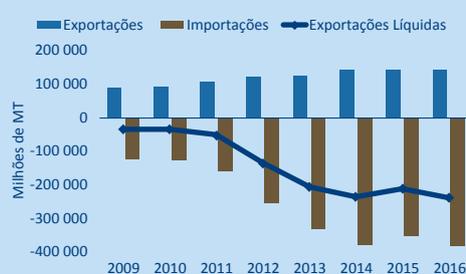
Por seu turno, as medidas de contenção fiscal adoptadas pelas autoridades governamentais que resultaram no declínio das despesas de investimento público, conjugada com o abrandamento dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro, levaram a uma queda da FBCF em construção iniciada em 2015 e tendo em 2016, registado uma ligeira redução. Efectivamente, no ano, observou-se a estagnação do processo de infra-estruturação levada a cabo pelo Estado, com a construção de infra-estruturas para o fornecimento de água, energia, telecomunicações e outras a

reduzirem em 2,0% (queda de 87,9% em 2015) e a construção de estradas, pontes, aeroportos e linhas férreas a retraírem em 1,1% (expansão de 22,7% em 2015), num cenário em que a construção de edifícios para residências e outros fins apresentarem um ligeiro crescimento de 0,7% (perante um incremento de 14,7% em 2015).

Aumento do défice de exportações líquidas, decorrente da maior contratação de serviços no exterior para prestar assistência aos grandes projectos, num cenário de baixa performance das exportações em face da fraca procura externa dos principais parceiros.

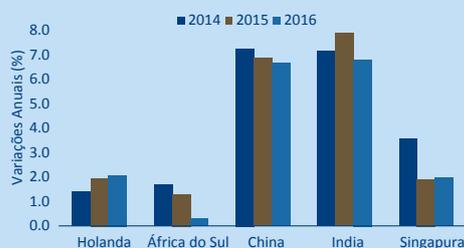
Em 2016 registou-se um incremento do saldo negativo das exportações líquidas em 13,0%, após uma redução do défice em 10,1% no ano transacto (Gráfico 5). O agravamento do défice das relações externas do país reflectiu o incremento do volume de importações em 8,3% (após uma queda de 6,7% no ano precedente), explicado, fundamentalmente, pelo aumento da contratação de serviços no exterior em 32,0% (redução de 20,8% em 2015) de onde se realçam os serviços de consultoria e de assistência técnica de especialidade para os grandes projectos e das viagens de turistas nacionais para o exterior, num cenário em que se assistiu a queda das importações de bens em 4,2% (face a um ligeiro incremento de 2,0% em 2015).

Gráfico 5: Exportações Líquidas (Preços Constantes)



Fonte: INE

Gráfico 6: Crescimento do PIB dos Principais Parceiros Comerciais de Moçambique⁴



Fonte: FMI

Por seu turno, as exportações registaram a mais baixa taxa de crescimento, das componentes da procura global, tendo expandido em apenas 1,2%, suportado pelo incremento anual das exportações de serviços em 3,2% (após declínio de 11,1% em 2015), que superaram o efeito da queda das exportações de bens em 2,0% (após um aumento de 9,0% em 2015). A queda das exportações das principais matérias-primas decorreu, em parte, da fraca procura externa dos principais parceiros comerciais do país que nos últimos anos tem experimentado, de forma generalizada, uma tendência de abrandamento do ritmo de crescimento da actividade económica, com a excepção da Holanda, que é tida como o principal mercado das exportações de alumínio (Gráfico 6).

⁴ Segundo os dados da Balança de Pagamentos, estes são identificados como os 5 maiores destinos das exportações de Moçambique nos últimos anos.

2.2. Finanças Públicas

2.2.1. Execução Orçamental para 2016

A Lei Orçamental aprovada pela Assembleia da República previa para o ano de 2016 uma receita pública no valor de 166.722 milhões de meticais, correspondentes a 24,1% do PIB projectado para o ano, sendo 145.320 milhões (21% do PIB) decorrentes de impostos (receita fiscal). Para a despesa, a lei estabeleceu um tecto de 229.052 milhões de meticais (33,1% do PIB), dos quais 144.268 milhões (20,9% do PIB) em gastos correntes e 76.820 milhões (11,1% do PIB) em investimento, do que resultaria um défice orçamental da ordem dos 62.330 milhões de meticais (9% do PIB), antes de donativos, e 44.288 milhões (6,4% do PIB após donativos) (Tabela 8). Comparativamente a 2015, a receita orçamentada para 2016 representa um acréscimo nominal de 11%, porém em termos do rácio do PIB corresponde a uma queda de cerca de 90 pb, enquanto que a despesa corresponde a uma redução de 2,1pb em linha com a redução nominal de 2,7% relativamente ao montante gasto em 2015.

Quadro 8 : Orçamento do Estado e Execução

Rubricas	Realizado		Variação Nominal(%)	(%) do PIB		
	2015	2016		2016	2015	Lei Orç.
Receitas Totais	148.170	165.595	11,8	25,0	24,1	24,0
Receitas Fiscais	124.484	138.494	11,3	21,0	21,0	20,1
Receitas Não Fiscais	5.785	2.558	-55,8	1,0	0,7	0,4
Receitas Próprias	5.810	6.656	14,6	1,0	0,7	1,0
Receitas de Capital	3.097	6.143	98,4	0,5	0,5	0,9
Receitas Consignadas	8.994	11.745	30,6	1,5	1,2	1,7
Despesas Totais e Empréstimos Líquidos	208.296	202.620	-2,7	35,2	33,1	29,4
Despesa Corrente	129.073	140.911	9,2	21,8	20,9	20,4
Despesa de Investimento	76.393	46.366	-39,3	12,9	11,1	6,7
Empréstimos Líquidos	2.510	5.131	104,4	0,4	1,2	0,7
Outras Despesas/Receitas	320	10.212	-	0,1	-	1,5
Donativos	17.877	16.414	-8,2	3,0	2,6	2,4
Saldo Global Antes de Donativos	-60.126	-37.025	-38,4	-10,2	-9,0	-5,4
Saldo Global Após Donativos	-42.249	-20.611	-51,2	-7,1	-6,4	-3,0

Fonte: MEF

Os resultados alcançados mostram que, no geral, a receita colectada em 2016 esteve em linha com o orçamento, ao situar-se em cerca de 24% do PIB projectado para o ano, ainda que as diferentes categorias da mesma tenham apresentado um desempenho misto (Tabela 8). Com efeito, a receita fiscal, a que decorre da tributação, ao situar-se em 20,1% do PIB, esteve abaixo do esperado em cerca de 0,9% do PIB, um défice que foi conjuntamente compensado pelas receitas, próprias, de capital e consignadas, que superaram o orçamentado em 0,3%, 0,4% e 0,5% do PIB, respectivamente.

Por seu turno, a despesa total, ao situar-se em 29,4% do PIB, esteve 3,7% do PIB abaixo do tecto estipulado no Orçamento, o que relativamente a 2015 corresponde a uma redução nominal de 2,7%, tendo também as principais componentes registado desempenhos diferenciados. Enquanto que a despesa corrente aumentou 9,2% em termos nominais, fixando-se em 20,9% do PIB – 0,5% do PIB e 1,4% do PIB, abaixo da orçamentada e da verificada em 2015 respectivamente. A despesa de investimento reduziu 39,3% em termos nominais, fixando-se em 6,7% do PIB – 4,4% do PIB e 6,2% do PIB, abaixo da orçamentada e da verificada em 2015, respectivamente.

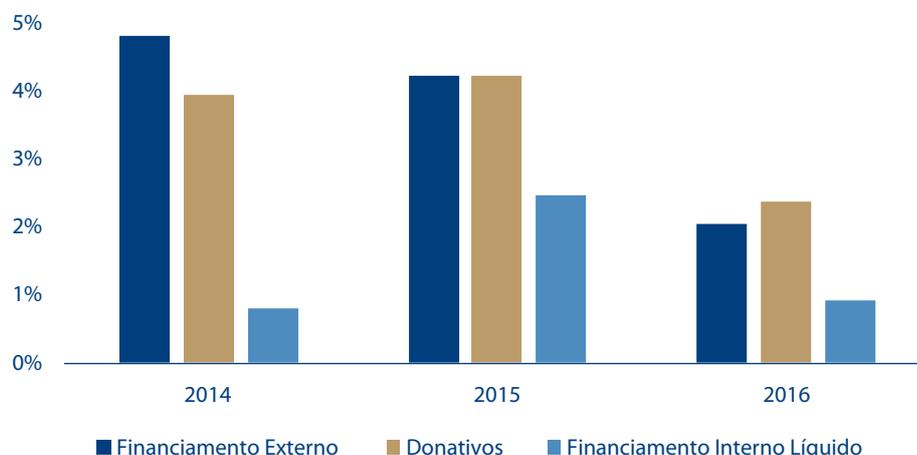
2.2.2. Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento

A execução orçamental acima descrita resultou, em 2016, num défice público, antes de donativos, da ordem dos 37.025 milhões de meticais, correspondentes a 5,4% do PIB, o que traduz um esforço de numa consolidação fiscal de 4,8% do PIB, relativamente a 2015. Em termos nominais, o défice em 2016 reduziu 38,4%.

Para o financiamento do défice publico, o Estado recorreu às seguintes fontes:

- Empréstimos Externos líquidos: 14.178 milhões de meticais, equivalentes a 2,1% do PIB (4,3% do PIB em 2015). Em termos nominais, este valor representa um decréscimo de 11.121 milhões de meticais, dos quais 4.094 milhões de meticais, na rubrica de empréstimos externos para apoio directo ao Orçamento;
- Donativos: 16.413 milhões de meticais, que representam 2,4% do PIB, contra 4,3% do PIB no ano transacto. Deste valor apenas 1.048 milhões de meticais correspondem a entradas para apoio directo ao orçamento, cerca de 6% do total de donativos, contra 42% em 2015, tendo esta redução sido minimizada por outras entradas direccionadas para, projectos de investimento e projectos especiais, que passaram para 63% e 30% do total dos donativos, contra 32% e 27% em 2015, respectivamente.

Gráfico 2: Fontes de Financiamento do Déficit em % do PIB



Fonte: MEF

2.3. Sector Monetário e Cambial

2.3.1. Mercado Monetário Interbancário (MMI)

Em 2016, as transacções líquidas de Bilhetes do Tesouro (BT) no mercado monetário interbancário (MMI), resultaram numa injeção líquida de 6.159 milhões de meticais, decorrentes de vencimentos líquidos de BT no valor de 6.389 milhões, perante emissão líquida de reverse repo no montante de 229 milhões. O saldo de BT em carteira das instituições de crédito reduziu 1.668 milhões de meticais, fixando-se em 34.635 milhões de meticais no final do ano (vide a tabela 9), dos quais, 40,4% com a maturidade de 182 dias, 39,9% com a maturidade de 91 dias e 19,7% com a maturidade de 364 dias.

No mesmo período, as operações relativas às facilidades permanentes de liquidez, nomeadamente, a facilidade permanente de cedência (FPC) e a facilidade permanente de depósito (FPD), resultaram numa absorção líquida de 4.178 milhões, o que reflectiu a aplicação de 5.311 milhões de meticais (FPD), amortecidos pela injeção de 1.133 milhões meticais (FPC).

Quadro 9: **Operações do MMI e Taxas de Juros**

	2014	2015	2016
Bilhetes do Tesouro em Carteira (milhões de MT)			
BTs-91 dias			
BTs-91 dias	13.835	4.666	4.666
BTs-182 dias	13.990	18.580	18.580
BTs-364 dias	6.810	14.305	14.305
Total	34.635	37.551	37.551
Valores médios por Operação (milhões de MT)			
FPC	102	308	308
FPD	467	154	154
Permutas	91	107	107
Taxas de Juro (%)			
FPC	23,25	7,50	7,50
FPD	16,25	1,50	1,50
BTs -91 dias	24,15	5,37	5,37
BTs-182 dias	26,85	6,64	6,64
BTs-364 dias	28,00	7,25	7,25
Permutas	23,16	3,11	3,11

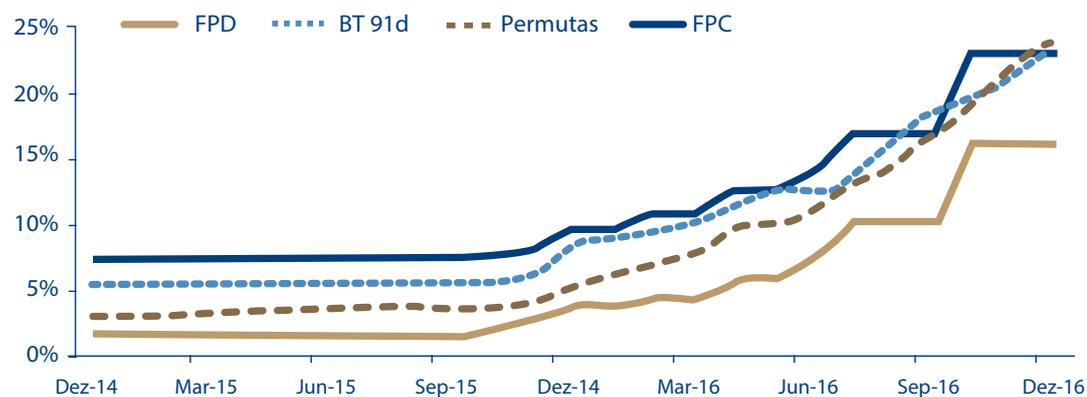
Fonte: BM

2.3.2. Taxas de Juro

A. Mercado Monetário Interbancário

Em 2016, visando restringir as condições monetárias, de modo a conter a rápida aceleração da inflação, o BM, entre outras medidas, reviu em alta as suas taxas de juro overnight no MMI, nomeadamente a da Facilidade Permanente de Cedência de liquidez e a da Facilidade Permanente de Depósito, a primeira em 1350 pb, fixando-a em 23,25% no final do ano, e a última em 1250 pb, para 16,25%. Estas medidas tiveram impacto nas demais taxas deste segmento de mercado, incluindo a das permutas e de BT (Gráfico 3).

Gráfico 3: **Taxas de Juro do Mercado Monetário Interbancário**



Fonte: BM

B. Taxas de Juro de Retalho

As taxas de juro a retalho, as praticadas pelos bancos nos empréstimos e na remuneração dos depósitos dos clientes, seguiram também o sinal da política monetária em 2016, tendo a primeira aumentado, em média, 8,9 pp, fixando-se em cerca de 28% em Dezembro, para empréstimos com a maturidade de 364 dias. O aumento da taxa de juro dos empréstimos foi mais expressivo nos quatro maiores bancos, numa média de 10,8 pp, fixando-se em 27% no final do ano, o que compara com um aumento médio de 7,0 pp nos restantes bancos, para 28,9%. Para os clientes prime, os aumentos foram mais expressivos, com a média do sistema a incrementar em 10,7 pp passando para 27%, enquanto para os quatro maiores e os restantes bancos aumentou em 10,3 pp e 11,3 pp para 26,5% e 27,5%, respectivamente.

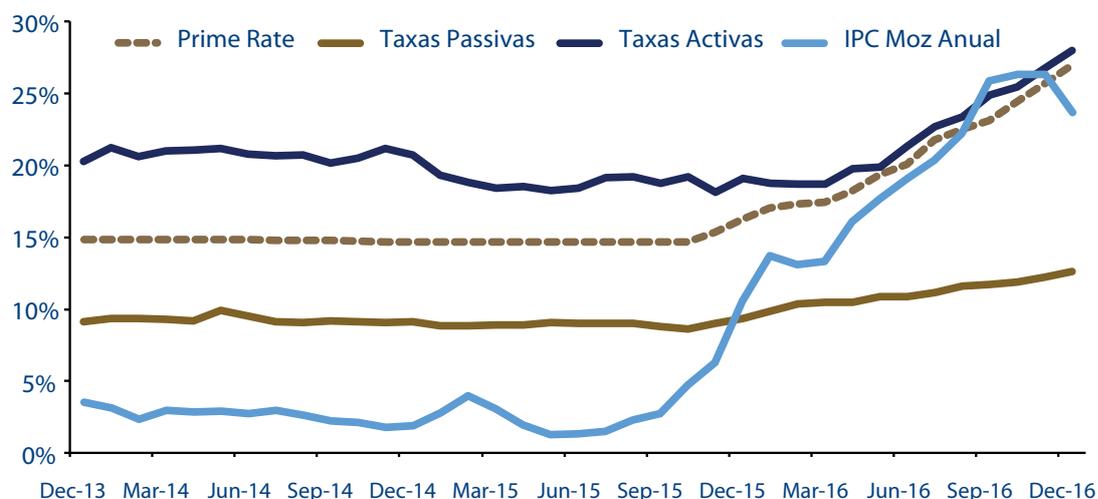
Quadro 10: Taxa de Juro a Retalho (%)

	Dez-14	Jun-15	Dez-16
<i>Activas (1 Ano)</i>			
Média	20,75	19,10	27,97
Quatro maiores IC's	18,74	16,24	27,02
Restantes IC's	22,77	21,96	28,02
<i>Passivas (1 Ano)</i>			
Média	9,14	9,37	12,65
Quatro maiores IC's	8,27	9,03	12,54
Restantes IC's	10,02	9,71	12,76
<i>Prime (1 Ano)</i>			
Média	14,68	16,17	26,70
Quatro maiores IC's	14,50	16,06	26,58
Restantes IC's	14,85	16,28	26,82

Fonte: BM

A taxa de juro média das operações passivas, igualmente com maturidade de 364 dias, aumentou 3,3 pp no mesmo período, situando-se nos 12,65% em Dezembro. Assim, o diferencial entre esta e a taxa dos empréstimos aumentou em cerca de 5 pp, passando de 10,45 pp em Dezembro de 2015, para 15,5 pp em Dezembro de 2016. Nos quatro maiores bancos, os depósitos em Dezembro de 2016 foram remunerados a uma taxa de juro média de 12,5%, mais 3,5 pp em relação à média de Dezembro de 2015, o que compara com os 12,8% nos demais bancos (+3,1 pp da verificada em 2015).

Gráfico 4: Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Nacional e Inflação

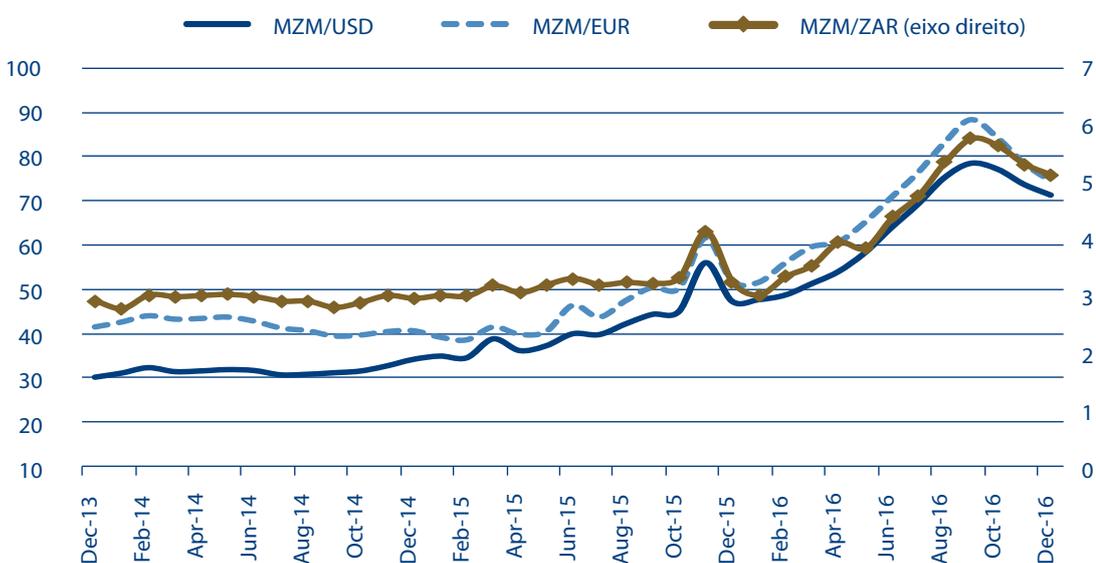


Fonte: BM

2.3.3. Taxas de Câmbio

Em 2016, o Metical registou perdas nominais face às principais moedas transaccionadas no mercado cambial doméstico (Gráfico 5), tendo-se em termos acumulados no ano, nas transacções entre os bancos e os seus clientes, depreciado em 50,8% face ao Dólar dos EUA, 43,5% em relação ao Euro e 58,5% face ao Rand. No final de Dezembro, o Dólar dos EUA esteve cotado em 71,3 meticais, o Euro em 74,4 meticais e o Rand em 5,1 meticais.

Gráfico 5: **Variação Anual das Taxas de Câmbio Nominais no MCI**



Fonte: BM

Refira-se, porém, que o comportamento do Metical não foi uniforme ao longo do ano, tendo-se até ao dia 20 de Outubro, depreciado 65,6% face ao Dólar dos EUA e 71,8% face ao Rand, para depois apreciar-se 9,0% e 7,7%, entre aquela data e final de Dezembro, em relação às duas moedas respectivamente.

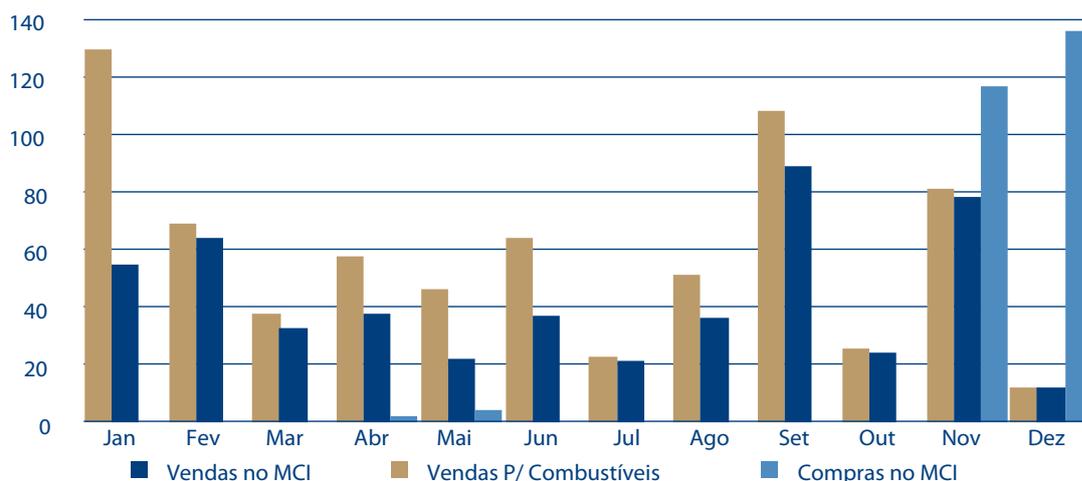
Se a rápida depreciação do Metical, até 20 de Outubro, reflectia o défice de divisas no mercado, num contexto de, (i) suspensão do apoio directo ao Orçamento do Estado e à balança de pagamentos por parte dos parceiros externos oficiais do país, (ii) aumento do serviço da dívida externa pública, e (iii) financiamento monetário do défice público, a sua apreciação na última parte do ano resultou em grande medida do reforço das medidas de restrição das condições monetárias introduzidas no CPMO havido no dia 21 de Outubro.

A. Operações no Mercado Cambial

No Mercado Cambial Interbancário (MCI), em 2016, as vendas de divisas efectuadas pelo BM totalizaram USD 703,7 milhões, uma redução de USD 378,7 milhões face a 2015. Do montante vendido em 2016, USD 506,8 milhões foram consignados à importação de combustíveis, uma queda de USD 96,4 milhões comparativamente a 2015.

Note-se, porém, que, a partir de Novembro de 2016, os bancos comerciais passaram a assumir, por sua iniciativa, a posição de vendedores líquidos de divisas no MCI, o que permitiu ao Banco de Moçambique a aquisição de USD 253 milhões, contribuindo assim para a reversão da tendência de desgaste acelerado das Reservas Internacionais Líquidas que vinha ocorrendo desde finais de 2014 (Gráfico 6).

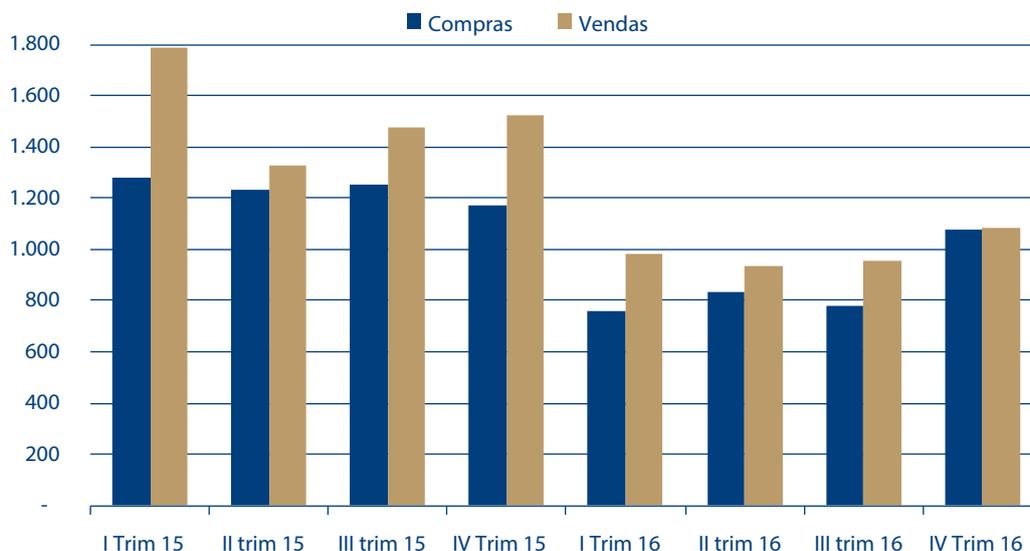
Gráfico 6: **Volume de Compras e Vendas do BM no MCI (mio de USD)**



Fonte: BM

No segmento das transacções entre os bancos comerciais e a sua clientela, o fluxo de divisas reduziu em 2016, tendo os bancos vendido cerca de USD 3.956 milhões (USD 6.120 milhões em 2015) e comprado USD 3.454 milhões (USD 4.937 milhões em 2015). No mesmo período, nas transacções interbancárias o volume de divisas transacionadas reduziu em USD 623 milhões face ao ano anterior (Gráfico 7).

Gráfico 7: **Volume de Transacções entre os Bancos e o Público**



Fonte: BM

2.3.4. Agregados Monetários e Creditícios

De um modo geral, em 2016 os agregados monetários e creditícios cresceram menos em relação a 2015, em linha com a desaceleração da actividade económica. Há que destacar a depreciação do Metical até meados de Outubro, que contribuiu para empolar os agregados monetários denominados em moeda estrangeira, comportamento que foi minorado pela inversão do sentido da taxa de câmbio a partir de princípios do último terço de Outubro (ganhos nominais do MT face ao USD) que contribuíram sobremaneira para o abrandamento da expansão destes agregados. Regra geral, os agregados de crédito e moeda cresceram a taxas nominais inferiores à inflação anual, o que por outras palavras se traduziu na redução do poder de compra das famílias e empresas na economia.

Quadro 11: **Agregados Monetários e Impacto Cambial**

Valores em milhões de meticais		
	2015	2016
Varição da BaM	16.624	26.000 (35%)
Impacto da alteração do Coef. de RO		17.721
Cambial Cambial	449	909
Impacto Cambial (em%)	2,7%	3,5%
Varição da Massa Monetária (M3)	+68.9997	+33.700 (10,1%)
Var. NMC	+2.687	+6.248
Var. DT	+66.310	+27.452
Impacto Cambial	+21.838	+46.671
Impacto Cambial (em%)	+31,7%	+138,5%
Varição do Crédito à Economia	+37.522	+29.033 (12,5%)
Impacto Cambial	+14.444	+23.982
Impacto Cambial (em%)	+38,5	+82,6

Fonte: BM

2.3.5. Base Monetária (BaM)

Em 2016, a Base Monetária (BaM), variável operacional de política monetária, registou um incremento de 26.000 milhões de meticais (+35,2%), 68% do qual (17.721 milhões) na forma de reservas bancárias, e o remanescente (8.279 milhões) na forma de numerário fora do BM, tendo o saldo no final de Dezembro se fixado em 99.907 milhões de meticais – 3.342 milhões abaixo do limite máximo estipulado no programa monetário para o período.

O maior ascendente das reservas bancárias, mais do que do comportamento dos depósitos da economia e do Estado no sistema bancário, sobre os quais a reserva obrigatória incide, decorreu maioritariamente dos aumentos do coeficiente desta, que no ano totalizaram 500 pb isto sem descurar do impacto da depreciação cambial que se reflectiu no aumento do contravalor da reserva obrigatória em moeda estrangeira.

O maior ascendente das reservas bancárias em relação ao numerário fora do BM, resultou num incremento de cerca de 556 pb no peso daquelas na estrutura do BM, para 52%, superando pela primeira vez o peso do numerário.

2.3.6. Massa Monetária

O agregado M3 – somatório das notas e moedas fora do sistema bancário e dos depósitos das famílias e empresas não financeiras, denominados em meticais e em moeda estrangeira, aumentou em 33.700 milhões de meticais, correspondente a uma expansão anual de 10,1%, após um aumento de 26,1% em 2015, tendo o saldo em final de Dezembro situado em 367.165 milhões de meticais (51,2% do PIB, após 48,6% em 2015).

Em termos de componentes, perante uma redução de 334 milhões de meticais (-0,2%) nos depósitos em meticais e um incremento de apenas 6.248 milhões de meticais (20,8%) no numerário fora do sistema bancário, a depreciação cambial foi a principal responsável pelo aumento do M3 em 2016. Com efeito, ainda que nas moedas originárias os depósitos em moeda estrangeira tenham reduzido USD 264 milhões, o seu contravalor em meticais aumentou 27.786 milhões de meticais, a reflectir o impacto da depreciação do Metical face ao Dólar, avaliado em 46.671 milhões de meticais.

Quadro 12: **Evolução dos Depósitos Totais (10⁶ Meticais)**

	Saldo	Estrutura		Variação Anual	
	2016	2015	2016	Nominal	%
Depósitos Totais	333.893	100%	100%	27.452	9%
Meticais	218.934	72,3	66,2%	-333,9	-0,2%
Empresas	92.906	33,2	28,1%	-7.880	-7,8%
Administração Central e Local	2.635	0,6	0,8%	911	52,8%
Outros Sectores Residentes	123.393	38,5	37,3%	6.635	5,7%
Moeda Estrangeira	111.959	27,7	33,8	27.785	33,0%
Empresas	71.347	18,5	21,6%	15.350	27,4%
Administração Central e Local	1.065	0,4	0,3%	-97	-8,3%
Outros Sectores residentes	39.547	8,9	11,9%	12.532	46,4%
Depósitos à Ordem	207.241	62,1	62,6%	18.870	10,0%
Depósitos à Prazo	123.652	37,9	37,4	8.582	7,5%

Fonte: BM 2017

Em termos de titularidade, na componente em moeda nacional, o aumento dos depósitos dos outros sectores residentes em 6.635 milhões de meticais, foi suplantado pela redução dos depósitos das empresas em 7.880 milhões, a reflectir a fraca actividade económica e a postura restritiva da política monetária. Em termos de moeda estrangeira, os depósitos reduziram na moeda original, no entanto, o quadro mostra um aumento quando convertidos em meticais, a reflectir o impacto da depreciação nominal do Metical face ao Dólar, que por sua vez contribuiu para o aumento do peso dos depósitos em moeda estrangeira no total dos depósitos em 6,1 pp para 33%, contra a redução da componente em moeda nacional para 66,2%.

Quadro 13: Principais factores de variação da Massa Monetária (M3)

	Fluxo Anual 2015	Fluxo Anual 2016
CE em MN	33.726	11.811
Governo, Liq	44.646	28.696
Compensação/STF	44.621	32.088
Depósitos MN nas IC	-358	-4.768
Numerário no BM	382	1.376
Vendas de divisas das IC ao Público, liq.	-47.281	-31.641
USD	-1.183	-502
Impacto Cambial	20.838	46.671
Outros, liq.	16.068	-21.837
M3	68.997	33.700

Fonte: BM

Do ponto de vista de factores de criação, em 2016 o aumento do financiamento interno em moeda nacional (+11.811 milhões de meticaís) e os pagamentos líquidos do Estado (+32.088 milhões de meticaís) tiveram em termos acumulados, um impacto diminuto no fluxo do M3, devido aos pagamentos líquidos ao exterior com recurso às divisas disponibilizadas pela banca (-31.641 milhões de meticaís), num contexto em que a não entrada de ajuda externa limitou a realização da despesa pública.

2.3.7. Crédito à Economia

A. Concedido pelo Sistema Bancário Interno

Em 2016, o saldo do crédito concedido pelo sistema bancário interno às famílias e às empresas não financeiras aumentou 29.033 milhões de meticaís, um crescimento nominal de 12,5%, o que não só representa uma desaceleração de 6,2 pp face ao observado em 2015, como também é apenas superior aos 6,4% verificados em 2011. O saldo em final de Dezembro de 2016 situou-se em 261.161 milhões de meticaís (36% do PIB, após 35,8% em 2015) (Tabela 14).

A decomposição do crédito por moedas mostra uma redução de USD 94,7 milhões (-10,1%, após -19,8% em 2015) na componente denominada em moeda estrangeira, tendo o saldo se fixado em USD 848 milhões no final de Dezembro de 2016. Note-se, contudo, que, devido ao impacto da depreciação acumulada do Metical, sobre os saldos na moeda originária ao longo do ano, o contravalor em meticaís, do saldo do crédito em moeda estrangeira, aumentou 17.222 milhões (+39,8%), tendo o seu peso no crédito total passado de 18,6% em Dezembro de 2015, para 23,2% em Dezembro de 2016. Entretanto, o saldo do crédito em moeda nacional, registou um aumento no ano de 11.811 milhões de meticaís, correspondente a um acréscimo de 6,3%, após 19,3% em 2015.

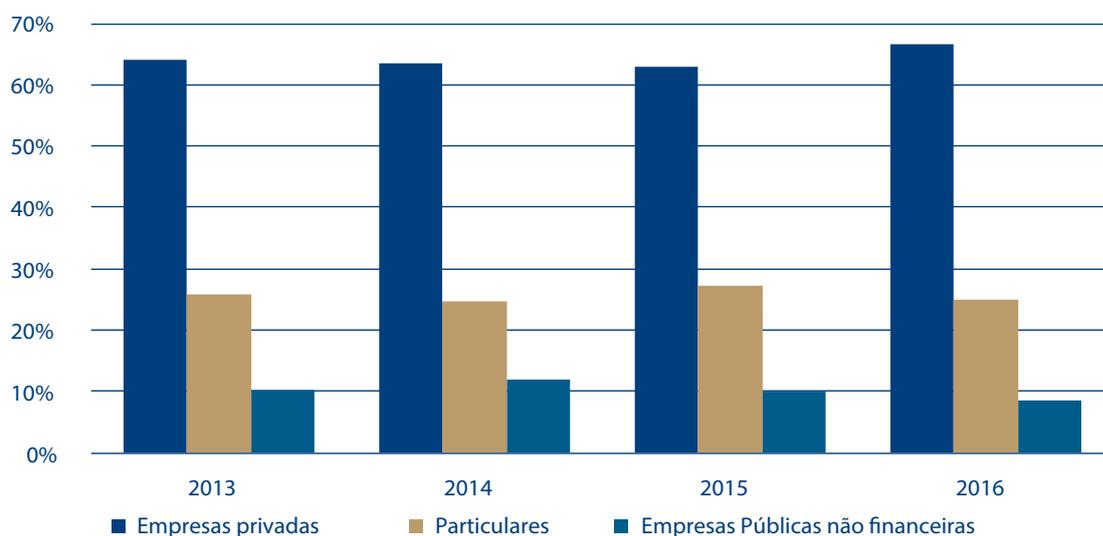
Quadro 14: **Evolução do Crédito à Economia**

	Saldo 2016	Peso no Total(%)		Variação Anual	
		2015	2016	Nominal	%
Crédito Total	261.161	100	100	29.033	12,5
Meticais	200.686	81,4	81,4	11.811	6,3
Moeda Estrangeira	60.475	18,6	18,6	17.222	39,8
Moeda Estrangeira (USD)	848	-	-	-94,7	-10,1
Impacto Cambial	+23.982	6,2	6,2		
Saneamentos	9.168				
Total com Saneamentos	241.296	-	-		
Beneficiários do Crédito					
Crédito Total	261.161	100,0	100,0	29.033	12,5
Sector Privado	174.063	62,8	62,8	28.232	19,4
Sector Público não Financeiro	22.219	9,9	9,9	-848	-3,7
Outros	64.879	27,2	27,2	1.649	2,6

Fonte: BM

Do ponto de vista de sectores institucionais beneficiários do fluxo líquido do crédito total do sistema bancário à economia (Gráfico 8), nota-se que a parcela do sector empresarial privado, o maior beneficiário, aumentou 3,8 pp em 2016, para 66,6%.

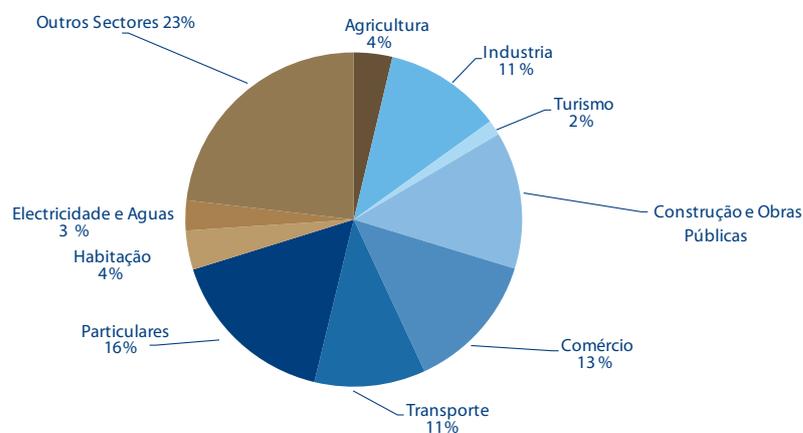
Gráfico 8: **Crédito Por Sectores Institucionais**



Fonte: BM

Relativamente aos sectores de actividades, em final de Dezembro de 2016 os particulares, com 16% do total, eram detentores da maior parcela do saldo do crédito bancário interno, seguidos pelo sector de construção e obras públicas (13%), do comércio (13% cada), dos transportes (11%) e da indústria (11% cada) (Gráfico 9).

Gráfico 9: Crédito por Sector de Actividade (Estrutura) – Dezembro 2016



Fonte: BM

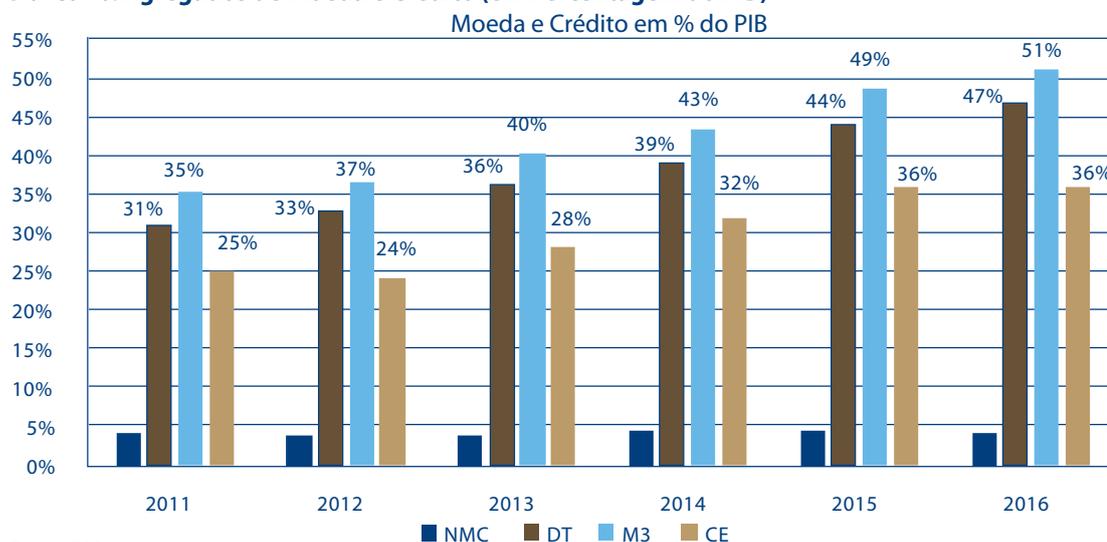
B. Concedido Pela Banca Externa

Em 2016, o financiamento externo líquido ao sector privado nacional aumentou USD 5,6 milhões (USD 2,6 milhões em 2015), um balanço entre a contratação de USD 105 milhões de novos empréstimos e o serviço da dívida pago no ano, de USD 99 milhões, dos quais USD 43 milhões foram respeitantes aos encargos com juros. Notou-se em 2016 uma mudança significativa no perfil dos beneficiários dos novos créditos, tendo os serviços gerais beneficiado da maior fatia (68%), em troca com a agro-indústria, a indústria e as telecomunicações que em 2015 beneficiaram em conjunto de 71%.

2.3.8. Indicadores de Aprofundamento Financeiro

Os indicadores de aprofundamento financeiro em 2016, medidos pela proporção dos agregados de moeda e de crédito no PIB, mantiveram a tendência de crescimento que vêm-se assistindo no tempo, sendo de destacar os depósitos totais (DT) e o M3 (Gráfico 10).

Gráfico 10: Agregados de Moeda e Crédito (em Percentagem do PIB)



2.4. Sector Externo

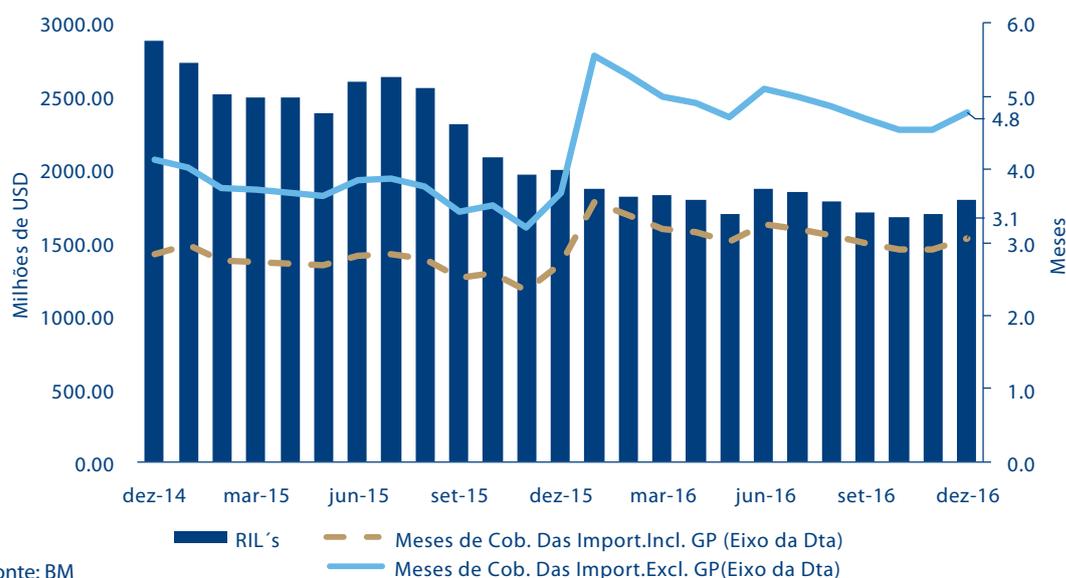
2.4.1. Reservas Internacionais Líquidas

No fecho de 2016, o saldo das reservas internacionais líquidas (RIL) situou-se em USD 1.787 milhões, equivalente a um desgaste de USD 204 milhões no ano, após redução de USD 891 milhões em 2015. Este saldo corresponde a 3,1 meses de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais (2,7 meses em Dezembro de 2015). Quando excluídas as importações dos grandes projectos, a cobertura das importações pelas reservas internacionais brutas passa para 4,8 meses, após 3,7 meses em finais de 2015 (Gráfico 11).

O desgaste das RIL em 2016 deveu-se, fundamentalmente, aos seguintes factores:

- Pagamento da dívida externa pública no valor de USD 451 milhões, após USD 274 milhões em 2015;
- Vendas líquidas de divisas efectuadas pelo BM no mercado cambial interbancário, no montante de USD 445 milhões, após USD 1.010 milhões em 2015; e
- Diversos pagamentos ordenados pelo Estado, que totalizaram USD 80 milhões, após USD 170 milhões efectuados em 2015.

Gráfico 11: Reservas Internacionais Líquidas



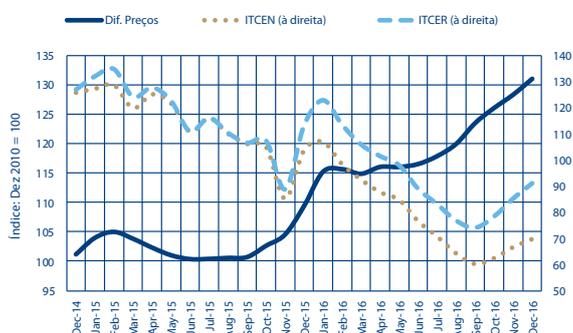
O desgaste foi amortecido pelos seguintes factores:

- Entrada de fundos externos destinados ao financiamento de projectos de investimentos do Estado no valor de USD 525 milhões, após um total de USD 321 milhões em 2015;
- Aprovisionamento líquido das contas dos bancos no BM, no valor de USD 86 milhões, após USD 39 milhões no ano anterior; e
- Compras diversas no valor de USD 67 milhões, dos quais USD 55 milhões a Empresas de IDE e USD 12 milhões à IDA.

2.4.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real

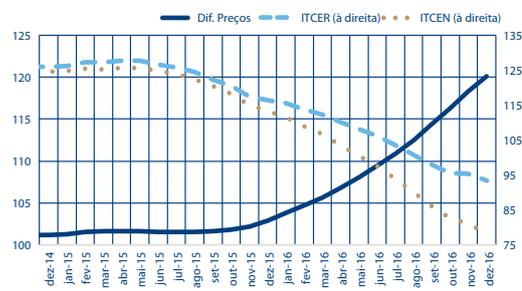
O Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (ITCER) – indicador utilizado para avaliar a competitividade externa dos produtos nacionais transaccionáveis quando colocados no mercado internacional – registou uma depreciação efectiva anual de 19,6% em 2016, após 10,8% em 2015 (Gráfico 12).⁵

Gráfico 12: ITCER Mensal



Fonte: BM

Gráfico 13: ITCER – Média Móvel Anual



Fonte: BM

A depreciação efectiva nominal da ordem dos 32,9% (17,5% em Dezembro de 2015), foi determinante para os ganhos da competitividade dos produtos moçambicanos, uma vez que os preços internos aumentaram 19,8% relativamente aos externos.

Em termos bilaterais, observou-se uma depreciação real do Metical face às moedas dos principais parceiros comerciais que compõem o índice, com destaque para o Rand e o Dólar dos EUA, sendo a primeira moeda a do maior parceiro comercial de Moçambique (Tabela 15).

⁵Seguindo as práticas internacionais, na construção do ITCER a taxa de câmbio é expressa como unidades de moeda estrangeira por unidade de moeda nacional, sendo que um aumento significa apreciação da moeda nacional.

Quadro 15: **Variação da Taxa de Câmbio Real Bilateral**

	Variação da Taxa de Câmbio		Variação do Diferencial de Preços (%)		Variação da Taxa de Câmbio Real (%)*	
	Anual	Média (12 meses)	Anual	Média (12 meses)	Anual	Média (12 meses)
África do Sul						
dez-15	9,5	3,3	5,0	-1,0	-4,1	-10,2
dez-16	58,5	4,5	15,9	12,7	-26,9	-15,9
Zona do Euro						
dez-15	27,8	45,9	10,3	3,5	-13,7	-4,2
dez-16	43,5	70,7	22,3	19,5	-14,8	-22,0
E.U.A.						
dez-15	38,4	41,3	9,8	3,4	-20,7	-19,3
dez-16	50,8	64,1	21,2	18,3	-19,6	-23,0
Índia						
dez-15	32,2	0,6	4,7	-1,3	-20,8	-19,1
dez-16	47,1	1,0	19,6	14,2	-18,7	-22,0
China						
dez-15	32,3	6,6	10,4	4,1	-16,5	-17,4
dez-16	41,0	9,6	23,1	19,2	-12,7	-18,1

Fonte: BM

Nota: * Positivo significa apreciação.

Em termos da variação da média móvel de doze meses, o IT CER registou uma depreciação acentuada tendo atingido 19,7% em Dezembro de 2016, após uma depreciação de 7,7% no mês homólogo do ano anterior (Gráfico 13).

2.5. Balança de Pagamentos

Em 2016, o défice da balança de pagamentos de Moçambique registou uma redução de USD 268 milhões, fixando-se em USD 411 milhões (3,7% do PIB, após 4,4% em 2015), comportamento determinado, essencialmente, pela queda das importações de bens na ordem dos USD 2.763 milhões (Tabela 16). Excepto a conta corrente, na qual a redução das importações reflectiu-se positivamente, todas as restantes contas que compõem a balança de pagamentos agravaram-se, conforme mostra o detalhe que se segue:

Quadro 16: **Balança de Pagamentos**

	2014			Variação (2015 - 2016)		
	Exc.GP	GP	Inc. GP	Exc.GP	GP	Inc. GP
Conta Corrente	-3.693,3	-501,6	-4.194,8	1.722,5	50,5	1.773,0
Bens	-3.102,7	1.643,7	-1.459,0	2.201,1	503,2	2.704,3
Exportações	940,1	2.414,9	3.354,9	-415,8	357,4	-58,3
Importações	4.042,8	771,1	4.813,9	-2.616,8	-145,8	-2.762,6
Serviços	-704,3	-2.086,3	-2.790,5	18,0	-502,2	-484,1
Rendimento (prim + second)	113,7	-59,0	54,7	-496,6	49,4	-447,2
Conta de Capital	138,7	0,0	138,7	-149,1	0,0	-149,1
Conta Financeira	3.129,9	474,8	3.604,7	-1.291,9	-79,1	-1.371,0
IDE	1.771,1	1.322,4	3.093,4	-822,8	49,4	-773,4
Saldo global	-410,6	0,0	-410,6	-267,8	0,0	-267,8

Fonte: BM

2.5.1 Conta Corrente

Em 2016, o défice em conta corrente reduziu em USD 1.773 milhões, passando para USD 4.195 milhões (37,9% do PIB, após 38,6% em 2015), a reflectir a melhoria do desempenho na conta parcial de bens, que se beneficiou da queda de USD 2.704 milhões nas importações totais de bens (-35,2%).

As importações de bens de capital foram as que mais reduziram no período (USD -585,4 milhões), seguidas das de bens de consumo (USD -487,4 milhões), destacando-se neste último grupo, os automóveis, com uma queda de USD 229,9 milhões (-52,9%), os medicamentos, com uma contracção de USD 121,6 milhões (-43,7%) e ainda os cereais com uma redução de USD 60,7 milhões (-18,1%).

A redução do valor das importações dos combustíveis, em particular, reflectiu em grande medida a queda do seu preço internacional, dado que a quantidade importada aumentou ligeiramente no ano, em 2016, enquanto que a dos cereais resultou da combinação da queda dos preços com a das quantidades importadas.

As exportações por seu turno, reduziram em USD 58,3 milhões no ano, tendo-se, porém, notado uma diferenciação entre as dos grandes projectos e as do resto da economia. Com efeito, enquanto que as dos grandes projectos aumentaram USD 356 milhões, as do resto da economia reduziram USD 414 milhões. Nas exportações dos grandes projectos, as do carvão mineral destacam-se com um incremento no ano de USD 343 milhões, seguidas das areias pesadas com aumento de USD 28,5 milhões, tendo em contraste as do alumínio e as da banana reduzido USD 61 milhões e USD 27 milhões, respectivamente. Nas exportações dos restantes sectores da economia, destaca-se as quedas da receita do açúcar em USD -96 milhões, da madeira (USD -34,8 milhões), do algodão (USD -25,6 milhões) e do tabaco (USD -23,9 milhões).

No mesmo período, contrariamente à conta de bens, os saldos devedores das contas de Rendimentos Secundários e de Serviços registaram agravamentos de USD 492 milhões e USD 484 milhões, respectivamente, amortecendo deste modo, na conta corrente, os ganhos resultantes da melhoria da primeira.

O fraco desempenho da conta de Rendimentos Secundários foi explicado, basicamente, pela reduzida entrada de donativos em 2016, enquanto o agravamento da Conta de Serviços resultou, essencialmente, do aumento dos pagamentos de serviços de consultoria e assistência técnica pelos grandes projectos.

2.5.2. Conta Financeira

Com a redução do défice da conta corrente, as necessidades de financiamento da balança de pagamentos do país também reduziram, tendo o saldo credor da conta financeira contraído em USD 1.371 milhões. Para tal concorreram as reduções no IDE (USD -773 milhões), com destaque para

os investimentos nos sectores tradicionais da economia (USD -823 milhões), e nos empréstimos externos (USD -613 milhões), destacando-se nestes últimos os contraídos pelo Estado (USD -438 milhões).

Em face dos défices nas várias fontes de financiamento, para financiar as importações, o país reduziu as reservas externas brutas em cerca de USD 150 milhões. No entanto, devido à forte queda registada nas importações, em termos de meses de cobertura das importações de bens e serviços factoriais, registou-se um aumento deste indicador para 3,0 meses (2,72 meses em 2015), mercê da redução do recurso dos agentes económicos, situação de que não é alheia o comportamento da taxa de câmbio, dado que perante um cenário de depreciação da taxa de as compras no exterior tornaram-se mais caras.

*Artista
Naguib Elias Abdula*



*Acrílico sobre pasta de palha de coco
26 x 34 cm
1999*

SISTEMA FINANCEIRO



Acrílico sobre pasta de palha de coco
26 x 34 cm
1999





Nota Introdutória

O presente capítulo sintetiza os desenvolvimentos em matéria de Regulamentação, Licenciamento e Supervisão e avalia os riscos e tendências do sistema bancário com vista a promover uma percepção sobre a estabilidade do sistema financeiro moçambicano. O relatório pretende igualmente promover a transparência e potenciar o entendimento público sobre o sistema bancário nacional.

A análise do desempenho do sistema bancário teve como base a informação contabilística e prudencial agregada, submetida pelas instituições sujeitas a supervisão do Banco de Moçambique incluindo as alterações ocorridas até finais de Março de 2016.

Este capítulo compreende cinco secções. A primeira secção compõe a nota introdutória, a segunda apresenta as actividades desenvolvidas no âmbito do licenciamento e supervisão fazendo uma breve análise do sector bancário em Moçambique e dos desenvolvimentos em matéria de Testes de esforços, Basileia e Supervisão baseada no risco. Na terceira secção apresenta-se o desempenho do sistema bancário, no que se refere ao balanço, solvabilidade e rendibilidade. A secção a seguir faz uma breve descrição do mercado imobiliário, destacando-se as operações da bolsa de valores. A última secção transcreve a função da supervisão comportamental destacando a sua actuação em matéria de educação financeira e pedido de reclamações de clientes.

2. Sector Bancário em Moçambique

2.1. Evolução do número de instituições sob supervisão do BM

Em 2016 o número de bancos, sociedades emitentes ou gestoras de cartões de crédito, cooperativas de crédito e sociedades administradoras de compras em grupo manteve-se inalterado face a 2015, tendo acontecido o oposto em relação as instituições de moeda electrónica e os operadores de microcrédito que evoluíram de 2 para 3 e de 351 para 466, respectivamente. Em relação aos Microbancos houve uma redução de 11 para 10 (Vide o quadro1).

A redução do número de Microbancos deveu-se a transformação do Microbanco Letshego em Banco em Outubro de 2016.

Quadro 1: **Evolução do sistema bancário (instituições em actividade)**

Tipo de Instituição	2016	2015	2014	2013	Varição 2015/16
Bancos	19 ¹	19	18	18	-
Microbancos	10	11	10	10	-1
Cooperativas de Crédito	9	9	8	8	-
Sociedades de Investimento	2	2	3	2	-
Sociedades Emitentes ou Gestoras de Cartões de Crédito	2	2	2	2	-
Instituições de Moeda Electrónica	3	2	2	2	1
Sociedades de Capital de Risco	1	1	2	1	-
Sociedades Administradoras de Compras em Grupo	1	1	1	1	-
Casas de Câmbio	14	14	18	19	-
Organizações de Poupança e Empréstimo	12	12	12	12	-
Operadores de Microcrédito	466	351	285	233	115

Fonte: Banco de Moçambique - DILI/DRL

Dos setenta e nove (79) distritos com potencialidades económicas e infra-estruturais (cobertura de rede eléctrica, estradas e meios de telecomunicação) e desprovidos de serviços financeiros elegíveis a instalações de agências bancárias conforme previsto através do Aviso nº.1/GBM/2015, de 22 de Abril, dezoito (18) já possuem agências bancárias².

Em relação aos agentes bancários, dos dezanove (19) bancos em actividade, quatro (4)³ já terceirizaram parte dos seus serviços financeiros por via deste segmento.

Apesar do crescimento do número de agências de bancos em distritos desprovidos de serviços financeiros, também houve encerramento de algumas agências de bancos, sem no entanto influenciar a oferta de serviços financeiros às populações.

No que respeita as novas agências, a cidade de Maputo e às províncias de Maputo e Nampula foram as que mais contribuíram para o crescimento global com 6, 7 e 5 agências, respectivamente, seguidas pela província de Manica e Inhambane com 4 e 2 agências cada (Quadro 2).

Quadro 2: **Evolução de Agências de Bancos em Funcionamento**

Província	2016	2015	2014	2013	Varição 2015/16
Cidade de Maputo	218	212	210	190	6
Província de Maputo	79	72	68	52	7
Gaza	33	33	36	32	0
Inhambane	36	34	32	31	2
Sofala	55	54	49	47	1
Manica	32	28	30	25	4
Tete	41	40	43	36	1
Zambézia	30	28	29	25	2
Nampula	72	67	71	52	5
Cabo-Delgado	31	30	28	20	1
Niassa	19	18	16	10	1
Total	646	616	612	520	30

Fonte: Banco de Moçambique – DILI/DRL

2.2. Contencioso

Em 2016 o Banco de Moçambique (DSP) instaurou vinte e sete (27) processos contravencionais, sendo dois (2) contra cooperativas de crédito, um (1) contra instituição de moeda electrónica, dois (2) contra uma casa de câmbios e vinte e dois (22) contra bancos. Daqueles processos, dois (2) culminaram com a admoestação registada e os restantes com a aplicação de multas que variaram de 120.000 Meticais a 440.000 Meticais. Refira-se que em 2015 o número de processos de contravenções foi de dez (10).

As infracções cometidas em 2016 estiveram relacionadas com o incumprimento de rácios e limites prudenciais, incumprimento de determinações do Banco de Moçambique, o não envio de informação estatística, incumprimento dos prazos de remessa de informação, entre outros.

2.3. Testes de esforço (*Stress Test*)

A realização dos testes de esforço visa determinar a capacidade dos bancos absorverem choques sem descer abaixo dos limites mínimos permitidos.

Em 2016, foram realizados três exercícios de testes de esforço, o mesmo que em 2015. Os testes realizados tiveram como datas de referência Março, Junho e Setembro, tendo incidido sobre a solvência e liquidez.

Em Setembro de 2016, no teste de solvência cujo objectivo foi o de avaliar o impacto potencial de alterações extremas e adversas nas variáveis financeiras sobre os níveis de adequação de capital das instituições bancárias, foram abrangidas 15 instituições de crédito (16 em 2015) que representavam cerca de 90,44% do total do activo do sistema, foram excluídas duas instituições por possuírem um rácio de solvabilidade negativo. À semelhança do ano anterior, os factores abrangidos foram o risco de crédito, risco de taxa de juro, de taxa de câmbio (MZM/USD) e de contágio interbancário.

O teste de liquidez cujo objectivo é avaliar a capacidade da instituição suportar saídas de caixa decorrentes de condições adversas idiossincráticas e do mercado abrangeu 17 instituições de crédito, representando cerca de 96,5% do total do activo do sistema e testou cenários de *Stress liquidity coverage ratio*, *run-off* dos 100 maiores depositantes e *liquidity coverage ratio stress moeda*.

Os testes de solvência indicaram que a concentração do risco de crédito continua sendo a maior vulnerabilidade do sistema, uma vez que a maior parte das instituições não possui um *buffer* de capital suficiente para acomodar perdas que resultariam do incumprimento dos maiores mutuários. Num cenário de entrada em incumprimento do maior devedor de cada banco, 98% do activo total do sistema ficaria comprometido.

A nível da liquidez do sistema os resultados indicaram que em finais de Setembro a maioria das instituições possuía activos líquidos suficiente para fazer face ao cenário de *stress* tendo em conta as premissas do modelo, exceptuando apenas 2 instituições.

O sistema apresenta-se, em geral, com liquidez suficiente mas vulnerável ao *funding liquidity risk*, uma vez que as fontes de recursos encontram-se concentradas nos grandes depositantes. Contudo, evidencia vulnerabilidades ao risco de liquidez em moeda estrangeira dado que um número substancial de instituições reduziu substancialmente o seu rácio não obstante não ter estado abaixo do índice mínimo.

Os resultados do exercício permitem concluir com alguma razoabilidade que, pesem embora as discrepâncias de resiliência sob perspectiva individualizada, o sistema bancário, acautelados os pressupostos, se apresenta razoavelmente capitalizado para suportar choques adversos sobre o seu balanço.

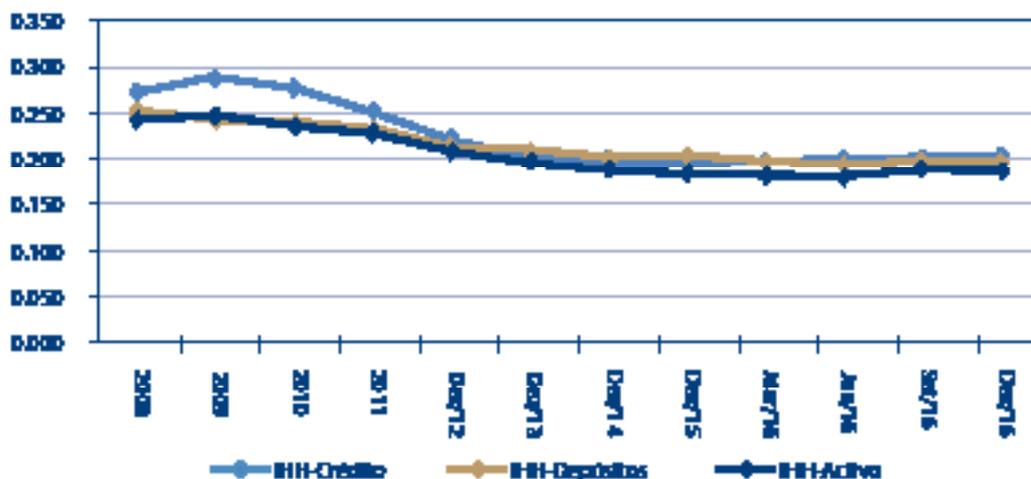
3. Desempenho do Sistema Bancário

3.1. Concentração no Sistema Bancário

O sector bancário moçambicano continua a manter altas taxas de concentração, não obstante o ligeiro decréscimo que se verificou a nível dos depósitos, a avaliar pelo índice de *Herfindahl – Hirschman (IHH)*.

Em finais de 2016, os cinco maiores bancos concentravam 81,80%, 83,07% e 85,28% dos activos totais, crédito e depósitos do sistema bancário respectivamente, tendo o índice de concentração IHH se fixado em 0,202 (0,197 em Dez/15) para crédito; 0,188 (0,183 em Dez/15) para activos e; 0,203 (0,204 em Dez/15) para depósitos (Gráfico 2).

Gráfico 1: Índice de Herfindahl-Hirschman no sistema bancário



Fonte: Banco de Moçambique DSP

Durante 2016 notou-se um ligeiro crescimento das quotas de mercado a nível dos grandes bancos, sendo que outros deste grupo quase que mantiveram as suas quotas de mercado. A intervenção efectuada a um dos maiores bancos do sistema contribuiu para o crescimento verificado nas quotas daqueles bancos. Notou-se também uma ligeira disputa de quotas de mercado entre os bancos médios e bancos pequenos com um ligeiro crescimento em uns, e redução em outros o que revela o êxito das estratégias de alguns bancos na captação de depósitos, na expansão da carteira de crédito e da rede de balcões e consequentemente no aumento das suas quotas de mercado por partilha com os bancos já estabelecidos.

A estratégia de expansão manifestou-se também através das acções de responsabilidade social e criação de novos produtos e serviços com vista a acomodar as necessidades dos clientes.

⁴O Índice de Herfindahl – Hirschman é definido como a soma dos quadrados das quotas de mercado das firmas a operar num mercado, assim traduzindo o grau de concentração nesse mercado. Valores inferiores a 0,10 indicam ausência de concentração, valores superiores 0,18 indicam elevada concentração e valores entre 0,10 e 0,18 indicam concentração razoável. "Forum Think Finance - Internet, Fev/2012"

A disputa por novos espaços no mercado evidenciou a apetência de alguns bancos novos em ganhar mais espaço no mercado, contrariando a tendência de alguns bancos antigos que se mantiveram um pouco estáveis durante os últimos anos.

A segregação das instituições com base na dimensão das suas quotas de mercado (Quadro 3) revela que apenas 5 a 6 instituições é que detêm, em activos, depósitos e crédito quotas superiores a 5%, 2 a 3 detêm quotas situadas entre 2% e 5%. Ao nível dos depósitos 16 detêm quotas inferiores a 2%, de crédito 18 possuem quotas abaixo dos 2% e relativamente ao activo cerca de 23 instituições detêm quotas abaixo de 2%.

Quadro 3: **Quotas de Mercado**

Quotas de Mercado			
Indicador	0%<2%	2%<5%	5%<
Activos	BNI, Letshego, SGM, BTM, Bayport, CPC, Ecobank, VMP, Gapi, Capital Bank, BMais, Socremo, UBA, BIG, BOM, Carteira móvel, BPI, ACM, CFCaia, TFM, MBDM, CPPM, Yingwe.	FNB, ABC	BCI, BIM, STB, BBM, MZB, BUnico
Depósitos	SGM, CPC, BTM, Ecobank, VMP, Capital Bank, BMais, UBA, Socremo, BIG, BOM, Carteira Móvel, Letshego, BNI, CPPM, MBDM.	FNB, ABC, MZB	BCI, BIM, STB, BBM, BUnico
Créditos	Letshego, BNI, BTM, Bayport, CPC, SGM, BMais, Socremo, Capital Bank, UBA, Ecobank, BOM, GAPI, CFCaia, MBDM, ACMicrobanco, Yíngwé, BIG.	BUnico, ABC, FNB.	BCI, BIM, STB, MZB, BBM

Fonte: Banco de Moçambique DSP

3.2. Estrutura Patrimonial

3.2.1. Evolução e Estrutura do Activo

A actividade bancária avaliada pelo activo total agregado registou um crescimento de 11% em finais de 2016, uma taxa muito abaixo da registada no período homólogo de 2015 em que observou-se um crescimento de 26% (Gráfico 2). Esta evolução resultou do incremento do crédito a clientes em 14% (21% em 2015), dos recursos em caixa e disponibilidades em instituições de crédito em 23% (69% em 2015) e das aplicações em instituições de crédito em 38%, contra uma redução dos activos financeiros em 21% (+15% em 2015) e dos outros activos em 10% (+ 36 % em 2015).

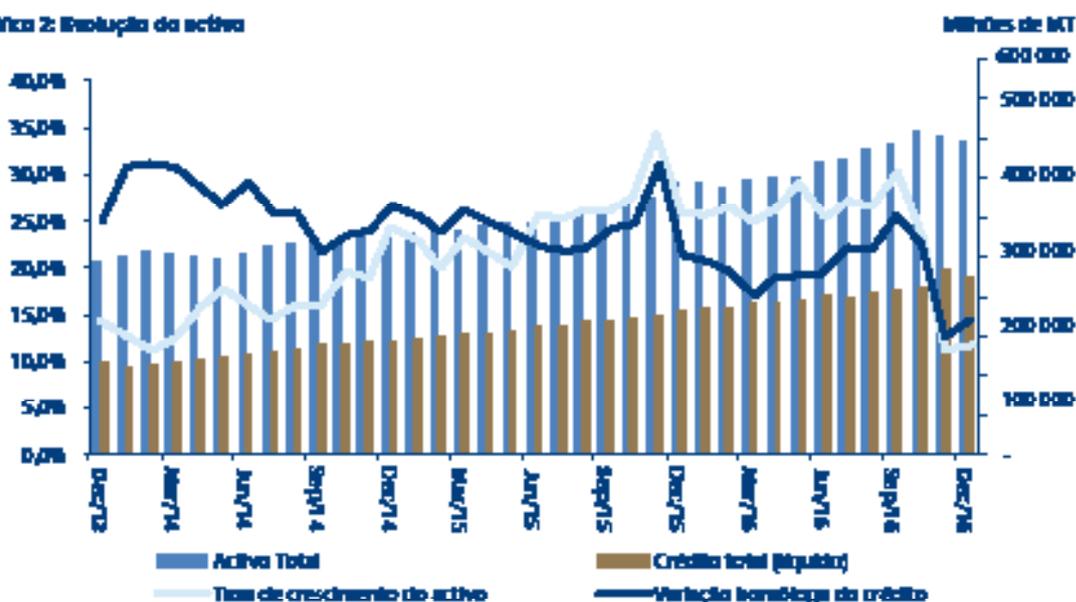
Os activos financeiros reduziram em resultado do decréscimo dos activos disponíveis para venda, precisamente os instrumentos de dívida pública moçambicana (títulos), e bem como de outros títulos de dívida pública detidos para negociação demonstrando uma certa redução pela apetência a esses títulos.

O incremento do crédito a clientes foi significativamente influenciado pela expansão da carteira de clientes em parte resultado do esforço empreendido pelas instituições em campanhas de *marketing* que incluiu a abertura de linhas de financiamento, protocolos financeiros entre outras, mas também, em parte, foi influenciado pela evolução do crédito vencido.

No período em análise o caixa e disponibilidades em bancos centrais evoluíram 42%, devido principalmente ao aumento dos depósitos a ordem no Banco de Moçambique em moeda estrangeira que muito está relacionado com a entrada em vigor do Aviso 1/GBM/2016 de 01 de Junho, que estabelece as normas de apuramento e constituição de reservas obrigatórias e determina pela primeira vez, a necessidade do apuramento e constituição de reservas obrigatórias em dólares americanos para os depósitos denominados em moeda estrangeira. Refira-se que este crescimento foi se denotando a partir de Junho de 2016, período em que o aviso entrou em vigor, até Dezembro de 2016.

O activo líquido atingiu o seu pico de crescimento em Setembro de 2016 ao ascender os 30,7%, tendo posteriormente registado um abrandamento situando-se nos 11,1% em Dezembro último.

Gráfico 2: Evolução do activo



Fonte: Banco de Moçambique DSP

O crédito continua a dominar a estrutura do activo tendo aumentado o seu peso, passando a representar 53% (267.884.958 milhares de Meticais) em finais de 2016, contra 51% (235.276.851 milhares de Meticais) registado no período homólogo de 2015 (Gráfico 3). A oscilação daquele indicador tem determinado a variação do activo, sendo que o seu crescimento em 14% contribuiu significativamente para o aumento do activo total.

As disponibilidades mantiveram-se na segunda posição na estrutura do activo. Em Dezembro de 2016 ascenderam os 90.542.140 milhares de Meticais, o que corresponde a 18% do total do

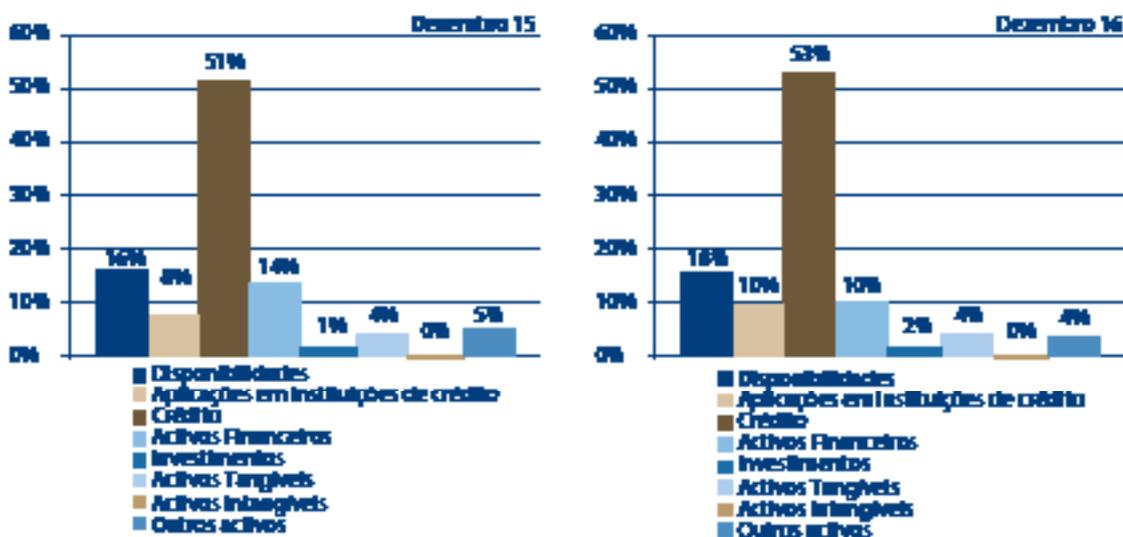
activo patrimonial, tendo registado um aumento de 23% face a Dezembro de 2015. Refira-se que o aumento significativo se verificou ao nível dos depósitos a ordem no Banco de Moçambique em moeda estrangeira em que superou cerca de 9 vezes o saldo registado em 2015, destacando-se contudo, uma redução das disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro (depósitos à ordem).

A nível das disponibilidades em outras instituições de crédito que não seja o Banco de Moçambique, os depósitos a ordem no estrangeiro continuam com maior peso em relação aos depósitos a ordem no país apesar de terem reduzido de 22.906.870 milhares de Meticais para os 18.314.021 milhares de Meticais em Dezembro de 2016. Estes depósitos encontram-se maioritariamente em outras instituições de crédito que não sejam organizações financeiras internacionais e nem nas sede e sucursais das instituições.

As aplicações em IC's aumentaram o seu peso na estrutura do activo, evoluindo para a posição de terceiro maior elemento na estrutura patrimonial. Este aumento contraria a tendência de redução que se evidenciava desde finais de 2012 até 2015. Em finais de 2016 o peso das aplicações em IC's no total de activos passou para 10% contra 8% alcançados em finais de 2015. As mesmas decompõem-se em aplicações em IC's no país e no estrangeiro, tendo as últimas crescido de 17.570.567 milhares de Meticais em Dezembro de 2015 para 36.662.606 milhares de Meticais em Dezembro de 2016 o que acabou por impactar tanto no aumento do seu peso sobre o total das aplicações de 49% para 74%, bem assim, sobre o total do activo. As aplicações em IC's no país (26%) reduziram de 18.294.127 milhares de Meticais para 12.933.274 milhares de Meticais em Dezembro.

Os activos financeiros que tem estado a decrescer, reduziram o seu peso na estrutura do activo passando a ocupar a quarta posição com um peso de 10% em finais de 2016, contra 14% alcançados em finais de 2015. Estes activos continuam a ser dominados pelos activos disponíveis para a venda. Em Dezembro de 2016, os disponíveis para venda representavam 98% do total dos activos financeiros contra 94% registados em Dezembro de 2015, o equivalente a um acréscimo na ordem de 4 pontos percentuais.

Entidade 3: Estrutura do Activo

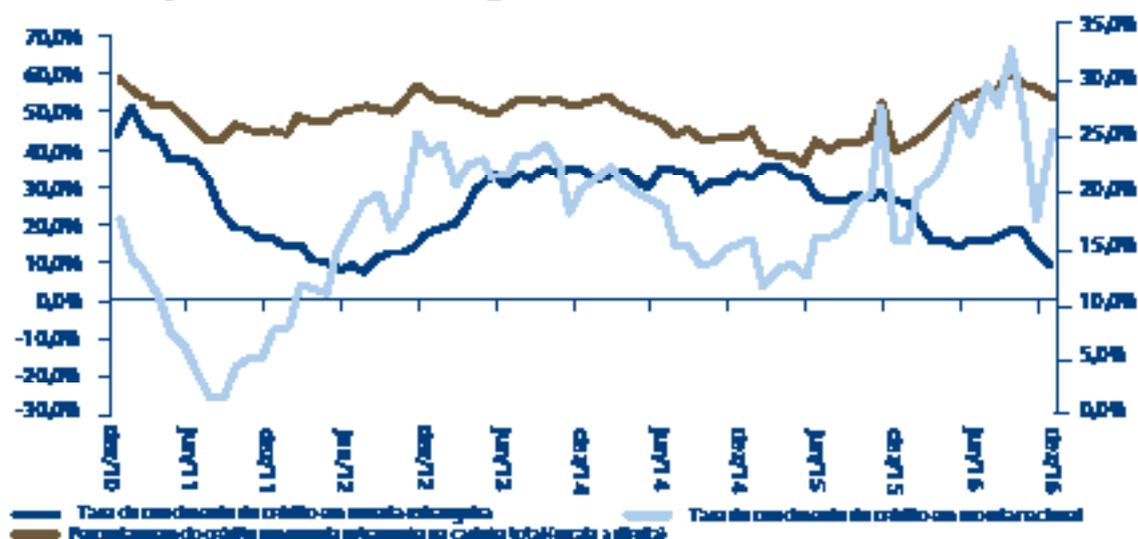


Fonte: Banco de Moçambique DSP

As taxas de crescimento do crédito em moeda estrangeira estiveram acima das verificadas em 2015 e atingiram o seu pico em Setembro com cerca de 61,9%. Em Dezembro a taxa ascendeu os 41,2% muito acima do registado em finais de 2015 (14%). O crédito em moeda nacional registrou um abrandamento nas taxas de crescimento contrariando a tendência verificada em 2015. Em 2016 as mesmas estiveram abaixo das taxas verificadas nos últimos 3 anos, bem como, das taxas de crescimento do crédito em moeda estrangeira. Esta evolução contribuiu para o aumento do peso relativo do crédito em moeda estrangeira sobre a carteira total, tendo-se fixado em 28,1% contra 23,1% atingidos em finais de 2015.

A maior contribuição no crédito em moeda estrangeira provém de duas instituições sistémicas, as quais, em finais de 2016 detinham, em conjunto, cerca de 74,1% do total do crédito em moeda estrangeira concedido pelo sistema bancário. Refira-se que em finais de 2015 as duas detinham cerca de 70,6% do total.

Gráfico 4: Evolução do crédito em moeda estrangeira e nacional



Fonte: Banco de Moçambique (BIM)

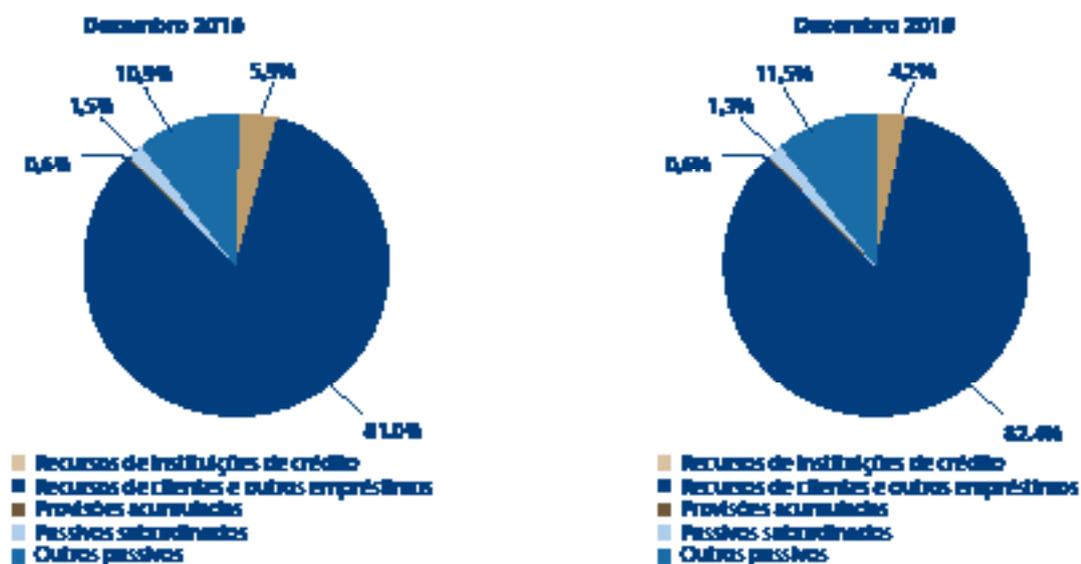
O crédito em moeda nacional em finais de 2016 representava cerca de 71,9% do crédito total. Em termos absolutos evoluiu para 203.811.287 milhares de Meticais, o que representa um aumento de 8,2% face a Dezembro de 2015 (Gráfico 4). Relativamente ao crédito em moeda nacional os dois maiores bancos possuem 54,9% do crédito do sistema.

3.2.2. Passivo

Os recursos de clientes e outros empréstimos continuam a representar a maior fonte de recursos das instituições de crédito, pese embora a ligeira redução do seu peso, ao passar de 82,4% em Dezembro de 2015 para 81,0% em Dezembro de 2016 (Gráfico 5). A avaliar pelo desempenho, aqueles recursos cresceram em 10,8% face a Dezembro de 2015.

Os recursos de clientes são maioritariamente constituídos por depósitos, dos quais, 66% são em moeda nacional e 34% em moeda estrangeira.

Gráfico 5: Estrutura do passivo exigível



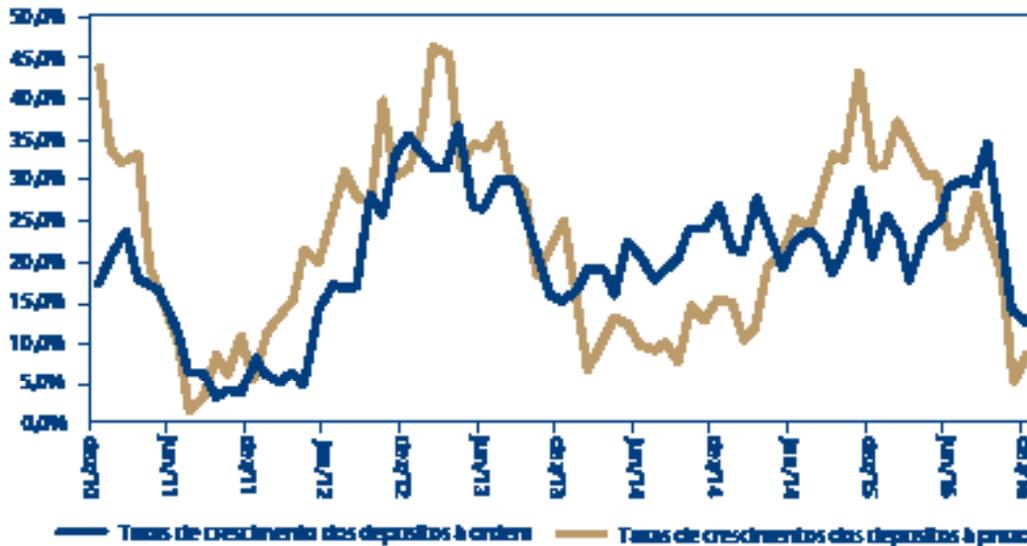
Fonte: Banco de Moçambique DSP

Em 2016 os recursos de bancos centrais, concretamente no Banco de Moçambique, registaram um crescimento em cerca de 13 vezes, muito acima do crescimento registado em 2015 (8,6%). Este crescimento reflectiu-se no aumento do peso dos recursos de instituições de crédito na estrutura do passivo exigível, passando a representar 5,9% em Dezembro de 2016 contra 4,2% registados em Dezembro de 2015 (Gráfico 5). A variação verificada a nível dos recursos deriva essencialmente da significativa evolução ocorrida nos recursos do Banco de Moçambique precisamente dos depósitos a prazo, assim como, de empréstimos obtidos também junto do Banco de Moçambique.

As taxas de crescimento dos depósitos a ordem continuaram a registar uma ligeira aceleração durante 2016, apesar das oscilações que caracterizaram este período. Contudo, apesar daquela aceleração, em finais de 2016 a taxa de crescimento situou-se nos 12,4% abaixo do registado em Dezembro de 2015 (20%). (Gráfico 6).

As taxas de crescimento dos depósitos a prazo abrandaram desde Março de 2016, depois da evolução verificada em 2015 tendo em finais de 2016 alcançado os 8,9% contra 30,4% alcançados em 2015.

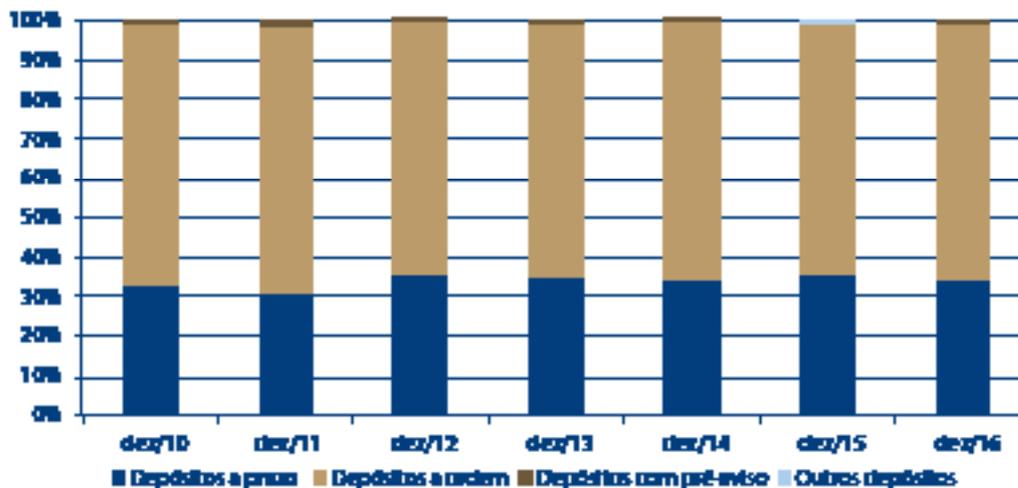
Gráfico 6: Evolução das depósitos a ordem e a prazo



Fonte: Banco de Moçambique DSP

A estrutura dos depósitos totais não registou alterações significativas, mantendo assim a tendência registada ao longo dos anos. Os depósitos a ordem continuaram como principal componente do total de depósitos e sua evolução foi determinante para o crescimento dos depósitos totais. Em Dezembro de 2016 representavam 64,0% do total dos depósitos (63% em Dezembro de 2015), os depósitos a prazo representavam 35% contra 36% registados em Dezembro de 2015, tendo os depósitos com pré-aviso e outros depósitos permanecidos com peso insignificante (Gráfico 7).

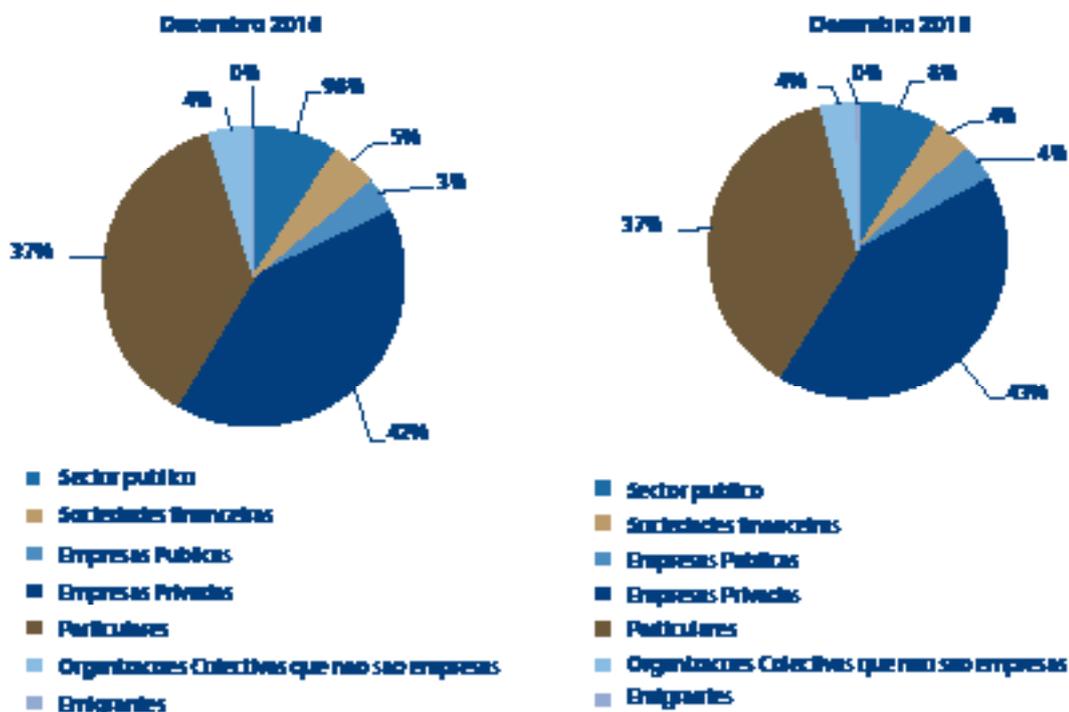
Gráfico 7: Estrutura dos Depósitos



Fonte: Banco de Moçambique DSP

Relativamente aos depósitos de residentes, a estrutura revela que não houve alterações significativas. Os depósitos de empresas privadas continuam a representar a maior componente dos depósitos captados. Em finais de 2016 ascendiam a 144.238.236 milhares de Meticais, o que representa cerca de 42% dos depósitos de residentes. Os depósitos de particulares mantiveram a 2ª posição na estrutura, com um peso de 37% equivalentes a 128.164.476 milhares de Meticais. O incremento dos depósitos de empresas privadas foi de 6% e de particulares de 12%. (Gráfico 8).

Gráfico 8: Estrutura dos depósitos de residentes



3.3. Solvabilidade

De acordo com o actual quadro regulamentar, as instituições de crédito devem manter a todo momento um rácio de solvabilidade não inferior a 8%. Alinhado aos princípios do Basileia II o regulamento estabelece limites relativos ao *core tier I capital* e *tier I capital*, sendo que, o *core tier I capital* não deve ser inferior a 2% do total apurado para os riscos de crédito, operacional e de mercado e o *tier I capital* não deve ser inferior a 4% do total apurado para os mesmos riscos.

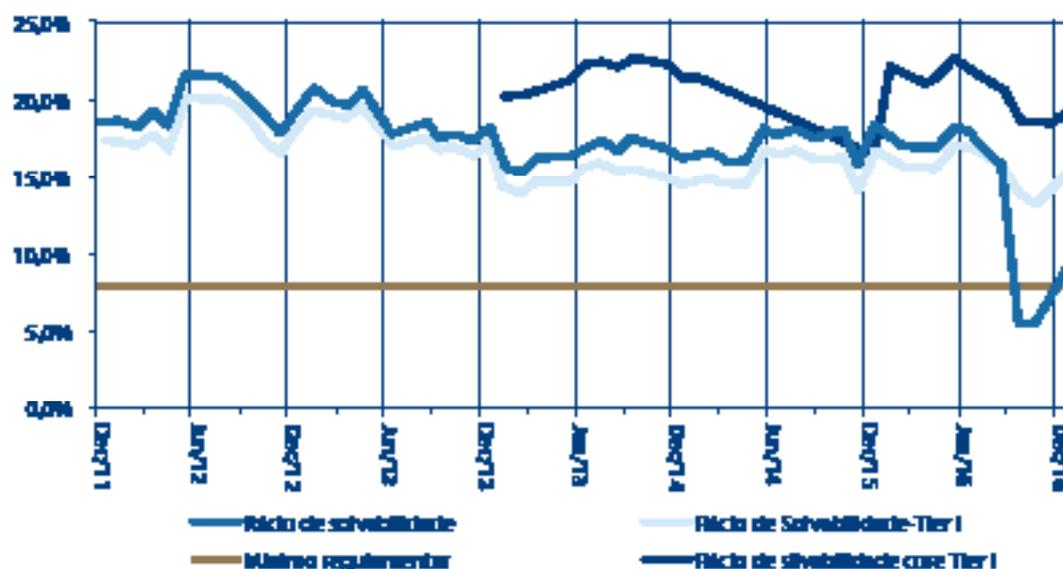
A existência de um rácio de solvabilidade adequado é um elemento importante para a estabilidade do sistema bancário, pois, pressupõe uma boa capacidade de absorção de perdas resultantes de choques adversos sobre os balanços das instituições, continuando assim a desempenhar o seu papel de intermediação financeira.

Em 2016 o rácio de solvabilidade do sistema bancário regrediu significativamente, contrariando o desempenho favorável verificado em 2015, tendo-se situado em 8,8% (17,0% em Dezembro de 2015). Esta redução em 8,2 pontos percentuais resulta do decréscimo significativo dos Fundos

próprios agregados (cerca de 36%) que reflecte o desempenho desfavorável verificado nos fundos próprios de uma instituição de relevância sistémica cujo saldo chegou a atingir 23.597.838 milhares de Meticais negativos em finais de 2016.

Na composição dos fundos próprios totais, os fundos próprios de base principais são os que concorrem maioritariamente para a formação do rácio de solvabilidade (Gráfico 9). Os fundos próprios de base principais – Core Tier I situaram-se nos 17,7%, muito acima do mínimo estabelecido.

Gráfico 9: Rácio de Solvabilidade



Apesar das realizações de capital em cerca de 2.981.452 milhares de Meticais, abaixo do verificado em 2015 (+9.237.556 milhares de Meticais), do incremento dos prémios de emissão em 58.391 milhares de Meticais também abaixo de 2015 (+ 1.441.871 milhares de Meticais), das reservas legais em 1.091.151 milhares de Meticais (+ 1.106.145 milhares de Meticais em 2015) e de outras reservas em 5.173.677 milhares de Meticais (+1.846.458 milhares de Meticais em 2015), serem elementos favoráveis para o crescimento dos fundos próprios totais, os fundos próprios tiveram um desempenho contrário.

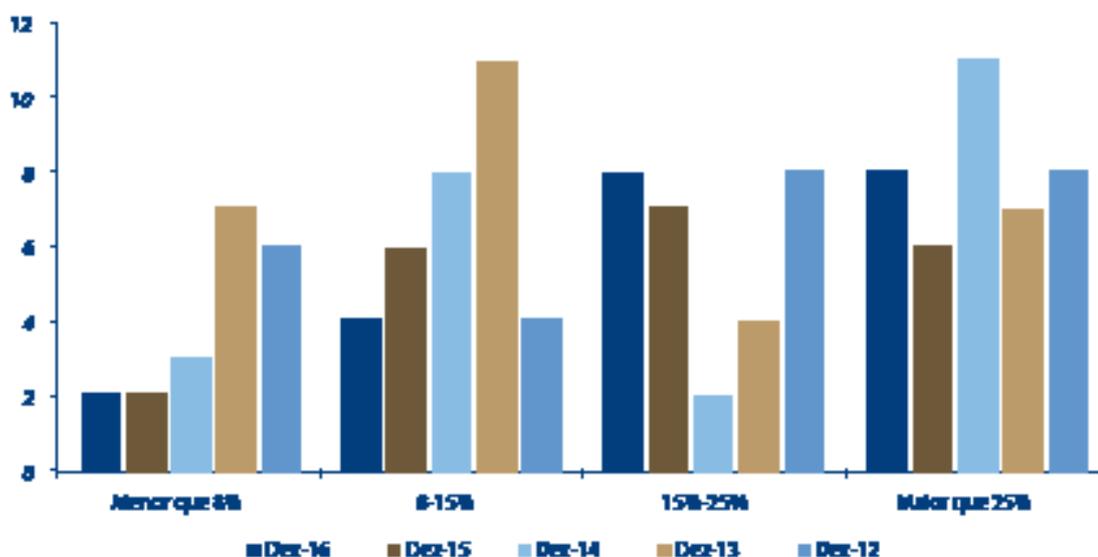
Aquele desempenho decore essencialmente do facto de o factor chave que contribuiu para a decadência dos fundos próprios da instituição acima referida, estar relacionado com o acúmulo de prejuízos durante o ano, das insuficiências de provisões, e como consequência, das excessivas deduções de excessos de limites de concentração de riscos. Estes elementos pesaram sobremaneira na redução dos fundos próprios daquela instituição e do sistema.

A distribuição do rácio de solvabilidade pelas instituições de crédito (Gráfico 10) mostra que das 22 instituições analisadas, oito (8) apresentaram um rácio acima de 25%; oito (8), dentre elas três instituições de relevância sistémica, um rácio no intervalo de 15% a 25%; quatro (4), dentre as quais um banco de relevância sistémica, um rácio no intervalo de 8% à 15%; por fim duas (2) instituições com rácio abaixo de 8%, sendo uma de relevância sistémica e com rácio negativo.

A maior parte dos activos ponderados pelo risco (86%) do sistema está concentrada em instituições com rácios de solvabilidade no intervalo de 8% a 25%. As quatro (4) instituições de crédito com rácios de solvabilidade no intervalo de 8 à 15% agregam 31% dos activos totais do sistema, oito (8) instituições com rácios entre 15% e 25% agregam 54% do total dos activos ponderados; 6% detidos pelas oito (8) instituições com rácios acima de 25% e por fim 9% detidos pelas duas (2) instituições com rácios abaixo de 8%.

Apesar dos níveis de capitalização evidenciados por um rácio de solvabilidade no limiar do limite regulamentar, os outros indicadores de adequação de capital, revelaram que o sistema bancário continua sólido porém relativamente instável a avaliar pela relevância sistémica da instituição com Fundos Próprios negativos. A predominância de instituições que detêm 86% do activo do sistema, com um rácio de solvabilidade acima de 8%, confere ao sistema bancário a capacidade para acomodar perdas de magnitude significativa sobre o balanço e a conta de resultados, assegurando a sua função de intermediação financeira.

Gráfico 10: Distribuição das instituições de crédito quanto ao rácio de solvabilidade

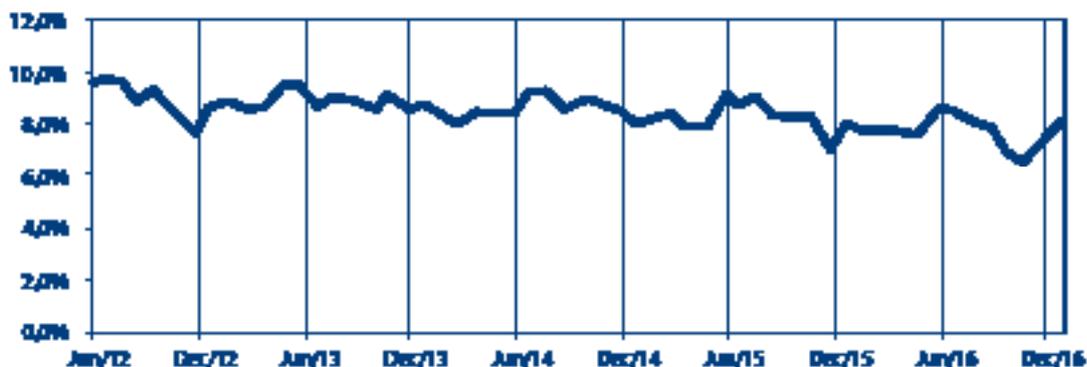


Fonte: Banco de Moçambique DSP

O rácio de alavancagem (*leverage ratio*) é uma grandeza complementar ao rácio de solvabilidade. Este rácio estabelece a relação entre os fundos próprios de base e activos totais⁵, fornecendo uma indicação da dimensão em que os activos são financiados pelos capitais próprios.

⁵ Numa perspectiva mais rigorosa, aos activos deverão ser deduzidos os montantes referentes aos intangíveis para que sejam comparáveis aos fundos próprios de base, que desde a introdução das Normas Internacionais de Relato Financeiro, passaram a ser incluídos como elementos negativos na computação dos fundos próprios de base.

Gráfico 11: Rácio de alavancagem (Lançamento rácio)



Fonte: Banco de Moçambique DSP

Durante 2016 o rácio de alavancagem (Gráfico 11) oscilou entre 3,1% e 9,3% tendo alcançado o pico em Maio e Junho (9,3%). Em Dezembro de 2016 o rácio de alavancagem fixou-se em 5,2% contra 9,1% registados em Dezembro de 2015. Estas cifras situaram-se em níveis superiores aos mínimos estabelecidos por algumas entidades supervisoras de acordo com os princípios do acordo Basileia II Pilar 2, como por exemplo, a *Swiss Financial Market Supervisory Authority (FINMA)* que definiu o mínimo de 3,0%⁶ para as contas consolidadas e 4,0% para as contas individuais. Outros países da SADC usam 6,0% e 7,0%.

3.4. Rendibilidade

O resultado agregado do sistema bancário registou um decréscimo de 54%, contrariamente ao crescimento registado em 2015 (11,6%), apesar do crescimento verificado a nível da margem financeira (49%) e das comissões líquidas (19%), que foi ofuscado pela redução dos resultados de operações financeiras (-24%) tendo-se agravado pelo aumento substancial das perdas de imparidade líquidas, que duplicou face ao saldo registado no ano anterior.

Gráfico 12: Variação homóloga dos resultados e da margem financeira



Fonte: Banco de Moçambique DSP

⁶ Este valor mínimo ainda não é extensivo a todos os bancos a operarem na Suíça. Actualmente não existe um benchmark definido para este indicador e diferenças nos princípios contabilísticos e na fórmula de cálculo podem de alguma forma dificultar a comparação entre países. (Katia D'Hulster: Crisis response – Public Policy for the private sector).

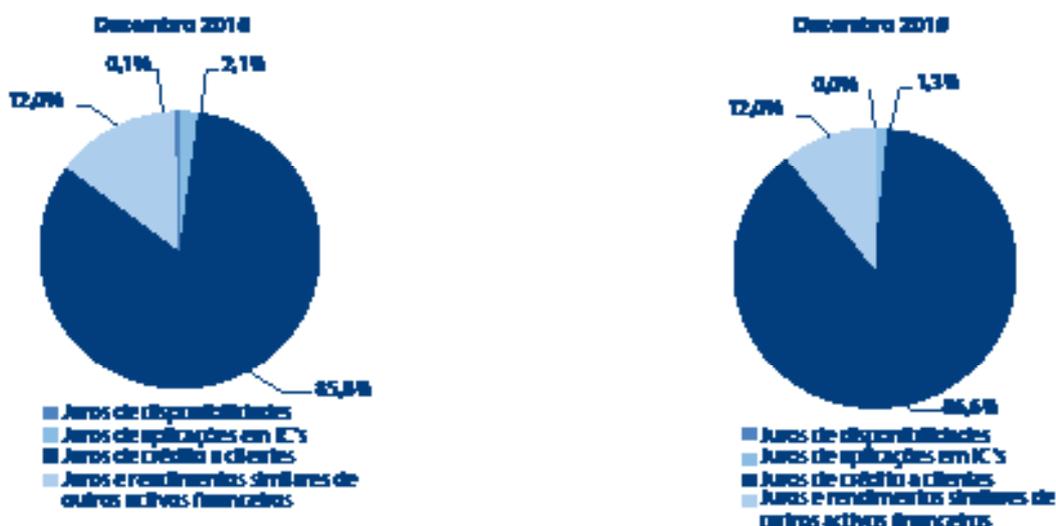
Uma análise da evolução homóloga dos resultados revela que durante o ano houve uma desaceleração nas taxas de evolução, comparativamente ao período homólogo de 2015 em que registara uma aceleração, tendo em finais de 2016 registado um decréscimo de 53,7% (Gráfico 12).

A variação homóloga da margem financeira⁷ mostra que as taxas de crescimento em 2016 evoluíram em relação a 2015. Em comparação com Dezembro de 2015 a margem financeira cresceu 10.297.877 milhares de Meticais, equivalentes a 49%, quando durante o período de 2015 cresceu em 20,1%. Este desempenho é sempre influenciado pela evolução dos juros e proveitos similares provenientes do crédito à clientes, que por seu turno reflectem a expansão da carteira de crédito e a evolução das taxas de juros de operações activas e passivas.

A taxa de juro média anual de operações activas dos bancos comerciais com o público fixou-se em 22,40% em finais de 2016, face aos 18,78% registados no igual período do ano anterior, enquanto em relação às operações passivas, a taxa de juro média anual esteve nos 11,17% comparativamente aos 8,96% registados em finais de 2015. Como consequência, o diferencial entre as taxas de juro de operações activas e passivas passou de 9,82 pontos percentuais em finais de 2015 para 11,23 pontos percentuais em Dezembro de 2016. Esta evolução a nível do diferencial, associada à importância dos activos geradores de juros no balanço agregado do sistema, contribuiu para impulsionar a taxa de crescimento da margem financeira e no seu peso na estrutura dos proveitos bancários. Refira-se que a margem financeira concorreu com 68,0% para a formação do produto bancário de 2016, comparativamente aos 54,0% em finais de 2015.

A estrutura dos juros e proveitos equiparados indica que os activos de maior risco na estrutura do balanço continuam a apresentar maior contributo naquela estrutura, apesar do seu peso ter registado um decréscimo face 2015. O crédito a clientes é o activo produtivo com maior peso no activo, e consequentemente o que mais contribuiu na formação dos juros, com cerca de 85,8% (Gráfico 13).

Gráfico 13: Estrutura dos juros e proveitos equiparados



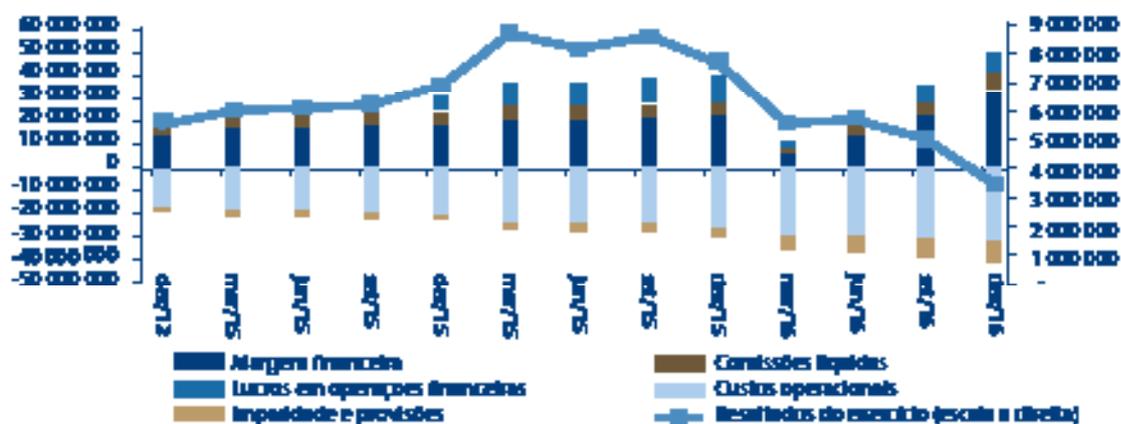
Fonte: Banco de Moçambique DSP

⁷ É o produto da intermediação financeira e compreende os juros e rendimentos similares deduzidos dos juros e encargos similares.

Os juros e rendimentos de outros activos financeiros mantiveram o seu peso na estrutura dos juros, continuado assim como a segunda maior grandeza nesta estrutura. Em finais de 2015 se fixaram em 6.128.251 milhares de Meticais, um acréscimo na ordem de 50% em relação ao período homólogo do ano anterior, em resultado do aumento dos juros provenientes de títulos de dívida pública moçambicana disponíveis para venda e detidos até a maturidade, bem como, de disponíveis para venda emitidos por outros residentes.

Gráfico 14 Composição da Conta de Resultados

Millhares de Meticais



Fonte: Banco de Moçambique DSP

Os resultados líquidos do sistema provém essencialmente da margem financeira, dos resultados de operações financeiras e das comissões líquidas, representando um peso de 69%, 17% e 16% sobre o produto bancário. (Gráfico 14).

A margem financeira que corresponde a grandeza com mais peso no produto bancário ascendeu a 31.183.341 milhares de Meticais em Dezembro último, um crescimento sustentado pela evolução da carteira de crédito e das taxas de juro.

Os resultados/lucros em operações financeiras que representam a segunda maior grandeza na formação do produto bancário concorrendo assim, significativamente, para a formação dos resultados, regrediram em 24% face Dezembro de 2015, o que resultou numa redução do peso em relação ao produto bancário de 26% em Dezembro de 2015, para 17% em finais de 2016. Estes resultados compreendem maioritariamente os resultados em diferenças cambiais que registaram um decréscimo na ordem de 15%, equivalentes a 1.351.550 milhares de Meticais, em resultado das perdas em diferenças cambiais obtidas em divisas, sobre outros itens denominados em moeda estrangeira (não investimentos em entidades estrangeiras), que superaram os respectivos ganhos. Refira-se que no passado, os ganhos advinham na sua maioria das divisas.

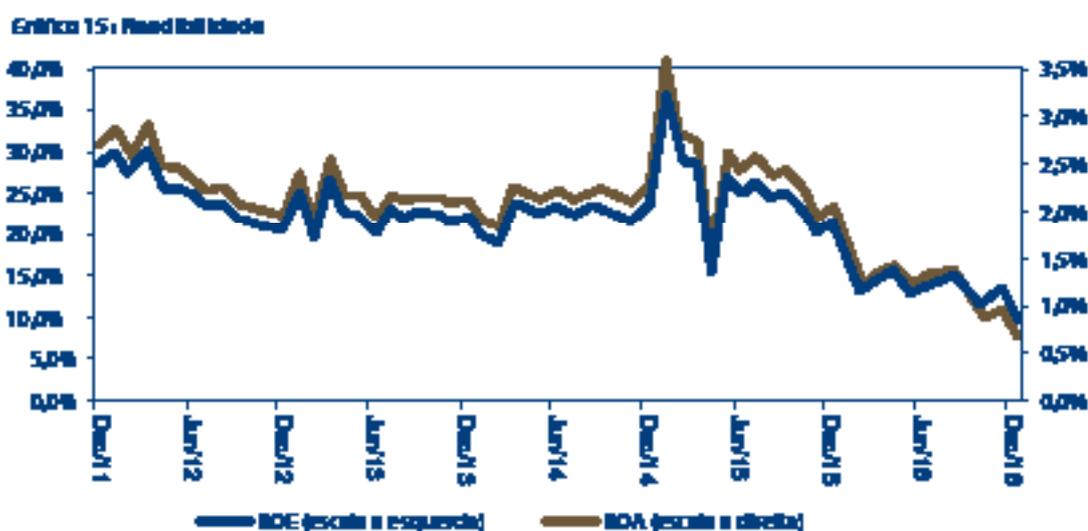
Os derivados de cobertura, precisamente as operações *swaps* não registraram qualquer ganho em 2016, quando em 2015 tiveram o seu contributo na evolução das operações financeiras, com um lucro de 372.858 milhares de Meticais. Estas operações que no passado resultaram em ganhos, advinham também de operações em divisas.

As comissões líquidas situaram-se em 7.132.536 milhares de Meticais, um incremento na ordem de 16,0% face ao registado em Dezembro de 2015. Este aumento não influenciou no peso das mesmas sobre o produto bancário, tendo passado a representar 15,7% contra 15,5% registados em Dezembro de 2015.

Aquele aumento resultou essencialmente do incremento de comissões por serviços prestados como sejam, a gestão de cartões, anuidades, comissões por garantias prestadas (garantias e avale, créditos documentários abertos) e ainda, de outras comissões. O peso das comissões líquidas sobre o produto bancário foi reduzindo ao longo dos últimos anos, apesar da evolução verificada ao logo do tempo.

O desempenho das taxas de crescimento dos resultados reflectiu-se nos indicadores de rentabilidade, agravando assim a tendência descendente verificada no ano anterior. A Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) regrediu de 20,4% em Dezembro de 2015, para 10,1% em Dezembro de 2016. No mesmo período, a Rentabilidade do Activo Médio (ROA) regrediu de 1,9% para 0,7%. Refira-se que durante o período as cifras mais elevadas do ROE foram registadas em Janeiro, ao atingir 16,6% e do ROA também em Janeiro 1,6% (Gráfico 15).

A redução destes dois rácios reflectiu o mau desempenho das perdas por imparidades, apesar do desempenho favorável da margem financeira que pesa significativamente nos resultados das instituições. Embora se tenha verificado um aumento dos Activos totais, o decréscimo dos resultados fez com que as taxas de crescimento do indicador ROA tivessem um desempenho contrário. Por outro lado, a redução dos Fundos próprios que foi acompanhada pela redução dos resultados não permitiu o crescimento do indicador ROE. Refira-se que estas cifras se situaram abaixo da média de alguns países da região⁸.

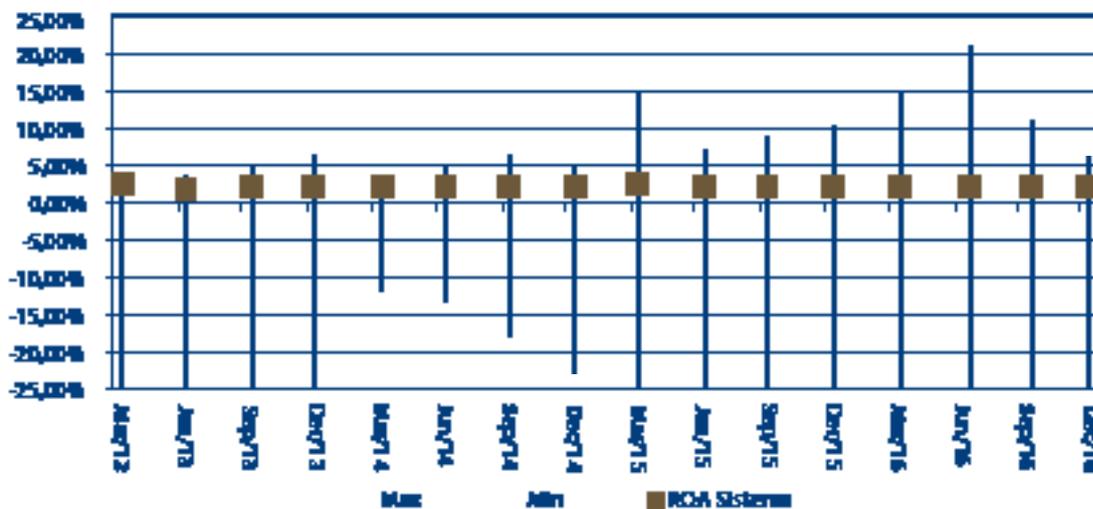


Fonte: Banco de Moçambique DSP

⁸ Em 2016, na África do Sul o ROE fixou-se em 17,64% e ROA 1,58%, em Botswana/14 o ROE situou-se nos 19,10% e ROA 2,3%, na Nigéria o ROE fixou-se em 20,03%, e em Angola em finais de 2015 o ROE e ROA situaram-se em 12,9% e 1,7%, respectivamente.

A dispersão do nível do ROA no sistema continua elevada sendo que muitas instituições, uma delas com relevância sistémica, apresentaram indicadores negativos. Do mesmo modo existe um número significativo de instituições com o ROA positivo. Nota-se melhorias em instituições cujo ROA esteve afastado da média da indústria. O número de instituições com ROA acima da média do sistema cresceu de sete em Dezembro de 2015 para dez em Dezembro de 2016. Das dez instituições, quatro são de importância sistémica. (Gráfico 16).

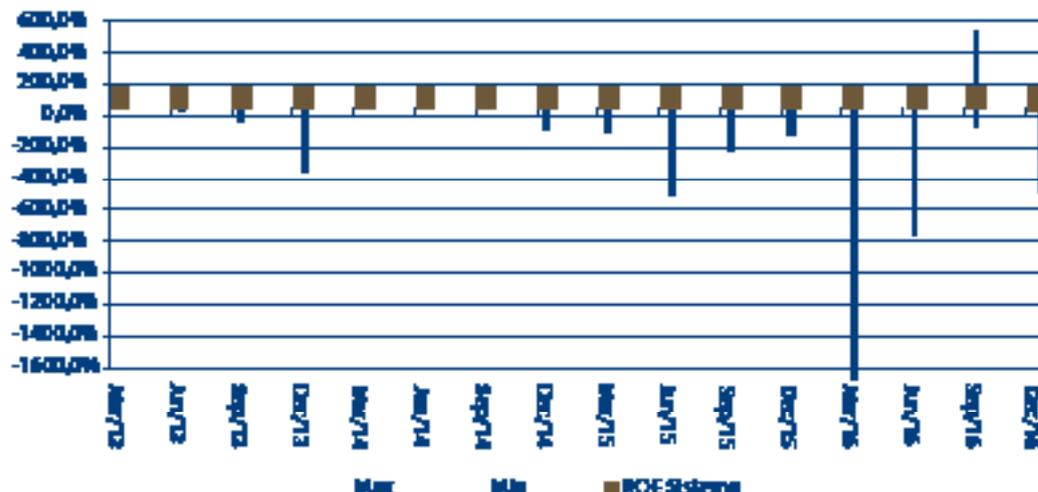
Gráfico 16 Rendibilidade do Activo (mínimo, máximo, interquartil)



Fonte: Banco de Moçambique DSP

Em relação ao ROE, verifica-se igualmente que o grau de dispersão entre as instituições continuou alto e onze instituições registaram indicadores acima da média da indústria contra seis em igual período do ano anterior. De igual modo, daquelas onze instituições, quatro apresentam relevância sistémica. Das instituições com ROE abaixo da média, doze apresentaram ROE's negativos. (Gráfico 17).

Gráfico 17 Rendibilidade dos Capitais Próprios (mínimo, máximo, interquartil)



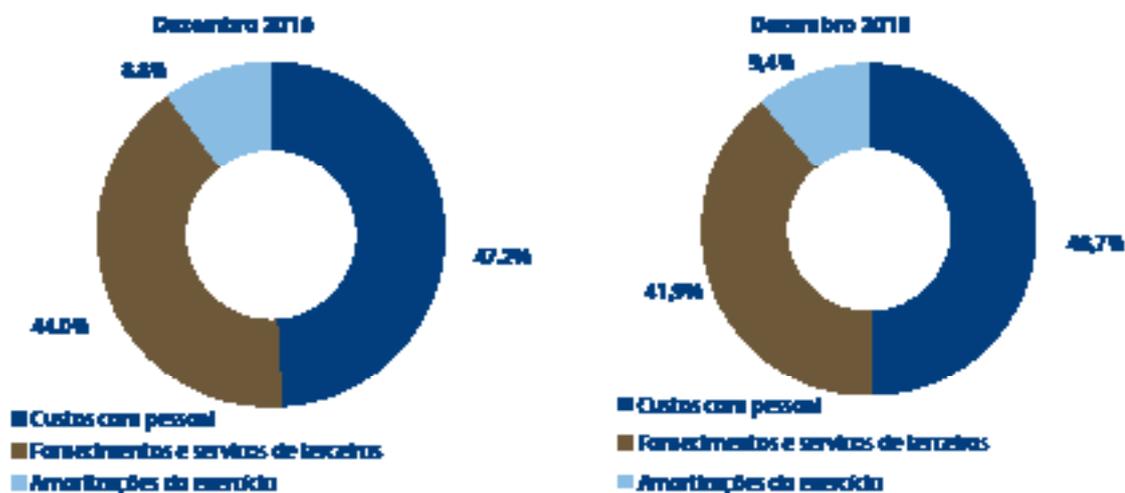
Fonte: Banco de Moçambique DSP

Em 2016, os custos operacionais totalizaram 29.853.571 milhares de Meticais, o que equivale a um aumento de 25% face Dezembro de 2015, no ano anterior estes custos cresceram em 28%. Os custos com pessoal continuam a ser a maior componente na estrutura dos custos operacionais, apesar de terem reduzido o peso de 48,7% para 47,2% em Dezembro de 2016, seguindo-se o fornecimento e serviços de terceiros com 44% (41,9% em Dez/2015) e por fim pelas amortizações do exercício com 8,8% (9,4% em Dez/2015).

A evolução das despesas com o pessoal em 20,8% e dos fornecimentos e serviços de terceiros em 30,8% foram determinantes para o crescimento dos custos operacionais. Este crescimento das despesas com pessoal é resultado dos aumentos registados na remuneração mensal dos empregados, subsídios e outros custos com o pessoal impulsionado também pela abertura de novas agências por parte de algumas instituições, bem como, no aumento de pessoal. Refira-se que em finais de 2016 o sistema empregava cerca de 11.347 colaboradores, um aumento de 343 comparativamente a finais de 2015.

Os fornecimentos e serviços de terceiros compreendem na sua maioria rendas de casa, comunicações e despesas de expedição, conservação e reparação de activos tangíveis e outros serviços especializados. (Gráfico 18).

Gráfico 18: Estrutura dos Custos Operacionais

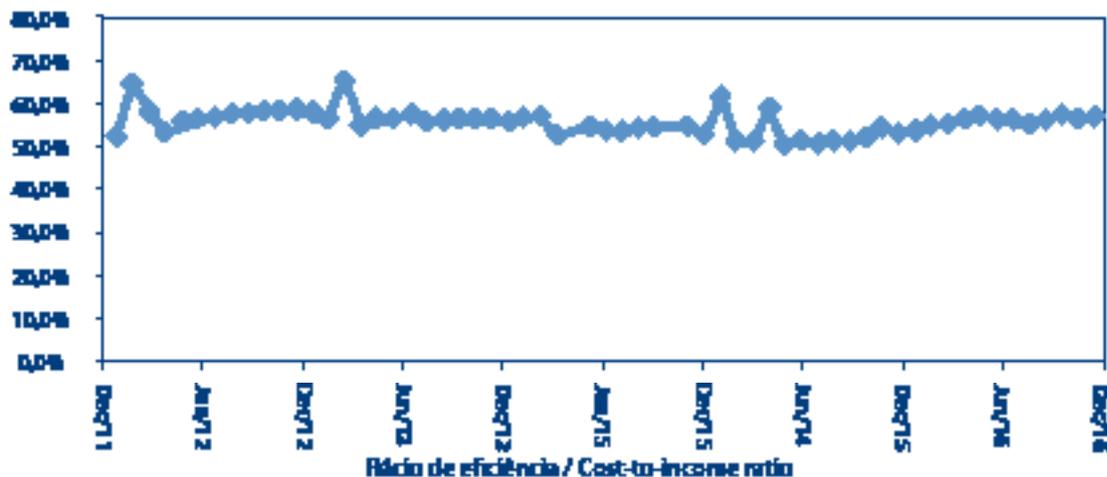


Em 2016, a trajectória do rácio custos operacionais-produto bancário (*cost-to-income*) manteve-se relativamente estável, apesar de ter evoluído a taxas superiores àquelas observadas em 2015. Atingiu o seu pico em Outubro de 2016 ao ascender os 65,8%, nos meses que se seguiram as cifras mantiveram na ordem dos 65% o que revela um agravamento na eficiência em relação a 2015. Em Dezembro de 2016, o rácio médio de eficiência do sistema bancário foi de 65,5%. (Gráfico 19).

A distribuição do rácio *cost-to-income* pelas instituições de crédito revela que muitos bancos, incluindo um banco com representatividade sistémica, microbancos e cooperativas de crédito

continuam a apresentar cifras superiores a média do sistema bancário, e poucos bancos (quatro de relevância sistémica) apresentam rácio inferior a média do sistema.

Gráfico 1% Rácio de eficiência (cost-to-income ratio)



Fonte: Banco de Moçambique DSP

4. Mercado de Valores Mobiliários

O Banco de Moçambique, como entidade supervisora do Mercado de Valores Mobiliários (MVM) efectuou, durante o ano de 2016, entre várias actividades, o acompanhamento da evolução do mercado, o registo das ofertas à subscrição pública e ofertas públicas de venda de valores mobiliários, tendo em vista a protecção dos investidores, a implementação das regras e procedimentos estabelecidos na legislação em vigor.

Em 2016 ocorreram no mercado primário, emissões da dívida pública e privada no valor de 2.162.236 milhares de Meticais, o que corresponde a um decréscimo de 85,5%, em relação ao ano de 2015.

A emissão da dívida pública registou um decréscimo na ordem dos 82,74%, comparativamente ao ano anterior. Apesar do decréscimo, esta continua a destacar-se significativamente em relação à dívida dos privados que também decresceu em 55,04% no mesmo período em análise.

O Quadro abaixo mostra as transacções ocorridas no mercado secundário, durante os anos de 2015 e 2016. O segmento da dívida pública atingiu, em termos de peso relativo na capitalização bolsista global, cerca de 88% do valor transaccionado em 2016.

Quadro 4: **Transacções no mercado de cotações oficiais**

Província	Quantidade		Valor (milhares de Meticais)	
	2016	2015	2016	2015
Obrigações	6.295.965	36.582.413	633.072	3.658.241
Obrigações Corporativas	2.674.130	5.133.227	263.780	508.900
Fundos Públicos	18.443.152	108.244.112	1.794.902	10.407.764
Acções	661.426	2.241.044	93.993	273.446
Papel Comercial	10.000	157.000	1.000	15.700
Total	28.084.673	152.357.796	2.162.237	14.864.051

Fonte: Boletins de cotações da BVM.

Em finais de 2016 os valores mobiliários admitidos à negociação na BVM alcançaram uma capitalização bolsista global de 61.897 milhões de Meticais, representando uma variação positiva de 11,6%, relativamente ao final do ano anterior, em que a mesma atingiu os 55.463 milhões de Meticais.

Relativamente a transacções ocorridas no Mercado fora da bolsa, foram alienadas acções no valor de 636.857 milhares de Meticais.

O Banco de Moçambique, como membro do CISNA (*Committee of Insurance, Securities and Non-Banking Financial Authorities*), continuou a participar nas actividades desenvolvidas ao nível deste Comité, tendo em vista a harmonização das práticas regulatórias nos mercados de capitais da região da SADC.

5. Supervisão Comportamental

5.1. Supervisão "Off-Site"

5.1.1. Atendimento de Reclamações - Recurso

A análise das reclamações recebidas de clientes das instituições de crédito e sociedades financeiras contra estas é um instrumento importante para a fiscalização das referidas instituições, contribuindo para o reforço do seu controlo interno bem como para a protecção do consumidor financeiro. Com efeito, na análise das reclamações, o BM a través do Departamento de Supervisão Comportamental (DSC), actua enquanto autoridade de supervisão, na vertente comportamental, com o objectivo de avaliar o cumprimento das normas em vigor pelas instituições subordinadas e proteger o consumidor financeiro.

Na sequência dessa inspecção (*off-site*), o BM transmite aos reclamantes o resultado da análise efectuada às reclamações, relativamente a matérias sob sua supervisão. Na resposta ao reclamante, atendendo que a apreciação da reclamação ocorre enquanto autoridade de supervisão, o BM emite a conclusão a que chegou após a análise da conduta das instituições, que pode ser:

- A inexistência de indícios de infracção por parte da instituição; ou
- A resolução, pela instituição, da situação apresentada, o que significa que terá sido regularizado ou corrigido o incumprimento detectado, por intervenção/determinação do BM, por iniciativa da própria instituição ou por decisão do Tribunal.

A emissão de recomendações é exercida ao abrigo da alínea c), do artigo 72, da Lei nº 15/99, de 1 de Novembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9/2004, de 21 de Julho (LICSF) e destinam-se a advertir as instituições para a necessidade de alterar um determinado comportamento, com vista a assegurar o cumprimento de normas legais ou regulamentares aplicáveis e, consequentemente, garantir a prestação de serviços de qualidade e a fidelização da clientela que em última análise, conduzem à estabilidade financeira.

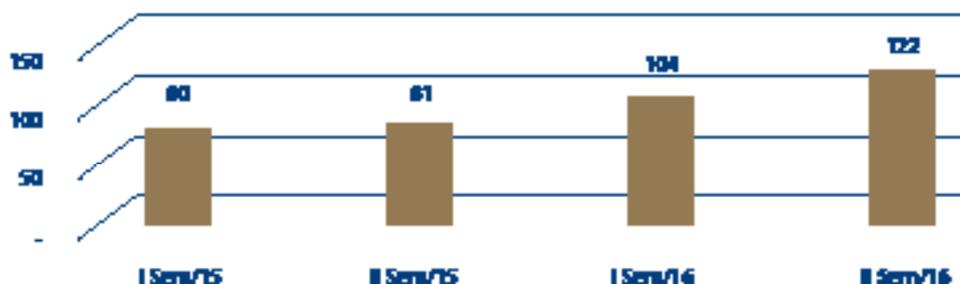
O BM reconhece que o serviço que presta ao cliente na análise de reclamações, em resultado da sua actuação de supervisão das instituições de crédito, carece de ser complementado pelo acesso, pelo reclamante, a outros meios de resolução da reclamação, como por exemplo, os tribunais.

5.1.2. Resumo dos tipos de reclamações

Em 2016, foram recebidas, no BM – DSC, 226 reclamações, sendo que as principais dizem respeito a débitos indevidos (60), levantamento sem sucesso em ATM (12), alteração unilateral da taxa de juro (11), débitos indevidos ao balcão (8), cativo indevido de conta bancária (6) e recusa de reprogramação de crédito (5), reporte indevido à CRC (10). Salientar que as reclamações sobre débitos indevidos (operações de débito efectuadas pelas instituições alegadamente sem autorização do cliente) registaram uma redução, ao passar de 89 casos em 2015 para 60 em 2016.

5.1.3. Evolução da Demanda de Reclamações (2015 – 2016)

Gráfico 20: Evolução da demanda geral de reclamações no BM, no período de 2015 a 2016



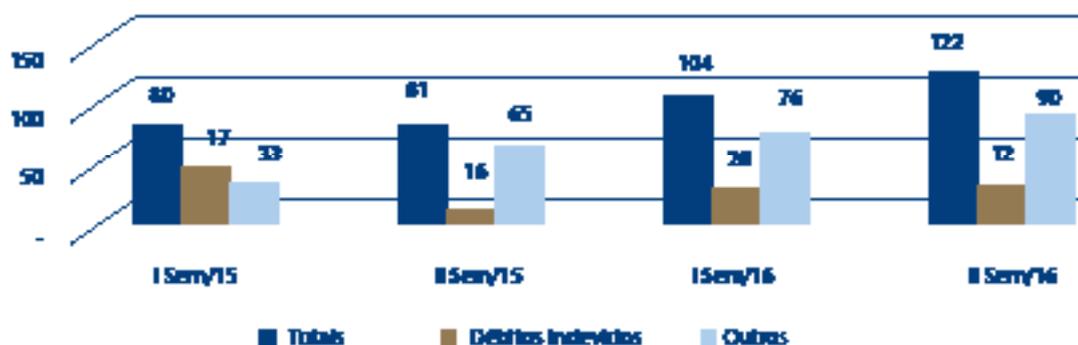
Fonte: Banco de Moçambique DSC

Observando e comparando o ano de 2015 com o de 2016, pode-se constatar um aumento na procura dos serviços de atendimento de reclamações no Banco de Moçambique-DSC, pois passaram de 161 para 226 processos, o que representa um aumento de 65 reclamações, correspondendo a um crescimento na ordem de 40,37%.

5.1.4. Análise das matérias mais reclamadas

As reclamações sobre débitos indevidos por cartão representam um peso significativo sobre o total das reclamações-recurso ao BM. Em 2015, representava cerca de 39,13% de todas as reclamações, tendo baixado em 2016 na ordem dos 26,54%, o que se traduz num decréscimo deste tipo de reclamações.

Gráfico 21: Comparação entre as reclamações por débitos indevidos e as outras



Fonte: Banco de Moçambique DSC

- Este gráfico mostra a comparação evolutiva entre as reclamações sobre débitos indevidos e outras reclamações (referidas no quadro 1).
- Verifica-se que no I e II Semestre de 2016, as reclamações sobre débitos indevidos por cartão continuam a dominar a natureza das reclamações, com um peso de 26,9% e 26,2% respectivamente, em relação ao total de entradas.
- As reclamações sobre débitos indevidos por cartão registaram um pequeno aumento na ordem de 04 reclamações no II Semestre de 2016 (32 casos), quando comparadas com as do I Semestre do mesmo ano (28 casos).

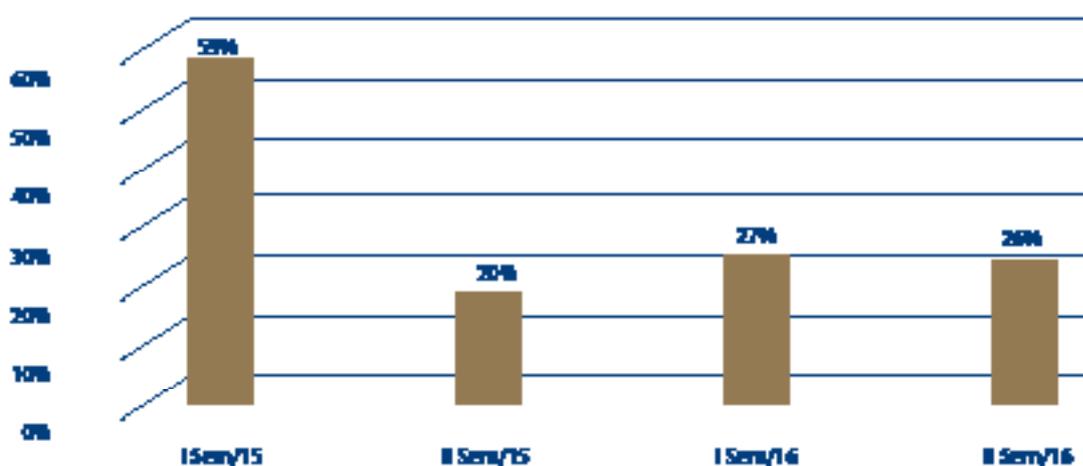
Entretanto, comparando o ano de 2016 com o de 2015, verifica-se um aumento do número total de reclamações em 2016 (226 reclamações), relativamente ao total de reclamações em 2015 (161 reclamações) e esta situação pode explicar-se pelos seguintes fenómenos: (i) resistência das instituições em melhorar os seus serviços; (ii) baixa/fraca qualidade dos recursos humanos das instituições no atendimento aos clientes; (iii) aumento, do conhecimento sobre matérias financeiras, por parte dos utentes do sistema financeiro e da possibilidade/direito de reclamar a

uma segunda instância – o Banco de Moçambique (quando não vejam satisfeita a sua reclamação pelo banco reclamado), em virtude das acções de colocação financeira do BM.

A rubrica “outros” representa todas as reclamações constantes do quadro 1, à excepção dos débitos indevidos por cartão, tendo-se verificado um total de 76 no I semestre de 2016 contra 90 do II semestre do mesmo ano.

O Gráfico abaixo ilustra a evolução percentual das reclamações sobre débitos indevidos.

Gráfico 22: Evolução percentual das reclamações por débitos indevidos por cartão



Fonte: Banco de Moçambique DSC

No I Semestre de 2015 as reclamações sobre débitos indevidos por cartão representavam 59% do total das reclamações e no mesmo período de 2016, 27%, o que se traduz numa redução deste tipo de reclamações, provavelmente, pelas razões apontadas no inciso iii acima. No I Semestre de 2016 as reclamações sobre débitos indevidos por cartão representavam 27% do total de reclamações contra 26% do II Semestre do mesmo ano.

5.1.5. Instituições mais reclamadas em 2016

O quadro 5 representa o número de reclamações recebidas pelas instituições (e contra estas) com maior carteira de clientes, no período em análise, totalizando 226 reclamações.

Quadro 5: Reclamações recebidas em 2016

INSTITUIÇÕES DEMANDADAS	BIM	Barclays	BCI	Standard Bank	FNB	Outras	Total
N.º DE RECLAMAÇÕES	67	40	32	14	12	61	226

Fonte: Banco de Moçambique DSC

5.2. Supervisão “On-Site”

5.2.1. Inspeção às Instituições de Crédito

Para a concretização desta actividade programada para que arrancasse no presente ano de 2016, o BM realizou, de Outubro a Dezembro de 2015, visitas de diagnóstico às IC’s, a nível nacional, para se aferir a situação actual da banca no que diz respeito a matérias relacionadas com a protecção do consumidor.

Após o relatório das referidas visitas e ao abrigo do nº 1 do artigo 38 da Lei nº 1/92, de 3 de Janeiro, Lei Orgânica do Banco de Moçambique, conjugado com o artigo 72 e da Lei 15/99, de 1 de Novembro, com as alterações introduzidos pela Lei nº 9/2004, de 10 de Dezembro, o Departamento de Supervisão Comportamental do Banco de Moçambique, realizou, entre os dias 01 de Agosto a 15 de Outubro de 2016, inspeções a agências de três instituições financeiras na zona Sul (Província e Cidade de Maputo, Província de Gaza e Província e Cidade de Inhambane).

A inspeção incidiu sobre áreas de maior risco segundo o reporte de 30 de Junho de 2016 e focou-se nos os riscos operacionais, de compliance/conformidade e nos de reputação, baseando-se na avaliação do cumprimento de regras de conduta e de protecção ao consumidor de acordo com os princípios de conduta aprovados pela OCDE/G20, que devem estar presentes na actuação de cada instituição de crédito (agência/balcão) e que se circunscrevem em:

- Informação e transparência;
- Equidade e justiça;
- Tratamento de reclamações e reparação;
- Protecção de dados e da privacidade dos consumidores;
- Confiança;
- Protecção dos activos dos consumidores contra fraudes e abusos;
- Protecção contra a concorrência desleal;
- Concorrência;
- Conduta empresarial responsável dos prestadores de serviços financeiros e agentes autorizados.

5.3. Atendimento de pedidos de informação

5.3.1. Resumo dos Tipos de Pedidos de Informação

O quadro a seguir ilustra os tipos de pedidos de informação que foram analisados em 2016 traduzidos em 4.093 entradas:

Quadro 6: **Procura por informação em 2016**

N.º	ASSUNTO	2015	2016
01	Pedido de informação relativos à CRC	3985	4034
02	Pedido de informação sobre o Cadastro de Emitentes de Cheques Sem Provisão	27	17
03	Outros tipos de Pedidos de informação	6	42
TOTAL		4018	4093

Fonte: Banco de Moçambique DSC

A análise do quadro 6 acima permite destacar os seguintes aspectos:

- A procura por informação junto à área de atendimento em 2016 foi de 4.093 entradas, o que corresponde a um aumento de 1,9% (75 entradas) comparativamente a 2015;
- Os pedidos de informação sobre a Central de Registos de Crédito (CRC) continuam a dominar a natureza das solicitações, com um peso de 98,6%, em 2016, após 99,2%, no ano anterior;
- Em 2016 assistiu-se a uma redução equivalente a 37% (de 27 para 17 entradas), dos pedidos de informação sobre o registo de ocorrências no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Provisão (CECSP).

No período em análise os pedidos de informação sobre matéria distinta da CRC aumentaram consideravelmente devido a conjugação dos seguintes factores:

- Os pedidos são submetidos através da página do BM a partir do link disponível no endereço <http://www.bancomoc.mz/contact.aspx> associado ao e-mail do bm_reclamacoes@bancomoc.mz que, por sua vez, está adstrito ao Serviço de Atendimento.
- O impacto que os programas de Educação Financeira têm estado a causar no seio da sociedade, permitindo aos ouvintes da rádio e telespectadores da televisão interagirem com o BM através da linha telefónica publicitada nos canais de comunicação.

5.3.2. Pedidos de Informação por Província

Em relação aos pedidos de informação por província o maior número é remetido à Sede em Maputo e representa cerca de 52% do total. A nível das filiais, a de Nampula (13,3%) e a da Beira (11,8%)

são as que detêm um peso maior, o que pode ser explicado pelo número de instituições de crédito existentes nestas cidades com efeito no número de clientes.

O atendimento às províncias de Manica e Gaza é feito por via telefónica por Beira e Maputo, um dos meios previstos no Aviso nº 4/GBM/2009 de 4 de Março, uma vez que as mesmas não possuem Filiais. É importante reter que o número de peticionários da Província de Manica, têm estado a crescer bastante, superando inclusive algumas províncias com Filiais.

5.3.3. Pedidos de Informação sobre o Cadastro de Emitentes de Cheques sem Provisão (CECSP)

No que respeita à demanda do CECSP, a comparação anual mostra um declive nos pedidos de informação relacionados com o CECSP tendo passado de 27 pedidos em 2015 para 17 pedidos no ano de 2016.

As solicitações de informação do CECSP foram para as seguintes finalidades:

- Confirmar o registo no CECSP;
- Pedido de retirada de nomes registados por lapso ou por ter passado o período de penalização.

No entanto, o contacto directo com os peticionários prevalece, sobretudo com os que solicitam a remoção dos seus nomes do CECSP. A estes é-lhes explicado que o registo e a remoção decorrem da Lei n.º 5/98 de 15 de Junho, sendo o registo uma sanção pela emissão de cheque sem provisão.

5.4. Educação Financeira

5.4.1. Implementação do Programa de Educação Financeira (PEFBM)

No âmbito da implementação do PEFBM, o BM tem estado a desenvolver acções de divulgação de vários conteúdos financeiros com o objectivo de contribuir para a formação da sociedade sobre produtos e serviços financeiros, de forma a cultivar valores e competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos a eles associados. Esta divulgação assenta nas estratégias comunicacionais previstas no PEFBM, nomeadamente:

- Divulgação de conteúdos de Educação Financeira nos Órgãos de Comunicação Social;
- Concepção de Materiais Gráficos Didácticos;
- Participação em feiras;
- Organização e realização de palestras;
- Coordenação da campanha de promoção de poupança e celebração do Dia Mundial de Poupança.

5.4.2. Divulgação do Programa de Educação Financeira na TVM e RM

O BM prosseguiu com a produção dos programas de Educação Financeira na Televisão de Moçambique (TVM) e na Rádio Moçambique (RM). Na TVM a divulgação do programa ocorre quinzenalmente às quartas feiras pelas 19.30h com repetição aos domingos às 12.30h, tendo cada programa uma duração de 30 minutos. Por seu turno, na RM, na Antena Nacional, o programa é transmitido diariamente às 5.30h com repetições às 14.25h e 18.25h, com a duração de 5 minutos. Aos sábados passa o compacto de 10 minutos pelas 8.30h. A partir de Setembro de 2015, a RM iniciou a transmissão do programa nas principais línguas nacionais que abrangem todo o país, através dos seus emissores provinciais.

5.4.3. Promoção da Campanha de Poupança e Celebração do DDP

O BM, os bancos comerciais, em parceria com o MEDH, levaram a cabo iniciativa diversas de promoção da poupança que culminaram com a celebração a 31 de Outubro de 2016, do Dia Mundial da poupança em todas as capitais províncias do país.

As actividades inseridas neste evento campanhas, consistiram nos seguintes aspectos:

- As instituições de crédito participantes desenvolveram actividades junto às escolas por si previamente seleccionadas. Estas actividades traduziram em palestras sobre a poupança e jogos diversos;
- A participação do BM no DDP esteve focalizada na distribuição de material escolar e de Educação Financeira a uma escola por província, esollhida com o apoio do MEDH.

5.4.4. Palestras Voltadas ao Público-Alvo

O BM realizou em 2016 palestras de Educação Financeira voltada aos funcionários públicos, autoridades locais e outras personalidades abordando os seguintes temas:

- Programa de Educação Financeira do BM (PEFBM)
- Importância da poupança
- Conta bancária
- Orçamento familiar

As palestras ocorreram nas seguintes províncias:

- Maputo: distritos de Moamba, Matutuine e Marracuene;
- Inhambane: distritos de Panda, Morrumbene, Mabote e Vilanculos;
- Nampula: distritos de Muecate, Nacala, Liupo e Angoche;
- Niassa: cidade de Lichinga, distrito de Marrupa.

5.4.5. Participação em Feiras

Em 2016 o BM participou em duas (2) feiras nomeadamente:

- FACIM (29/08 a 05/09/2016) - neste evento, a presença do Banco cingiu-se à divulgação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) 2016-2022, com destaque para a protecção do consumidor financeiro e educação financeira, o terceiro e último pilar da ENIF.
- 3ª Feira de Inclusão Financeira (24 de Agosto) – organizada pelo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, foi realizada na província de Inhambane, distrito de Maxixe, com o objectivo de estimular a poupança, principalmente na população não bancarizada.

5.4.6. Produção de Material Gráfico

A concepção dos materiais gráficos que concretiza a estratégia 4 do PEFBM teve em vista apoiar todas as acções presenciais referidas nos pontos anteriores.

A definição de temas e conteúdos destes materiais teve como base os aspectos divulgados através dos programas passados na TVM e RM bem como as preocupações dos utentes junto à área de atendimento.

Assim, foram publicados em 2016 os seguintes Cadernos do Banco de Moçambique:

- Caderno 6 - meios de movimentação de contas bancárias;
- Caderno 7 - cuidados a ter com os cartões bancários;
- Caderno 8 - burlas com cartões bancários; e
- Caderno 9 - crédito bancário.

Ainda neste âmbito, foram igualmente publicadas as seguintes brochuras usadas basicamente nos programas de promoção de poupança:

- Brochura sobre poupança
- Planeador Financeiro

Na componente “brochura ilustrada” (Banda Desenhada) foram lançadas as seguintes:

- Brochura 2 – sobre os “Meios de Movimentação de Contas”
- Brochura 3 – sobre “Burla com cartões bancários”.

5.4.7. Outros eventos importantes inseridos na Educação Financeira e Protecção do Consumidor

5.4.7.1. IV Conferência de Microfinanças

De 26 a 27 de Outubro de 2016 realizou-se a IV Conferência de Microfinanças organizada pelo MITADER em parceria com o BM, tendo como tema “Por um sector financeiro inclusivo rumo ao desenvolvimento sustentável”. Participaram nesta conferência instituições de crédito e microfinanças, representantes do governo da província de Maputo e município da Matola, representantes da FAO, membros do Conselho de Administração, gestores e técnicos do BM.

5.4.7.2. Atribuição do Prémio pelas acções de E.F pela CYFI

O BM foi galardoado no dia 28 de Novembro de 2016 na Suécia na categoria Country Award para África no evento da Child and Youth Finance International (CYFI) pelas acções de E.F e pela coordenação das acções inseridas no projecto de promoção de poupança e celebração do Dia Mundial de Poupança.

Artista
Naguib Elias Abdula



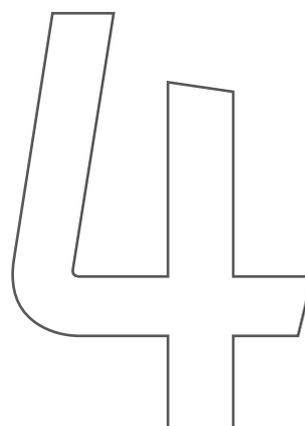
Serigrafia
83 x 63 cm
2002

SISTEMA NACIONAL DE PAGAMENTOS



Artista
José Carlos Pádua

Tinta de china sobre papel
69 x 69 cm
1964





1. Enquadramento

A Lei n.º 02/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece o Sistema Nacional de Pagamentos (SNP), dá competências ao Banco de Moçambique (BM) para regular, fiscalizar e promover o bom funcionamento do sistema de pagamentos em Moçambique. No desempenho destas funções, o BM contribuiu para os objectivos de interesse público designadamente, segurança, fiabilidade, transparência e eficiência do sistema, bem assim para a manutenção da estabilidade financeira, confiança na moeda, eficiência da actividade económica e segurança na execução da política monetária.

Em 2016, o BM deu continuidade ao cumprimento das suas atribuições na área de sistemas de pagamentos garantindo o funcionamento condigno dos subsistemas geridos por si e a liquidação dos resultados dos subsistemas geridos por outras instituições.

O ano de 2016 foi marcado pela aprovação pelo Governo de Moçambique da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, que atribuiu ao Banco de Moçambique a responsabilidade de liderar o processo de construção de uma sociedade financeiramente incluída no país. O lançamento público da estratégia teve lugar em Julho de 2016.

Para o acompanhamento do funcionamento do SNP, o Comité de Coordenação do Sistema Nacional de Pagamentos (CCSNP), realizou as sessões ordinárias preconizadas no seu regulamento de funcionamento.

Moçambique, através do BM, assumiu a presidência, por dois anos (2016 – 2018), da *African Mobile Phone Financial Services Policy Initiative* (AMPI), uma iniciativa de políticas que permite aos reguladores do sector financeiro dos países africanos membros da *Alliance for Financial Inclusion* (AFI) partilharem experiências sobre políticas que visam o aumento da inclusão financeira através da utilização dos serviços financeiros móveis.

Ainda em 2016, foram realizadas missões de fiscalização *on-site* aos bancos comerciais, visando essencialmente verificar o grau de cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos na Lei n.º 2/2008, de 27 de Fevereiro, a Lei do SNP e nos diferentes normativos que regulam os subsistemas onde estes bancos participam.

O presente capítulo do Relatório apresenta as principais realizações e o comportamento dos diferentes subsistemas que compõem o sistema de pagamentos moçambicano, nomeadamente: Compensação electrónica, Sistema de Transferência Electrónica de Fundos do Estado e o MTR.

2. Subsistema de Compensação e Liquidação Interbancária

O subsistema da Compensação Electrónica e Liquidação Interbancária (CEL) processou em 2016, 3.688 mil documentos, correspondentes a 758.956 milhões de meticais (Quadro 1), representando um incremento de 11,1% em termos de quantidade e 26,9% em relação ao valor face ao observado em 2015. O crescimento registado na quantidade de documentos compensados foi influenciado pelo aumento da quantidade de TEI em 29,2% perante um aumento na quantidade de cheques compensados de apenas 0,7%. Registou-se igualmente um incremento em termos de valor, resultante do aumento nas Transferências Electrónicas Interbancárias (TEI) em 37,0% perante um aumento dos cheques em 21,0%.

Quadro 1: Documentos compensados na CEL (valores em 10⁶ de MT, Quantidade em 10³)

	2015		2016		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cheques	2.106	374.338,40	2.120	452.777,0	0,7	21,0
TEI	1.214	223.566,50	1.568	306.179,0	29,2	37,0
Total	3.320	597.904,90	3.688	758.956,0	11,1	26,9

Fonte: BM

O contínuo aumento na quantidade das TEI e o reduzido crescimento dos cheques demonstra uma progressiva substituição dos cheques por instrumentos de pagamento electrónicos, o que é sintomático do processo de modernização do SNP e da promoção do uso de instrumentos de pagamento electrónicos.

A média diária dos documentos compensados na CEL em 2016 é ilustrada no Quadro 2, foram trocados neste subsistema cerca de 14,1 mil documentos por dia, correspondendo a um valor médio diário de 2.907,9 milhões de meticais, representando um incremento de 11,5% e 27,4%, respectivamente, em relação aos registados em 2015.

Quadro 2: Médias diárias compensadas na CEL (valores em 10⁶ de MT, Quantidade em 10³)

	2015		2016		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cheques	8,0	1.428,8	8,1	1.734,8	1,1	21,4
TEI	4,6	853,3	6,0	1.173,1	29,7	37,5
Total	12,7	2.282,1	14,1	2.907,9	11,5	27,4

Fonte: BM

Em termos de concentração dos instrumentos processados na CEL, o Quadro 3 indica que no período em referência registou-se uma redução no peso da quantidade de cheques, em cerca de 5,9 pontos percentuais (pp), quando comparado com 2015. A mesma tendência observou-se relativamente ao peso em termos de valor, que reduziu em 2,9 pp face a 2015. Apesar deste comportamento, nota-se que, tanto em termos de valor como em termos de quantidade os cheques continuam a dominar o mercado, ao deterem cerca de 57,5% e 59,7% da quantidade e do valor total das transacções registadas na CEL, respectivamente.

Quadro 3: **Rácios de concentração na CEL (%)**

	2015		2016	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cheques	63,4	62,6	57,5	59,7
TEI	36,6	37,4	42,5	40,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: BM

Foram devolvidos na CEL um total de 43.784 documentos em 2016, correspondendo a uma diminuição de cerca de 8,4% face aos documentos devolvidos no ano anterior. O Quadro 4 mostra que em 2016 os principais motivos de devolução de documentos sujeitos a compensação foram a falta ou insuficiência de provisão, com 23.088 cheques devolvidos, correspondente a uma redução de cerca de 22,1% face aos documentos devolvidos em 2015, divergência ou insuficiência na assinatura do emitente, com 5.261 documentos devolvidos, correspondendo a uma redução de apenas 10 documentos face aos devolvidos no ano anterior, compensação indevida, com 4.633 documentos devolvidos correspondendo a um aumento de cerca de 66,8%, outros motivos, com 10.802 documentos devolvidos correspondendo a um aumento de 7,0%. Entre os outros motivos constam a ordem escrita do emitente devidamente fundamentada, congelamento da conta, falta da entrega do cheque, entre outros.

Quadro 4: **Estrutura das devoluções na CEL por motivos**

Motivos de devolução	2015		2016		Var. (%)
	Quantidade	Peso (%)	Quantidade	Peso (%)	
Falta ou insuficiência de provisão	29.624	62	23.088	53	-22,1
Divergência e/ou Insuficiência na assinatura do emitente	5.271	11	5.261	12	-0,0
Compensação indevida	2.778	6	4.633	10	66,8
Outros Motivos	10.115	21	10.802	25	7,0
Total	47.788	100,0	43.784	100	- 8,4

Fonte: BM

3. Banca Electrónica

3.1. Transacções Electrónicas de Retalho

Até 31 de Dezembro de 2016, a quantidade de terminais de pagamento instalada pelo país totalizou 1.687 Caixas Automáticas (ATM) e 25.428 Terminais de Pagamento Automático (POS), o que, comparado com dados de Dezembro de 2015, representa um crescimento de 7,0% e 24,2%, respectivamente.

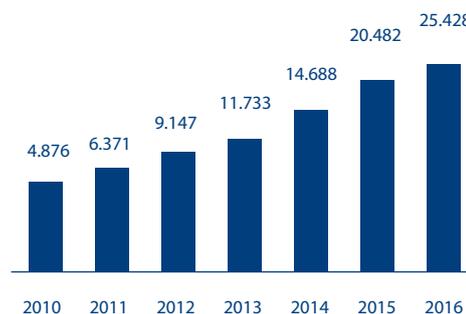
Em termos de distribuição territorial dos terminais (Quadro 5), a semelhança dos anos anteriores, até

Gráfico 1: **Caixas de Pagamento Automático**



Fontes: BM

Gráfico 2: **Terminais de Pagamento Automático**



Fontes: BM

Dezembro de 2016, a cidade de Maputo concentrou a maior quantidade de ATM e POS, com cerca de 34,2% e 39,8%, respectivamente, seguindo-se as províncias de Maputo com 14,1% e 15,2%, de Nampula com 10,7% e 8,7%, e Sofala com 7,7% e 7,8%, respectivamente. No extremo oposto encontra-se a província de Niassa, com apenas 2,9% dos ATM e 1,9% dos POS existentes no mercado nacional.

Em termos dinâmicos, observou-se maior aumento de terminais ATM nas províncias de Zambézia (16,1%), Maputo (13,9%), Nampula (9,8%) e Manica (6,9%). No que se refere aos POS, registou-se maior expansão nas províncias de Cabo Delgado (49,4%), Manica (46,5%) e Maputo (32,3%).

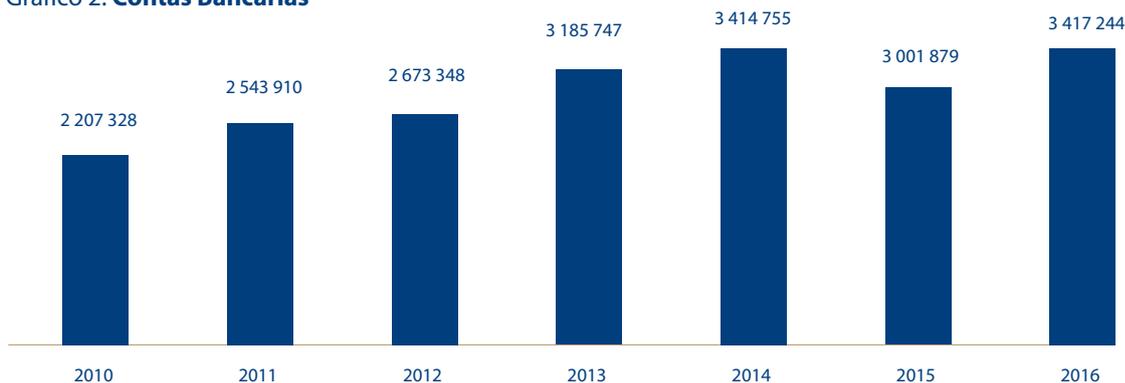
Quadro 5: **Distribuição de ATM e POS por províncias**

	ATM				POS			
	2015	2016	Peso %	Var. %	2015	2016	Peso %	Var. %
C. de Maputo	556	574	34,2	3,2	8.686	10.068	39,8	15,9
Maputo	208	237	14,1	13,9	2.916	3.858	15,2	32,3
Gaza	77	81	4,8	5,2	912	1.060	4,2	16,2
Inhambane	75	78	4,6	4,0	983	1.237	4,9	25,8
Sofala	126	130	7,7	3,2	1.572	1.979	7,8	25,9
Manica	58	62	3,7	6,9	626	917	3,6	46,5
Tete	100	104	6,2	4,0	1.151	1.468	5,8	27,5
Zambézia	93	108	6,4	16,1	704	928	3,7	31,8
Nampula	163	179	10,7	9,8	1.805	2.212	8,7	22,5
C. Delgado	74	76	4,5	2,7	737	1.101	4,3	49,4
Niassa	46	49	2,9	6,5	390	486	1,9	24,6
Total	1576	1.678	100,0	6,5	20.482	25.314	100,0	23,6

Fonte: BM

O Gráfico 3 mostra a evolução de cartões bancários em circulação no país. Conforme se pode constatar, a quantidade de cartões em circulação no país totalizava, em Dezembro de 2016, cerca de 3.417,2 mil, o que corresponde a um aumento de 13,8% face aos dados de Dezembro de 2015. Quanto a composição, do total dos cartões em circulação no país, cerca de 91,6% eram de débito, 6,3% de crédito e 2,1% pré-pagos.

Gráfico 2: **Contas Bancárias**



Fontes: BM

3.2. Serviços Financeiros Móveis

Durante o ano de 2016, observou-se uma expansão na rede de distribuição dos Serviços Financeiros Móveis (SFM) pelo país, com destaque para a expansão do número de agentes das Instituições de Moeda Electrónica (IME), designadamente Carteira Móvel, Vodafone Mpesa e M-Mola, em 40,4% atingindo 25.062 contra 17.855 agentes registados no período homólogo de 2015 (Quadro 6). Contribuiu para a variação positiva observada, o incremento do número de agentes nas zonas Norte e Centro, onde se observou um incremento de 50,4% e 47,4%, respectivamente.

Em termos de nível de concentração de agentes por região do país, a zona Sul, embora com a maior concentração (63,9% do total de agentes existentes no país), reduziu em 2,0 pp comparativamente a 2015, tendo as zonas Centro e Norte incrementado em 1,0 pp, para 22,3% e 13,8%, respectivamente. Este comportamento vai de encontro com os apelos que têm sido feitos ao sistema financeiro no sentido de privilegiar a criação de pontos de acesso a serviços financeiros ao longo do país, com destaque para as províncias do Centro e Norte que apresentam actualmente um baixo índice de inclusão financeira.

Quadro 6: **Agentes das IME por províncias**

	Agentes		Peso (%)		Variação Anual
	2015	2016	2015	2016	
ZONA SUL	11.766	16.019	65,9	63,9	36,1
Maputo Cidade	5.752	7.631	32,2	30,5	32,7
Maputo Província	3.922	5.456	22,0	21,9	39,2
Gaza	648	1.028	3,6	4,1	58,6
Inhambane	1.444	1.901	8,1	7,6	31,6
ZONA CENTRO	3.797	5.595	21,3	22,3	47,4
Sofala	1.547	2.079	8,7	8,3	34,4
Manica	718	946	4,0	3,8	31,8
Tete	690	1.058	3,9	4,2	53,3
Zambézia	842	1.512	4,7	6,0	79,6
ZONA NORTE	2.292	3.448	12,8	13,8	50,4
Nampula	1.771	2.708	9,9	10,8	52,9
Niassa	211	423	1,2	1,7	100,5
Cabo Delgado	310	317	1,7	1,3	2,3
TOTAL DO PAÍS	17.855	25.062	100,0	100,0	40,4

Fonte: BM

Ainda durante o ano de 2016, as transacções realizadas pelas IME aumentaram quando comparadas com 2015. Com efeito, a quantidade de transacções totalizou 149.819.380 em 2016 contra 21.393.763 em 2015. Grande parte da quantidade de transacções realizadas corresponde a operações de pagamentos com 40,3%, seguida de operações de compra de moeda electrónica com 23,1%, a mesma tendência observada em 2015 onde as operações de pagamento ocuparam 42,4% do total (Quadro 7). Esta tendência ilustra a melhoria na aceitação, pelo público, do papel dos SFM, não apenas como instituições para guardar valores junto dos agentes como também para a realização de pagamentos de bens e serviços de forma cómoda, segura e eficiente.

Quadro 7: **Transacções dos serviços financeiros móveis**

	Quantidade		Peso	
	2015	2016	2015	2016
Operações de compra de moeda				
electrónica em numerário (Cash in)	6.645.630	34.665.794	31,1	23,1
Levantamentos (Cash out)	3.933.439	27.481.831	18,4	18,3
Transferências	1.741.615	27.223.454	8,1	18,2
Pagamentos	9.073.079	60.448.301	42,4	40,3
TOTAL	21.393.763	149.819.380	100,0	100,0

Fonte: BM

3.3. Contas Bancárias e das Instituições de Moeda Electrónica

A quantidade de contas bancárias situou-se em 5.213.451 no final de 2016, das quais 5.008.451 em moeda nacional e 204.990 em moeda estrangeira, representando um incremento anual de 18%. Quando incluídas as contas abertas junto das instituições de moeda electrónica, que totalizaram 5.602.891 em Dezembro de 2016, contra 4.059.612 no período homólogo de 2015, a quantidade total de contas (abertas em instituições bancárias e de moeda electrónica) incrementa para 10.816.332, um acréscimo de 28% em relação às existentes em 2015.

Quadro 8: **Contas bancárias e das instituições de moeda electrónica**

	Contas		Peso (%)		Var. (%)	Pop. adulta com conta ^b %
	2015	2016	2015	2016		
Instituições Bancárias	4.405.157	5.213.411	100	100	18	36
Moeda nacional	4.251.084	5.008.451	97	96	18	34
Moeda estrangeira	154.073	204.990	3	4	33	1
Inst. De Moeda electrónica ^a	4.059.612	5.602.891	-	-	38	38
Total	8.464.769	10.816.332	-	-	28	74

Fonte: BM

^a Utilizou-se como *proxy* do número de contas das IME o número de clientes das IME

^b Utilizou-se dados projectados pelo INE para população com mais de 16 anos em 2016 (14.606.766).

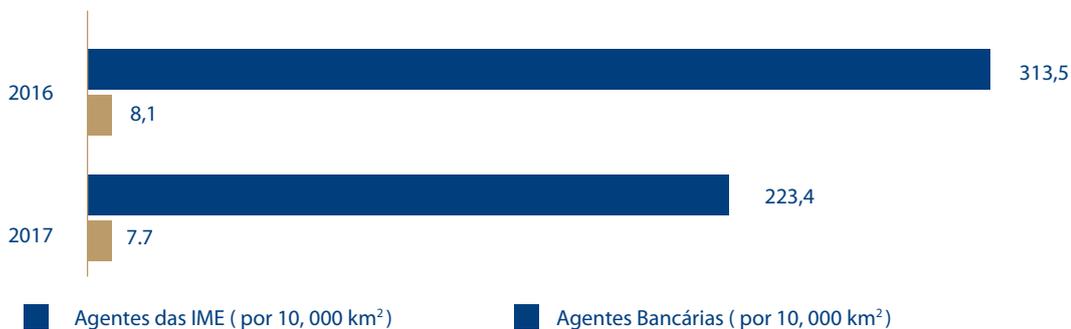
O nível de bancarização da economia (contas bancárias em percentagem da população adulta), situou-se em 36% em 2016, tendo incrementado 5 pontos percentuais face a 2015. No entanto, calculando a proporção da população adulta financeiramente incluída (incluindo as contas das IME) observa-se que esta se situou em 74%.

4. Indicadores de Inclusão Financeira

4.1. Acesso Geográfico

Em 2016 os indicadores de inclusão financeira continuaram a registar melhorias reflectindo, em boa parte, o incremento na distribuição dos canais físicos de acesso aos serviços e produtos financeiros, particularmente na rede de agência bancárias, agentes de IME, ATM e POS. Com efeito, em termos de acesso geográfico das agências bancárias e dos agentes das IME observou-se um incremento de 5,2% e 40,3%, respectivamente, ao passar para cerca de 8,1 agências bancárias e 313,5 agentes das IME por cada 10.000 km² a nível nacional em 2016.

Gráfico 4: Acesso geográfico das agências bancárias e agentes das IME



Fontes: BM e INE

Relativamente à cobertura geográfica das ATM e POS, observou-se igualmente um aumento, com a quantidade destes canais de acesso a incrementar durante o ano em referência para cerca de 21 e 318 ATM e POS por cada 10.000 km² a nível nacional, correspondendo, a um aumento de 7,1% e 24,2%, respectivamente.

Gráfico 5: Acesso demográfico das ATM e POS



Fontes: BM e INE

4.2. Acesso Demográfico

Quanto ao acesso demográfico das agências bancárias e dos agentes das IME, de uma forma global verificou-se um aumento deste indicador de inclusão financeira, o que indicia uma melhoria do acesso pela população aos serviços e produtos financeiros. Com efeito, em 2016 o acesso demográfico das agências bancárias contraiu ligeiramente ao passar de 4,6 para 4,4 agências por 100 mil adultos. No entanto, o acesso demográfico dos agentes das IME passou de 129,7 para 172 agentes por 100 mil adultos.

Gráfico 6: Acesso demográfico das agências bancárias e agentes das IME



Fontes: BM e INE

No que diz respeito ao acesso demográfico das ATM e POS, verificou-se igualmente maior disponibilidade. A quantidade destes canais incrementou para cerca de 12 ATM e 174 POS por 100 mil adultos a nível nacional.

Gráfico 7: Acesso demográfico das ATM e POS



Fontes: BM e INE

4.3. Uso

Como consequência da expansão da rede das agências bancárias, a proporção da população adulta detentora de contas bancárias e cartões bancários cresceu no período em análise. Em 2016, 35,7% da população adulta detinha pelo menos uma conta no sistema bancário nacional contra 31,1% em 2015.

Gráfico 8: Contas bancárias e cartões bancários em proporção da população adulta



Fontes: BM e INE

5. Sistema de Transferência Electrónica de Fundos do Estado

Ao longo de 2016, o Estado efectuou um total de 6.400 mil pagamentos através do STF. Comparando a quantidade de transferências com as de 2015, nota-se um crescimento na ordem de 19,6%. Em termos de valor, os pagamentos do Estado totalizaram 269.794,8 milhões de meticais, face aos 205.814,9 milhões de meticais registados em 2015, o que corresponde a um aumento de 16,2%.

Quadro 9: **Conta Única do Tesouro (Valores MN em 10⁶ MT, Quantidade MN em 10³)**

	2014		2015		Variation (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Moeda nacional	5.352	205.814,9	6.400	269.794,8	19,6	16,2
Moeda estrangeira	309,0	-	229	-	-25,9	-
Dólar dos EUA	235,0	23.704,0	158	1099,8	-32,8	-95,4
Euro	73,0	1.902,1	68	3.676,2	-6,8	93,3
ZAR	1,0	25,7	3	895,5	200	3.384,0

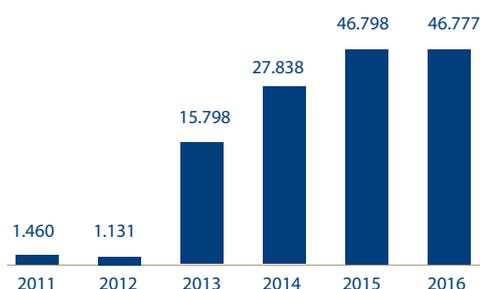
Fonte: BM

Durante o mesmo período, o Estado efectuou 229 transferências em moeda estrangeira, contra 309 registadas em 2015, representando um decréscimo em 25,9%, resultante fundamentalmente da redução observada nas transferências denominadas em dólares americanos em 32,8%.

6. Metical em Tempo Real (MTR)

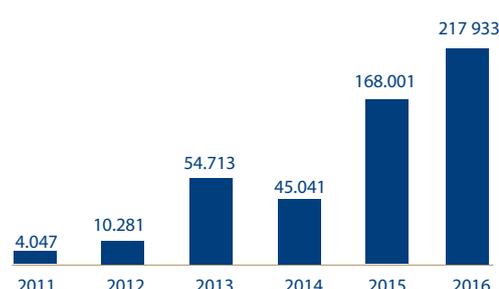
Ao longo de 2016 foram processadas no MTR 46.777 ordens de pagamento num valor total de 217.933,2 milhões de meticais. Estas cifras representam uma redução de 0,04% em termos de quantidade e um aumento de 29,7% em termos de valor, quando comparadas com 2015 (Gráfico 9 e 10).

Gráfico 9: **Volume das Operações do MTR**



Fontes: BM

Gráfico 10: **Valor das Operações do MTR (em mil milhões de meticais)**



Fontes: BM

7. Sistema de Pagamentos da SADC - SIRESS

Em 2015 foi conferida autorização aos bancos moçambicanos para darem início ao processo de criação de condições para a ligação ao SIRESS, uma plataforma de liquidação financeira em tempo real das transacções transfronteiriças intra-regionais da SADC (caixa 1).

Em Outubro de 2016 seis bancos moçambicanos entraram em produção neste sistema. Até Dezembro de 2016 os bancos moçambicanos enviaram através deste sistema 111 transacções correspondentes a cerca de 27.426,00 mil Rands. No mesmo período, estes bancos receberam 210 transacções que totalizaram cerca de 37.132,00 mil Rands tendo ficado, em conjunto, com um saldo líquido positivo de cerca de 9.705,40 mil Rands.

Caixa 1 – Sistema de Pagamentos das SADC – SIRESS

O *SADC Integrated Regional Electronic Settlement System (SIRESS)* é um sistema de pagamentos transfronteiriços e resulta do processo de integração dos sistemas de pagamentos estabelecido no âmbito do projecto de integração regional da SADC.

Os trabalhos com vista a integração regional dos sistemas de pagamento tiveram o seu início em 1996 com o objectivo principal de facilitar o comércio e o investimento entre os países da região. Como primeiro passo para o efeito, foi acordado que cada país membros da SADC deveria elaborar uma visão estratégica sobre sistemas de pagamento e iniciar as reformas necessárias com vista a estabelecer sistemas de pagamento modernos, eficientes e que estejam de conformidade com os padrões internacionalmente aceites.

Em Maio de 2009, foi apresentada e aprovada pelo Committee of Central Bank Governors in SADC (CCBG) uma outra proposta de sistema de liquidação de transacções transfronteiriças baseada na derivação de uma plataforma existente, no caso vertente o South African Multiple Option System (SAMOS), do South African Reserve Bank (SARB), denominado SIRESS. Após a conclusão dos desenvolvimentos necessários, o CCBG aprovou em Abril de 2013 a implementação da prova de conceito (piloto) do funcionamento deste sistema envolvendo os quatro países do Common Monetary Area (CMA) (África do Sul, Namíbia, Lesotho e Swazilândia) com vista a verificar a robustez do sistema e permitir os ajustes que se mostrassem necessários. Esta fase teve a duração de três meses e iniciou em Julho de 2013. Concluída esta fase, juntaram-se ao sistema mais cinco países nomeadamente Malawi, Tanzânia, Zimbabwe, Maurícias e Zâmbia.

Moçambique manifestou interesse em aderir ao sistema na fase V de adesão ao SIRESS juntamente com Seycheles, Angola, Botswana e República Democrática do Congo. A data

inicial estava marcada para Maio de 2016, no entanto até esta data apenas Seycheles ligou-se ao sistema. Moçambique, Angola e Botswana ligaram-se ao sistema em Outubro de 2016 e República Democráticas do Congo em Novembro de 2016.

Até ao momento estão ligados ao SIRESS seis bancos nacionais. A utilização do SIRESS permite obter, entre outras, as seguintes vantagens relativamente a situação actual de transferência de fundos através de bancos correspondentes:

1. Disponibilização de fundos em tempo real;
2. Redução de custos de transacção pela remoção das comissões pagas aos bancos correspondentes que depois são repassados aos clientes;
3. Visualização das transacções pelos bancos centrais de cada país permitindo a sua rápida intervenção caso se mostre necessário;
4. Aumento da capacidade de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e de crimes conexos;
5. Estimula o funcionamento da economia através da intensificação do comércio.

